UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Educação

**A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL
NA SUA PRÁTICA COTIDIANA:
A pluralidade de um sujeito singular**

GERSON HEIDRICH DA SILVA

SÃO PAULO

2008

GERSON HEIDRICH DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL NA
SUA PRÁTICA COTIDIANA:
A pluralidade de um sujeito singular**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para a obtenção do
grau de Mestre em Psicologia e Educação.

Área de concentração: Psicologia e Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Marta Kohl de Oliveira

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
São Paulo, 2008**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.047 S586c	<p>Silva, Gerson Heidrich da A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana : a pluralidade de um sujeito singular / Gerson Heidrich da Silva ; orientação Marta Kohl de Oliveira São Paulo : s.n., 2008.</p> <p>167 p. + anexos.</p> <p>Dissertação (Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Educação.Área de Concentração : Psicologia e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.</p> <p>1. Identidade profissional 2. Educação - Aspectos</p>
-----------------	--

Gerson Heidrich da Silva

**A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO EDUCADOR SOCIAL NA
SUA PRÁTICA COTIDIANA:
A pluralidade de um sujeito singular**

Banca Examinadora

Dedicatórias

Aos meus sobrinhos Felipe, Guilherme, Juliana, Bianca, Vitor, Henrique, Álvaro, Giulia, Bruna, Carolina, Pedro Henrique, Maria Luiza e Luiz Felipe: um caminho que vale a pena.

Aos não humanos, mas valorosas criaturas: Yellow, Clarinha, Salomé Maria, Zezinho, Frida Kahlo e o Agregado.

À Eliane Aguiar (Piq),

Ainda emprestando as palavras de Jacques LACAN:

*Amar é
dar o que não se tem a alguém que não o é.*

Agradecimentos

À família, pela admiração e orgulho.

Às Prof^{as} Marília Spósito e Edna Kahhale, pela pertinência no processo de qualificação e por comporem a Banca Examinadora.

Aos Professores Julio Groppa e Luzia Baierl, por aceitarem compor a suplência da Banca Examinadora.

Aos Professores Roberto Silva, Izabel Galvão e Schaller, pela disponibilidade de interlocução.

À Prof^a Valéria Arantes, pelo acolhimento, disponibilidade de interlocução e indicação bibliográfica.

Aos sujeitos desta pesquisa, pela disponibilidade de ofertar um pouco de si.

À Ciça (Ação Comunitária), pelo apoio e indicação de educadores sociais.

Aos colegas da Universidade de Santo Amaro, pela interlocução e apoio.

Aos colegas do I.E.E. PUC/SP, pela disponibilidade de interlocução.

À Rose, Bibliotecária da FEUSP, pelo cuidado e competência profissional no apoio à pesquisa bibliográfica.

Aos amigos Alice Vieira e Reinaldo Lutti, Luis Naporano, Celso Trigo, Claudinéa, Ângela, Lourdes, Tatiana Domingues, Carol Jimenes, Vera Freire, Rosamélia, Yara, Osmar, Valéria Giovannetti, Cibely, Débora, entre outros, por fazerem parte, cada um do seu jeito, deste processo.

À amiga Beatriz, pelas interlocuções e companheirismo durante o processo.

À amiga Luzia Baierl, pelo cuidado.

À Marta Kohl,

pelo acolhimento e orientação precisa e respeitosa,
assegurando-me um campo de atuação propício a
um salto qualitativo na construção de identidade de
pesquisador.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer características de identidade que o educador social, de nível universitário, da cidade de São Paulo, vem construindo na sua prática cotidiana. A metodologia desenvolvida para este trabalho constou de um instrumento com três partes, elaborado pelo pesquisador e preenchido por quinze educadores sociais de áreas de formação diversas: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, Artes Plásticas, Ciências Contábeis e Jornalismo. Buscamos, dessa maneira, o perfil sócio-econômico e cultural desses educadores, complementando com aspectos qualitativos de sua prática cotidiana relatada mediante questões semi-dirigidas e duas cartas propiciadoras de livre expressão. Os resultados, analisados a partir do diálogo entre a Psicologia Sócio-Histórica e autores da Sociologia, Pedagogia, Serviço Social, apontam a desvalorização e a impotência como características dessa identidade em construção, justificadas pela *falta* e pela *descontinuidade* que sustentam a queixa instaurada no discurso desses sujeitos. E, apresentam a persistência como característica de seu perfil. Sua intervenção, assim acreditamos, poderia ser transformadora da realidade na qual intervém. No entanto, parece-nos que sua prática tem sido pouco efetiva, uma vez que também aponta para a falta de diferenciação desse educador em relação à população por ele atendida. Há, ainda, certo apelo à necessidade de capacitação, de qualificação, de aprimoramento da formação. Isso nos leva a pensar na necessidade de profissionalização desse educador, assegurando-lhe um campo dinâmico de reflexão, de discussão, de supervisão, de acolhimento e construção de saberes específicos facilitadores da ressignificação de sua postura diante da prática cotidiana. Isso destituiria, assim pensamos, o caráter missionário dessa prática como um dos álibis da desesperança.

Palavras-chave: identidade; educador social; socioeducativo; subjetividade; território.

ABSTRACT

The objective of this study was to know identity characteristics that the social educator, of academic level, of the city of São Paulo, is building in his daily practice. The methodology developed consisted of an instrument with three parts, elaborated by the researcher and filled out by fifteen social educators of several formation areas: Psychology, Social Service, Pedagogy, Social Sciences, Plastic Arts, Accounting Sciences and Journalism. We looked for those educators' socioeconomic and cultural profile, complementing with qualitative aspects of their daily practice told by semi-driven questions and two letters of free expression. The results, analyzed from the dialogue between the Social-Historical Psychology and authors of the Sociology, Pedagogy, Social Service, they point the depreciation and impotence as characteristics of that identity in construction, both justified for the lack and for the discontinuity that sustain the complaint established in the speech of those subjects. And, they point the persistence as characteristic of their profile. His intervention, we believed like this, it could transform the reality in which intervenes. However, it seems us that his practice has been little effective, once it also appears for the lack of that educator's differentiation in relation to the population for him assisted. There is, still, right appeal to the training need, of qualification, of improving his formation. From this we think in the need of that educator's professionalism, assuring him a dynamic field of reflection, of discussion, of supervision, of reception and construction of specifics knows facilitators of new signification of his posture face the daily practice. That would deprive, we thought like this, the missionary character of that practice as one of the alibis of the hopeless.

Word-key: identity; social educator; socialeducative; subjectivity; territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A questão da identidade profissional	26
1.1 – Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização? ...	28
1.2 – A busca por uma afiliação identitária	39
1.3 – Identidade profissional de Educador Social: uma realidade	42
1.4 – A concepção de identidade norteadora deste estudo	51
CAPÍTULO II – Metodologia	54
2.1 – Sobre os sujeitos	60
2.2 - Sobre a organização dos dados para análise	62
CAPÍTULO III – Análise dos dados empíricos	64
3.1 – Caracterização dos sujeitos	67
3.2 – Análise das condições da prática cotidiana	80
3.2.1 – Os salários	81
3.2.2 – A escolha	85
3.2.3 – Prática cotidiana:	88
a) Satisfação	88
b) Insatisfação	90
3.2.4 – O tempo	98
3.3 – As cartas	101
3.3.1 – A um amigo da faculdade	101
3.3.2 – A uma pessoa que vive em situação de risco social	109
3.4 – Comentário final dos Educadores Sociais	116

CAPÍTULO IV – Três aspectos relevantes da construção de identidade do Educador Social: o território de exclusão social, o trabalho socioeducativo e a subjetividade

..... 124

4.1 - Uma reflexão sobre a noção de território de exclusão: pensando a ação
do Educador Social 126

4.2 - O Trabalho Socioeducativo na construção de identidade do Educador
Social 135

4.3 - A subjetividade como campo dos sentidos a serem revelados 144

CAPÍTULO V – Considerações Finais 156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 162

ANEXOS

Anexo 1: Instrumento Metodológico

Anexo 2: Declaração de Barcelona - 2001

Anexo 3: Identificação e Perfil por Área de Formação – Quadros 1, 2, 3 e 4

Anexo 4: Categorias de Análise: “Tabulação das Questões Abertas do
Questionário”

Anexo 5: “Cartas escritas pelos Sujeitos”

Anexo 6: “Comentários escritos pelos sujeitos no final do instrumento”

INTRODUÇÃO

A favela é o Quarto de Despejo de uma cidade.

Nós, os pobres, somos os trastes velhos.

Carolina de Jesus¹

¹ Carolina de Jesus, uma favelada dos anos 50, teve seu diário publicado com o título *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo, Ática, 1993.

No ano de 2003, fui convidado pela Universidade de Santo Amaro para trabalhar como educador social no PFF (Programa Fortalecendo a Família)², cujo objetivo principal era o de construir uma metodologia de trabalho com famílias em situação de risco e exclusão social, localizadas na periferia (favelas e/ou comunidades) da cidade de São Paulo.

A possibilidade de conhecer a realidade dessa periferia, de lidar com a pobreza e com os riscos de um território tão desfavorável à dignidade humana, e, talvez, contribuir para uma mudança dessa situação, levou-me a ingressar nessa área social. O salário, embora pago com atraso de até três meses, parecia-me, na época, razoável, considerando o investimento inicial de vinte horas semanais. Na prática, no entanto, eram despendidas entre trinta e quarenta horas devido às várias atividades envolvidas no projeto, tais como: supervisão, elaboração de relatórios, preparação das reuniões socioeducativas. Além disso, havia também a questão do deslocamento até os lugares de atendimento à população, o que me tomava ainda mais tempo.

Em relação às pesquisas, a responsabilidade de desenvolver um trabalho socioeducativo obrigava-me a buscar referências teóricas que me ajudassem a compreender o que esse tipo de trabalho significava na prática. Já nessa época, no entanto, deparei-me com a escassez de estudos que apresentassem uma definição do que era socioeducativo, tendo de nortear minha atuação em minha experiência profissional como psicólogo atrelada ao “bom senso” e às orientações recebidas nos momentos de supervisão.

Foi nesse contexto que algumas inquietações começaram a se manifestar por meio de questionamentos, tais como: será que o trabalho que estou desenvolvendo está correto? É possível intervir nessa realidade a ponto de propiciar alguma transformação? Essas pessoas, vivendo em situação de extrema precariedade, têm alguma chance efetiva na vida?

² O Programa Fortalecendo a Família foi desenvolvido a partir de um convênio entre SAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) e a PUC (Pontifícia Universidade Católica – SP), em parceria com UNISA (Universidade de Santo Amaro) e UNICSUL (Universidade Cruzeiro do Sul), entre 2002 e 2003, idealizado pela então Secretaria Municipal da Assistência Social Dr^a Aldaíza Sposati. O Programa atendeu 13280 famílias em situação de risco social, inscritas no Programa Renda Cidadã (tratava-se de um programa de transferência monetária que, a partir da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – SEADS, repassava a quantia de R\$ 60,00 (sessenta Reais) mensais para cada família beneficiária). Operado pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, foi denominado Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã (PFF/SP/SP). Para maiores informações consultar WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C - (orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento* (v.1) e *Trabalho com famílias: Textos de apoio* (v.2). São Paulo: IEE – PUC – SP, 2004.

E eu, o que realmente posso fazer para contribuir com a melhora das condições de vida dessas pessoas?

Aproximadamente quatro meses depois de contratado, passei a integrar uma das gerências regionais do PFF, tendo de voltar meu olhar, após mudança de função, para a atuação dos educadores sociais que compunham a equipe de trabalho. Se antes eu me questionava sobre a minha atuação como educador social, agora, na condição de responsável pela orientação e acompanhamento do desempenho dos profissionais envolvidos nesse Programa, indagava-me: como respaldar as angústias, ansiedades, dúvidas, a carência de conhecimentos específicos para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo e tudo mais que advinha da prática cotidiana desses profissionais, se eu também as possuía?

Nessa fase, o que me ajudou a exercer minha função de coordenador foram as muitas leituras, reuniões, discussões e algumas supervisões, favorecendo-me uma possível ampliação do olhar para uma área de trabalho que exige muito de seus “profissionais”, principalmente no que se refere ao saber lidar com a instabilidade³, mas que lhes oferece pouca ou nenhuma condição básica para o desenvolvimento de suas funções.

Em 2004, ainda na mesma área, fui coordenador regional do PROASF (Programa de Assistência Social a Famílias), atuando em uma instituição privada conveniada com a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). Mantendo os mesmos moldes e metodologia do PFF, esse novo programa apresentou também alguns problemas semelhantes, tais como falta de estrutura e de apoio à equipe, carga horária excessiva e salários baixos (embora pagos em dia, porque a instituição privada onde trabalhava responsabilizou-se por isso mesmo que o repasse governamental atrasasse). Além disso, havia certa tensão na equipe com relação ao tempo de duração do programa que, previsto para durar sessenta meses, findou-se após completar um ano.

Nesse período, minhas inquietações se transformaram em necessidade de pesquisa, levando-me ao afastamento da prática como educador, coordenador, gerente, para me transformar em um pesquisador da prática do outro (semelhante à minha própria, no passado) a partir desta pesquisa.

³ Previsto para durar sessenta meses, por exemplo, o PFF (Programa Fortalecendo a Família) foi encerrado no final de 2003, com pouco menos de dois anos de atividade.

Simultaneamente a esse afastamento, iniciei, respaldado pela minha formação como psicólogo, a supervisão técnica de uma gerente de um novo programa social que também mantinha o formato dos anteriores. Representando uma instituição conveniada à SMADS, a responsabilidade dessa gerente abarcava a implementação e desenvolvimento desse novo programa, além de acompanhar e avaliar o desempenho de sua equipe. O que era discutido nos nossos encontros não se diferenciava das angústias, ansiedades e inquietações que eu sentia quando trabalhava nos Programas Sociais. Segundo as queixas da supervisionanda, alguns educadores sociais apresentavam pouca qualificação para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo; os salários (atrasados) eram baixos para uma carga horária elevada; não se sabia por quanto tempo o programa permaneceria; faltava estrutura física e material para a realização das atividades. E esses fatores somados afetavam não só o desempenho de sua equipe, mas, também, o dela próprio.

Essa experiência foi-me muito importante porque, ao atuar profissionalmente como psicólogo, permitindo-me certo afastamento do contexto vivenciado como educador social, gerente e coordenador, pude aclarar as angústias as quais até então não conseguia nomear. O que essa gerente trazia referente à prática dos educadores sociais com quem trabalhava e à sua própria era novamente a queixa de não saber ao certo o que fazer, o sentimento de estar perdido e sem perspectivas diante de uma realidade nada animadora, o que atualizava minhas inquietações de quando atuava como educador e coordenador.

Foi nesse trabalho como supervisor que pude reconhecer que não me sentia bem preparado para desenvolver um trabalho socioeducativo (até por desconhecer o que isso significava) propiciador da transformação da realidade na qual intervinha, bem como faltava-me experiência, repertório, conhecimentos específicos nessa área para coordenar uma equipe de trabalho. Ter uma formação como psicólogo clínico e institucional, no contexto do trabalho socioeducativo, não se configurava como suficiente para as demandas de uma realidade singular. E ao que me parecia, assim como eu, também esta gerente e os demais profissionais com quem havia trabalhado revelavam essa mesma falta de preparo e formação em suas queixas.

Como pesquisador, então, resolvi estudar essa realidade que aponta para a falta de preparo do educador social no desenvolvimento do trabalho socioeducativo junto à população em situação de risco e exclusão social, considerando fundamental, para esse

propósito, conhecer as características de identidade que o educador social vem construindo na sua prática cotidiana. Isso porque, assim acredito, é a partir dessa construção que podemos pensar ações otimizadoras que respaldem esse sujeito, não só no exercício de sua função como também em sua humanidade.

Diante disso, situar-me historicamente em relação à educação social, mesmo que de forma breve, tornou-se imprescindível como ponto de partida da investigação a que me propunha como pesquisador.

Educação Social: um pouco de história

RIBEIRO (2006) diz que a educação social originou-se na Europa pós-guerra, com a finalidade de integrar socialmente crianças e jovens que haviam perdido suas famílias na Segunda Guerra Mundial. Necessitavam readaptar-se a essa nova condição de “sem-famílias”, o que poderia se dar mediante “uma assistência educativa”. Essa assistência, repensada ao longo da história, sofreu transformações devido às novas demandas sociais. Assim, nos anos de 1990, a educação social direcionou sua atenção para as crianças e jovens que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social, tendo em vista, considerando a Espanha, “a massificação do desemprego e seus resultados no que concerne à desagregação familiar e à violência social” (p.161).

Nessa década, viu-se ampliada a inadaptação de uma população colocada à margem de seus direitos e de participação social. O desafio da educação social era (e continua sendo), então, “incidir no repertório de condutas dos cidadãos, o qual supõe introduzir mudanças no seio da família, nas relações com os colegas da mesma idade e nas instituições escolares e sociais” (PETRUS apud ROMANS, 2003, p.56). Por isso, a necessidade de se ter educadores especializados para essa função.

Nessa mesma década de noventa, iniciou-se, na Espanha, a formação profissional universitária de educador social, acompanhada, atualmente, por Portugal que também dispõe dessa formação. Ambas realidades elencam algumas características desejáveis na construção de identidade de educador social. Na realidade portuguesa, por exemplo, CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.83) falam em um saber profissional que traz como

características a “reflexibilidade, polivalência técnica, criatividade, adaptabilidade e dinamismo [...]”. ROMANS, PETRUS e TRILLA (2003), referindo-se à realidade espanhola, também enfatizam que esse educador deve ser criativo, otimista e realista, capaz de ações construtivas e otimizadoras, pertinentes à possibilidade de transformação da realidade vivenciada. Prezam, ainda, a formação contínua na busca de desenvolvimento de competências para o exercício da prática cotidiana.

Os estudos desenvolvidos nessas duas realidades farão parte do campo de reflexão desta pesquisa, auxiliando-nos como mais um referencial para discutirmos a construção de identidade do educador social brasileiro. Queremos, dessa maneira, pensar a atuação dos nossos sujeitos a partir do conhecimento de algumas características de sua identidade, considerando que a atuação desse educador brasileiro parece fragilizada.

Um exemplo disso está na forma como definem o trabalho socioeducativo que exercem ou deveriam exercer. A resposta mais comum dos educadores está sempre relacionada à improvisação de técnicas de dinâmica de grupo, aos discursos sobre conceitos de cidadania, autonomia e à oferta de oficinas de artesanato, crochê etc, como se isso fosse a única saída ou, talvez, a predominante para uma possível emancipação dessas pessoas. Não nos parece haver a consciência de que o trabalho socioeducativo seja uma metodologia cuja construção contínua dá-se no cotidiano da prática.

Pressupomos, então, que esses educadores, amparados por metodologias de trabalho aprendidas nas suas áreas de formação universitária e desamparados da idéia de processo de construção, arriscam-se a uma prática que exige, no mínimo, ações otimizadoras em detrimento da imposição de metodologias já prontas, geradoras, muitas vezes, de certo descompasso. P. AYERBE (apud ROMANS, 2003, p.131), referindo-se à educação social e questionando se realmente a ação do educador social tem sido transformadora, diz:

A educação social pode se transformar em uma espécie de colchão, de suavizador das contradições existentes no seio da sociedade, camuflando e ocultando as desigualdades e as injustiças sociais, tentando simplesmente adaptar o indivíduo às coordenadas sociais existentes.

Imbuído de uma vontade de “ajudar” e com pouca clareza do que significa um trabalho socioeducativo (sua principal função), esse educador depara-se com o não saber ao certo o que fazer frente aos apelos daqueles que já não sabem ao certo o que esperar. Isso se

daria, pelo menos, recorrendo à experiência relatada nesta introdução, por dois fatores: o primeiro pressupõe uma formação inadequada, apontando para a carência de construção de saberes específicos para o desenvolvimento da prática socioeducativa; o segundo evidencia o trabalho em condições precárias, além do recebimento de baixos salários.

Não é de se admirar, diante do exposto, que o educador social, muito provavelmente, sinta-se desvalorizado e sem respaldo, ou mesmo desamparado para desenvolver um trabalho que lhe exige bom preparo técnico-metodológico, investimento afetivo e muita dedicação. Afinal, lidar com a miséria e suas conseqüências não é tarefa das mais simples. Nessa atividade, o educador convive com pessoas que, vivendo em uma situação de extremo desconforto, expondo-se às mazelas de uma condição quase desumana de existir, deparam-se com um quadro de humilhação social que, nas palavras de GONÇALVES FILHO (1998, p.3),

[...] trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para a sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro.

Em certo sentido, essa humilhação imprime nessas pessoas, ao não se reconhecerem como sujeitos de direitos, o sentimento de vulnerabilidade, levando-as a estabelecer relações de dependência crônica com um outro qualquer que lhe ofereça algo capaz de prover algumas de suas necessidades mais imediatas: o Estado, ONG's, voluntários, educadores etc. E, ao esperarem que esse outro faça alguma coisa para mudar sua condição tão desfavorável, parecem acatar o que diz COSTA (2003, p.81), quando chama de *alheamento* o descaso de parte da sociedade, a dos mais privilegiados, frente a esses tantos desprivilegiados e, praticamente, anônimos:

[...] o alheamento consiste numa atitude de distanciamento, em que a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela 'desqualificação do sujeito como ser moral'. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo (sic) como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas ou como um parceiro na obediência das leis partilhadas e consentidas ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral.

É nesse cenário de altíssima privação e de não reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos que o educador social⁴, na sua prática cotidiana, constrói sua identidade. Mas, que identidade é essa? Quais características de identidade ele, de fato, vem construindo diante da pouca ou nenhuma infra-estrutura de que dispõe: material, física (sanitários, iluminação, janelas, limpeza, privacidade etc), conceitual e de suporte acadêmico voltado para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo? Afinal, é possível construir uma identidade inserido nessas condições tão adversas?

Defendendo a idéia de que qualquer que seja a realidade do sujeito, ele é sempre um ser em construção, acreditamos que a identidade do educador social se construa e seja justamente marcada pelas especificidades e profundas ambigüidades do contexto no qual se insere. No entanto, parece-nos de fundamental importância investigar as características comuns aos educadores sociais a fim de explicitar que identidade esse educador consegue construir nesse contexto que, supostamente, o diferenciaria da população atendida por ele. E, ainda mais, que identidade deve ter um educador social a fim de exercer uma função transformadora e não simplesmente “assistencialista”.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é conhecer características de identidade que os educadores sociais, sujeitos desta pesquisa, vêm construindo na sua prática cotidiana a fim de saber se suas ações são facilitadoras da transformação da realidade na qual intervêm, ou se, em certo sentido, predominam nessas ações o assistencialismo e a manutenção desse quadro tão desfavorável à humanidade.

Apoiados, principalmente, na Psicologia Histórico-Cultural (ou Sócio-Histórica) de VYGOTSKY, buscamos referências teóricas que, de alguma forma, desenvolvem suas discussões a partir de um olhar interacionista. Isso porque, nessa concepção, o homem se constitui como sujeito a partir de sua relação com o outro, quando inserido em determinado contexto cultural, caracterizando-o como um ser ativo, social e histórico (BOCK, 1999). Ativo, porque, com intuito de satisfazer suas necessidades, também determina a realidade que o insere; social e histórico, porque, num processo de mediação com a história da humanidade imbricada na cultura mais próxima de si, apropria-se dessa história,

⁴ Neste estudo, ao usarmos o termo educador social, estamos nos referindo a profissionais de ambos os sexos, ou seja, ao educador social e à educadora social.

transformando-a num processo contínuo ao mesmo tempo em que se transforma, constituindo-se como um sujeito singular (OLIVEIRA, 1997).

Para alcançarmos nosso objetivo, escolhemos o seguinte caminho: no capítulo I, iniciaremos uma reflexão sobre a construção de identidades como movimento, como processo dinâmico e contínuo na constituição do sujeito, gerando *metamorfose* (CIAMPA, 2005). Em seguida, discutiremos a construção de uma identidade profissional a partir de alguns estudos sobre o tema. Contamos com alguns autores que apresentam reflexões sobre essa construção em diferentes áreas de formação universitária. GUIMARÃES (2004), GUESTA (2001) e ALLAIN (2005), por exemplo, refletem a construção de identidade profissional de professor; RONZANI e RIBEIRO (2003) e COSTA (2005) a de médico; ZIMMERMAN (2002) a de magistrado.

Faremos, também, uma reflexão sobre a construção de identidade profissional voltada às práticas assistenciais, base constituinte, assim nos parece, dos modelos de intervenção social. Contaremos, dessa maneira, com MARTINELLI (2007) que nos apresenta dados históricos da construção de identidade profissional de Assistente Social. Já SIMÕES NETO (2005) oferece-nos seu estudo sobre a religião como mediação na prática do Serviço Social, constatando que a gênese das práticas assistenciais no Brasil dá-se a partir da Igreja Católica. Assim, mediante ações voluntárias exercidas na fé e na esperança de atingir igualdade de condições entre as pessoas, essas práticas buscam estabelecer uma sociedade “justa” (p.102).

Para SIMÕES NETO (2005, p.102), o grande motivador da busca pela profissão (pensando o Serviço Social), cujas primeiras escolas profissionalizantes foram estruturadas pela Igreja, está centrado na idéia de “ajuda social”, que é entendida como uma “[...] forma verticalizada de utilização do poder profissional, para a correção das injustiças sociais”. Busca-se, dessa maneira, a igualdade de condições como resultado do trabalho e não a igualdade de oportunidades. Isso porque a igualdade de oportunidades implica, necessariamente, uma construção conjunta, uma responsabilização compartilhada, uma relação horizontal.

Ainda nesse capítulo, apresentaremos estudos de duas realidades em que há formação profissional universitária de educador social: CARVALHO e BAPTISTA (2004) na realidade portuguesa; ROMANS, PETRUS e TRILLA (2003) na espanhola. Esses autores

oferecem-nos uma discussão sobre a constituição dessa identidade como processo dinâmico e contínuo de desenvolvimento de competências e construção de novos saberes técnicos e científicos, abarcados pelos aspectos afetivos, portanto também subjetivos, dos sujeitos que se inscrevem para o exercício da prática cotidiana como educadores sociais.

Findando esse capítulo, apresentaremos uma síntese da concepção da construção de identidade que norteará a análise deste estudo.

No capítulo II, apresentaremos nossa metodologia de trabalho organizada a partir de alguns estudos, dentre eles os de MELUCCI (2005) e colaboradores que, atentos às mudanças no campo das pesquisas quantitativa e qualitativa, têm direcionado um olhar para os aspectos contemporâneos da pesquisa qualitativa desenvolvida no campo social. Esses autores priorizam uma metodologia reflexiva, destacando a seguinte interrogação: “Como fundar uma relação observadora que é sempre também intervenção, mas que não deve por isto transformar em manipulação?” (p.37).

Contaremos, também, com estudos de FRANCO (2003) e AGUIAR (2001), cuja contribuição corrobora os pressupostos dessa metodologia, discutidos a partir da concepção dialética da realidade, e com os estudos de ROSA e ADRIANI (2002, p.277), que afirmam: “[...] as coisas estão em movimento permanente, de tal modo que conhecer algo implica necessariamente em conhecer suas transformações, seu processo e suas contradições”.

Ainda no capítulo II, apresentaremos os sujeitos desta pesquisa, educadores sociais de nível universitário (advindos de diversas áreas de ensino), que desenvolvem trabalho socioeducativo na cidade de São Paulo e arredores, com caráter profissional (não voluntário), vinculados a ONG's (Organizações não Governamentais) e/ou instituições da iniciativa privada que prestam algum tipo de atenção para a população em risco social. A escolha desses sujeitos deve-se ao fato de que partimos do pressuposto de que esses educadores com formação universitária sejam mais preparados para exercer uma prática que exige, além de outras características que serão discutidas ao longo deste estudo, uma capacidade de escuta desencadeadora de ações facilitadoras da transformação de uma realidade social precária e carente de condições mínimas de existência.

Para conhecermos características da identidade que esses educadores sociais vêm construindo na sua prática cotidiana, elaboramos um instrumento composto de três partes (Anexo1): um questionário com perguntas que abarcam a identificação pessoal, a formação

e aspectos relevantes de sua prática como educador social; duas cartas escritas pelos sujeitos com finalidades e destinatários diferentes (um colega de faculdade a quem não vê há algum tempo, contando sobre experiência como educador social; outra, para uma pessoa que vive em situação de risco social, expondo o trabalho que desenvolve, com a finalidade de preparar sua entrada na comunidade); um espaço para informações, observações ou comentários que não tenham sido contemplados nas partes anteriores.

No capítulo III, analisaremos o material disponibilizado pelos sujeitos da pesquisa, num total de quinze, sendo quatro da área de Psicologia; quatro da área de Serviço Social; três da Pedagogia e um de cada área, a saber: Artes Plásticas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais e Jornalismo. Para mantermos em sigilo o nome real de cada sujeito, utilizamos, inspirados no romance *Ensaio sobre a Cegueira*, de JOSÉ SARAMAGO (2001)⁵, pseudônimos de acordo com a formação universitária dos participantes. Quando da mesma área de formação, adjetivamos esses nomes a partir de algum aspecto marcante de cada discurso disponibilizado nos instrumentos: *o psicólogo do tempo; a assistente social do “Ufa!!!”; a pedagoga satisfeita* etc.

No capítulo IV, compondo a análise do material disponibilizado pelos sujeitos, apresentaremos três aspectos fundamentais para a construção da identidade de educador social: o território de exclusão social, o trabalho socioeducativo e a subjetividade. O primeiro, como palco de atuação desse educador, onde a vulnerabilidade e as relações estabelecidas permeiam a construção de sua identidade; o segundo, por ser o trabalho socioeducativo sua principal função. Por fim, a subjetividade, por ser ela o campo psíquico que contém os sentidos (encharcados de afeto) atribuídos pelos sujeitos às significações do território e do trabalho socioeducativo que, revelados, nos mostrarão características de identidade do educador social.

⁵ Nesse romance, SARAMAGO retrata com extrema pertinência alguns arranjos e desarranjos da vida social. Em um dia aparentemente normal, uma “cegueira branca”, considerada uma epidemia pelo governo (a ‘*treva branca*’), espalhou-se incontrolavelmente pela cidade. A partir disso, apresenta-nos suas personagens, cuja peculiaridade já se faz perceber nas suas nomeações: *o médico; a mulher do médico; a rapariga dos olhos escuros* etc. Arthur Nestrovski, na orelha desse livro, diz: “[...] uma multidão de cegos precisará aprender a viver de novo, em quarentena. ‘Só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são.’ E, de fato, o que se verá é uma redução da humanidade às necessidades e afetos mais básicos, um progressivo obscurecimento e correspondente iluminação das qualidades e dos terrores do homem. (E das mulheres também, de maneira especial.) [...] é uma visão das trevas, uma viagem ao inferno, e a história de uma resistência possível à violência de tempos escuros”.

No capítulo V, faremos as considerações finais a partir das características dessa identidade que nos foram reveladas. Sobretudo, buscaremos contribuir, mediante processo investigativo e reflexivo, com possíveis apontamentos favorecedores da formação e construção de identidade de educador social, reconhecida e valorizada como fundante de ações interventivas capazes de propiciar aos atendidos (e a ele próprio) algumas transformações. Dentre elas, talvez, a forma de olhar para a situação vivenciada, a forma como se coloca no mundo, como concebe o responsabilizar-se pelo trabalho que realiza e pela própria existência.

CAPÍTULO I

A questão da identidade profissional

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior do nosso ser e da nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos.

Joseph Campbell

1.1 – Educador Social: uma identidade a caminho da profissionalização?

CIAMPA (2005), em um ensaio de psicologia social, oferece-nos um estudo cuidadoso sobre a identidade como metamorfose, isto é, como processo *inexorável* (implacável e inflexível) no qual, consciente ou não, o sujeito vê-se submetido a transformações contínuas. Necessita reconhecer-se e ser reconhecido pelo outro como sujeito singular e capaz de autonomia, reafirmando, em certo sentido, sua diferenciação. É um paradoxo que, para esse autor, revela um dos segredos da identidade: “a articulação da diferença e da igualdade” (p.138). Nesse contexto, “o indivíduo não é mais algo: ele é o que faz” (p. 135).

Diante desse pressuposto, pensaremos a construção de identidade do educador social a partir das relações por ele estabelecidas no território onde atua, desenvolvendo um trabalho socioeducativo em meio à precariedade existente nesse contexto. Atentando para o seu fazer, buscaremos traços indicativos das características dessa identidade em construção, apoiando-nos, para fundamentação teórica, em estudos voltados à construção de identidade profissional do professor, do médico, do magistrado e, principalmente, do assistente social, base norteadora das práticas de assistência.

GUIMARÃES (2004), com o objetivo de conhecer o perfil formativo dos cursos de formação de professores de determinada universidade pública, dentre eles o de pedagogia, estuda o conceito de identidade profissional. Reduzindo a amplitude desse conceito, “inserindo-o no âmbito da cultura profissional, do cultivo da profissão”, esse autor compreende a identidade profissional “como ‘identificação com a profissão’, no sentido de adesão profissional, ou seja, das disposições positivas dos alunos quanto ao produzir a existência como professores” (p.96).

Nesse estudo, o autor conclui que, apesar do “peso dos fatores sócio-políticos e culturais, tais como desvalorização do professor, baixo estatuto e identidade profissional pouco mobilizadora”, os objetivos pedagógicos, o currículo e a metodologia de ensino destacaram-se como muito importantes na formação dos alunos, futuros profissionais. Para ele, essas aquisições teórico-metodológicas na construção de uma identidade profissional de professor (estendemos ao educador social) apresentam-se como vitais, quando não compreendidas como prescrições a serem simplesmente aplicadas na prática.

Neste sentido, a base teórico-metodológica deve servir de fonte de consulta à qual o sujeito possa recorrer e dialogar permanentemente, contribuindo, dessa maneira, para “o desenvolvimento de maior liberdade, autonomia e segurança na atuação profissional”. Além disso, deve respaldar os saberes profissionais construídos individual e coletivamente no cotidiano da profissão, que

fundamentam e justificam a profissão, podem potencializar a resistência à desvalorização profissional e são necessários à construção de uma identidade profissional. Assim, articular a formação científica dos cursos e o desenvolvimento de saberes da profissão pode ser uma forma de dar significado a essa identificação, potencializando a melhoria da formação e a identidade profissional do professor (GUIMARÃES, 2004, p.102,103).

GIESTA (2001), também discutindo a construção de identidade profissional do professor, atribui grande importância aos saberes específicos desenvolvidos na construção de uma “profissão científica socialmente dignificada”. Para ela, uma nova identidade

depende de uma atitude de seriedade e competência. Superando a autopiedade e a apatia diante do pouco ou nenhum reconhecimento ao trabalho dos professores, esses precisam analisar a situação mais grave implícita, às vezes ignorada, de que além da perda de prestígio na sociedade, a profissão docente é pouco ou nada valorizada por muitos de seus integrantes (p.74).

A dignidade na construção de uma identidade profissional, ainda segundo essa autora, perpassa pela discussão e consciência da necessidade de uma adequada “relação teoria e prática”, uma vez que esta abarca a competência técnica (*saber fazer*), o compromisso político (*identificação dos fins da educação*) e a sua valorização profissional (*consolidação técnico-pedagógica que legitime a profissão*). Ao primar pela necessidade de articulação científica entre teoria e prática, Giesta a exemplifica citando CARR⁶:

Concebida como um processo de crítica ideológica a relação teoria e prática não é uma relação de aplicar teoria à prática; tampouco, um assunto de derivar a teoria da prática. Mas, recobrando

⁶ CARR apud Giesta, N.C. *Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?* Araraquara: JM Editora, 2001.

a auto-reflexão como uma categoria válida de saber, a aproximação crítica interpreta a teoria e a prática como mutuamente constituídas e, dialeticamente relacionadas. A transição não é da teoria à prática ou da prática à teoria, mas de irracionalidade a racionalidade, de ignorância e hábito a saber e reflexão (p.75).

De certa maneira, esses autores apontam para a importância de formação específica na construção de uma identidade profissional. Corroborando ALLAIN (2005) que, em seu estudo sobre *o papel dos dilemas na construção da identidade profissional* de professor, consolida a universidade como campo privilegiado de construção de saberes. Diz:

[...] a universidade pode ser um espaço onde os professores e os pesquisadores tenham oportunidade de interlocução, gerando e compartilhando conhecimentos, tomando contato com realidades diferentes e ampliando a compreensão do processo educativo e formativo. [...] Além disso, o ambiente acadêmico propicia a aliança entre pesquisa e formação continuada na construção de uma espiral crescente de indagações, possibilitando a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas (p.23, 24).

Referindo-se à construção da identidade profissional do médico, RONZANI e RIBEIRO (2003) falam em dois níveis de identidade: a identidade pessoal, “atributos específicos do indivíduo”; e a identidade social, “atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias”. Esta última, especificada como a “identidade étnica, religiosa, profissional”, compõe “a ligação entre características individuais e a estrutura e processo sociais de grupos aos quais o indivíduo pertence” (p.230).

Isso significa dizer que há o compartilhamento de crenças como ideologia institucionalizada, uma vez derivadas e originadas “de instituições religiosas, políticas, decorrentes do processo de identificação com a autoridade”. Neste sentido, “surge a expectativa generalizada de ações condicionadas a determinadas características”, estruturando um processo de manutenção e normatização de crenças, além de “justificar a formação e manutenção das identidades profissionais” (p.213).

Para RONZANI e RIBEIRO (2003, p.231), portanto,

[...] a formação de identidades é dada pelo reconhecimento mútuo de atores identificados através de determinado grupo social que existe objetivamente, com uma história, suas tradições, suas normas, seus interesses, mais especificamente por ideologias próprias e crenças. Por essa razão, as pessoas tendem a ter determinadas crenças, independentemente de seu valor de plausibilidade, acarretando efeitos socioculturais diversos, mobilizando coletividades, partidos e instituições sociais, que podem ser contraditos por algumas críticas, mas que sobrevivem, pois cumprem sua função de atendimento a interesses econômicos, culturais e políticos dos setores das sociedades que as adotem. Assim, tais identidades sobrevivem às argumentações lógicas, pois apresentam funções específicas para determinadas culturas.

COSTA (2005), também se referindo à construção de identidade profissional do médico, valoriza a relação entre professor e aluno no sentido de construção do como fazer, ao dizer:

[...] o que caracteriza o médico, não é apenas o que ele faz, mas, principalmente, como ele faz, o que somente pode ser apreendido através de um processo de identificação, ou seja, da relação humana que se estabelece entre professor e aluno (p.63).

Neste sentido, ZIMERMAN (2002), estudando aspectos psicológicos na prática jurídica, também enfatiza a importância do desenvolvimento de competências e habilidades específicas para prática profissional do magistrado que, segundo esse autor, está enfrentando uma crise. Essa crise processa-se por pelo menos três vertentes, que não nos parecem exclusivas dessa profissão: as “pressões exteriores de origem extraprofissional” (familiares, sócio-econômicas, financeiras...); as “pressões exteriores de ordem profissional” (demanda excessiva de trabalho; salários inadequados; relações conflituosas com colegas de trabalho...); as “pressões interiores”, compondo “os diferentes tipos de ansiedade e sentimentos, como os de amor, ódio, medo, vergonha, inveja, ciúme, desconfiança, culpas etc” (p.112).

Uma das formas proposta por ZIMERMAN para lidar com essa crise, que geralmente propicia sofrimento e descompasso nas ações interventivas, afetando o sujeito em sua vida pessoal, é o participar de *grupo de reflexão* composto espontaneamente, coordenado por um especialista (no caso um psicólogo), visando ao desenvolvimento de capacidades de percepção, de pensamento, de juízo crítico, de discriminação, de

comunicação, de reflexão sobre si e sua prática profissional. Essa atividade se daria em reuniões periódicas, com dia, local e horários pré-determinados, incluindo, ainda, a possibilidade de encontros individuais. De acordo com ZIMERMAN (2002),

[...] é importante criar uma identidade própria para o referido grupo de reflexão, através da introjeção em cada um e todos, dos parâmetros referenciais, da sua ideologia e a importância de terem conquistado um espaço especial para refletirem e debaterem as dúvidas profissionais e existenciais (p. 116).

Ao considerarmos a universidade como base estruturadora e formadora de sujeitos profissionais, oferecendo-lhes um campo dinâmico de discussões e reflexões capaz de favorecer a ampliação da consciência diante das especificidades teórico-metodológicas de um curso de formação, podemos dizer que falta para o educador social, na realidade brasileira, essa parte significativa do processo de construção de sua identidade profissional. O que compromete o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para um bom desempenho no exercício de sua função, “requisito sem o qual não há como reivindicar a profissionalização de qualquer ocupação” (GUIMARÃES, 2004, p.88).

GUIMARÃES (2004) também valoriza a prática na construção da identidade profissional. Quando inserido na realidade na qual intervém, o educador depara-se com vários aspectos que corroboram

[...] para que o professor vá interiorizando um modo de ser professor, isto é, construindo um núcleo pessoal⁷ de identificação com um meio e com um modo de produzir, individual e coletivamente, a própria existência. Enfim, vá construindo sua identidade profissional (p.101).

Esse autor entende que o investimento na formação é um ponto de partida e apresenta possibilidades de melhoria da profissionalidade, conceito explicado por SACRISTÁN (apud GUIMARÃES, 2004), que o descreve como “a afirmação do que é específico na ação

⁷ Esse núcleo pode ser constatado, segundo GUIMARÃES (2004), mediante reações físicas e emocionais frente às fotografias antigas do sujeito, fazendo com que se identifique ou não com alguns traços, que se reconheça ou não em sua plenitude. Todavia, nessa experiência, o sujeito se depara com as marcas que o diferenciam do outro e também de si mesmo, no sentido de movimento, de transformação. Dessa maneira, apoiado em CARROLO, esse autor diz que “não há como negar que, no ‘continuum’ de mudanças, permaneceu um núcleo ‘do eu que acompanha a estruturação do mundo’ ” (p.58).

docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor” (p.29).

Ainda para GUIMARÃES, a profissionalidade são “os aspectos, os traços profissionais construídos em relação ao trabalho docente que caracterizam, ou que identificam profissionalmente o professor” (mas não significa necessariamente como ele é identificado). Ou seja, “a profissionalidade que se quer, ou que se defende teoricamente, nem sempre é a identidade que se tem socialmente” (p.29). Isso significa dizer que, no aspecto psicológico, os cursos de formação contribuem para o desenvolvimento ou fortalecimento da “identidade para si”, isto é, a identificação com a profissão, o que nem sempre se assemelha “ao modo como a profissão é representada e explicada socialmente”, caracterizando a “identidade para os outros”. Para esse autor,

Identidade profissional, além de relacionada a aspectos objetivos (formas e estratégias de sua configuração na sociedade, conjunto de saberes e destrezas profissionais) refere-se também a disposições pessoais em relação a uma profissão, a um determinado estado de espírito quanto a pertencer a um grupo de pessoas que têm, basicamente, um modo comum de produzir a existência. O empenho no desenvolvimento de uma ‘identidade para si’, elaborada de maneira real, é um dos elementos na melhoria da ‘identidade para os outros’, considerando-se o amálgama em que tais processos ocorrem (2004, p.59).

De certo modo, podemos considerar que há uma interdependência entre “a identidade para si” e a “identidade para os outros”, uma vez que identidade implica em processo, em movimento, em transformação. Em síntese, diz PIMENTA (apud GUIMARÃES, 2004):

Uma identidade profissional constrói-se, [...] com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também na reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque são prenhes de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor, bem

como em sua rede de relações com outros professores, na escola, nos sindicatos e em outros agrupamentos (p. 59,60).

Com essas palavras, PIMENTA ressalta aspectos fundamentais na construção de uma identidade profissional, dentre os quais o significado que cada sujeito (*autor e ator*) confere à sua atividade, à sua prática profissional e o sentido que tem para si a profissão de sua escolha. Esses aspectos compõem a subjetividade do sujeito, aqui entendida como o campo dos sentidos pessoais atribuídos às aquisições culturais, comportando sentimentos, emoções, afetos na constituição de sua singularidade.

Além desses aspectos, outros permeiam a construção dessa identidade, principalmente quando voltada para a assistência, como nos parece ser o caso do educador social. Neste sentido, contamos com estudos de MARTINELLI (2007), mostrando-nos um olhar sobre o processo histórico da construção de identidade profissional da Assistência Social; e de SIMÕES NETO (2005), que discorre sobre a influência da religião na escolha dessa profissão e, conseqüentemente, no desenvolvimento da prática cotidiana.

MARTINELLI (2007), discutindo historicamente a construção de identidade do Serviço Social, oferece-nos uma reflexão extremamente crítica e fecunda para pensarmos a construção de identidade de educador social, quando se refere a dois processos de construção de identidade: a identidade atribuída e a identidade construída.

Com objetivo de preservação de seu poder hegemônico e controle social, o Estado e a burguesia atribuíram ao Serviço Social uma identidade que, síntese de funções econômicas e ideológicas, levava a uma prática de reprodução das relações sociais de produção capitalista, além de fortalecer a ilusão de que o Estado “nutria um paternal interesse pelo cidadão” (p.126). Assim,

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (MARTINELLI, 2007, p.124).

A identidade atribuída do Serviço Social pelo capitalismo e “chancelada pela Igreja Católica”, segundo MARTINELLI, descaracterizava sua função essencial “enquanto

resposta ao conjunto de problemas que se instauravam como subprodutos do capitalismo, transformando-se em mero apêndice da função econômica, em estratégia de domínio de classe” (p.126). Dessa maneira, sucumbiam os principais elementos fundantes de uma consciência política, ou seja,

[...] a consciência das contradições, a prática politicamente organizada, a identidade de interesses como classe. Conseqüentemente, instaurava-se um movimento circular e acumulativo, no qual a fragilidade da identidade profissional produzia uma frágil consciência social que abria espaço para a produção de práticas alienadas e alienantes. Sem a construção coletiva de um sentido comum para a profissão, [...] os assistentes sociais compunham uma categoria sem identidade profissional própria, tornando-se muito úteis ao sistema capitalista e muito valorizados pela burguesia (p.128). Mas, [...] a profissão não ganhava legitimidade entre os usuários nem valorização, seja na consciência popular, seja, paradoxalmente, na consciência de muitos de seus agentes (MARTINELLI, 2007, p.143).

Para essa mesma autora, a identidade profissional e a consciência social são construídas no movimento, na complexidade das relações e nos processos que compõem a totalidade. Neste sentido, um projeto profissional específico baseado em uma construção coletiva de consciência política do papel que seus agentes deveriam desempenhar, permitiu a contradição assumida entre “alienação e crítica, entre prática conservadora e prática política”. Diante desse processo dialético, essa identidade deixou de ser vista como “algo estático, imóvel e definitivo. Posta em seu lugar no cerne do movimento, envolvida por múltiplas forças contraditórias, essa identidade começou a ganhar uma nova dimensão de força viva, de movimento permanente, de construção incessante” (p.147). Isso nos remete à noção de identidade como metamorfose (CIAMPA, 2005).

Dessa maneira, MARTINELLI nos traz como contribuição o fato de que uma identidade profissional pode estar submetida aos caprichos de uma ordem alienante, ocultando em seu discurso de mudança as estratégias de controle social. Ao atuar a serviço de um controle social favorecedor da reificação de seus agentes e das pessoas às quais destina suas ações, essa identidade caracteriza-se como *identidade atribuída*. Isso significa dizer que uma prática de assistência social pode estar submetida à função econômica (burguesia, Estado, Igreja), “substituindo o educativo pelo assistencial e transformando a crítica em resignação, em passiva aceitação” (p.158).

SIMÕES NETO (2005), ao estudar a religião no Serviço Social, diz que a gênese das práticas da assistência social no Brasil dá-se a partir da iniciativa da Igreja Católica, que tem como pressuposto a ação voluntária exercida na fé e na esperança, preconizando a igualdade de condições entre as pessoas como princípio básico para se estabelecer uma sociedade “justa”. Assim, “[...] os assistentes sociais brasileiros entendem a ajuda social como forma verticalizada de utilização do poder profissional, para a correção das injustiças sociais, não na sua fonte (o que seria ideal, no entendimento dos próprios assistentes), mas nos seus resultados” (p.102).

Nesse estudo, o autor constata que o “desejo de ajuda”, abarcado pelo caráter religioso, não é privilégio do Serviço Social. Em maior ou menor grau, outras profissões apresentam essa mesma característica, tanto na escolha quanto na progressão de sua prática: Pedagogia, Enfermagem, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, por exemplo. O autor destaca, no entanto, que “o caráter interventivo das profissões da assistência e da Pedagogia dá a estas um caráter missionário [...]” que, por sua vez, “[...] supera o desprestígio que as carreiras possam ter” (p.115). Um desprestígio retratado, em certo sentido, pelos baixos (ou *modestos*) salários e falta de estrutura para um bom desempenho da função.

SIMÕES NETO (2005) ainda fala em certo “imobilismo metodológico” do assistente social, uma vez que seu “projeto profissional” está focado na sociedade, isto é, baseado em afirmação de valores, tais como: “sociedade justa”, “por valores democráticos” e por “igualdade”, o que pode ser lido “[...] como uma conotação religiosa” (p.151,152). Segundo ele, na prática social, ao não se estabelecer uma metodologia interventiva, cria-se “uma lacuna para que recursos como a intuição e o senso comum, aliados a outros procedimentos, estranhos às finalidades profissionais, sejam utilizados no cotidiano de trabalho” (p.152).

Respaldado na assistência social, SIMÕES NETO (2005) parece-nos dizer que há nas intervenções de outras áreas de formação profissional junto à população em situação de risco e exclusão social, certo espelhamento da prática do assistente social. Isso, talvez, pelo fato de que, ao deixarem lacunas para possíveis intervenções, outras categorias profissionais se inscreveram nessa prática que, historicamente, era compreendida como exclusividade do Serviço Social.

A despreocupação com os meios operacionais, na busca de mecanismos de inclusão social e de seus reais resultados, acarretou a abertura constante de espaços, para que outras categorias (como sociólogos, terapeutas de família, psicólogos sociais, educadores sociais, economistas etc.) ocupassem os postos e funções que os assistentes sociais não se propunham ocupar ou não se mostravam qualificados para tal (p.152).

Para esse autor, na prática assistencial exercida em um espaço de diálogo público ou privado, considerando um “atendimento” no qual o “usuário” apresenta sua demanda, a tarefa de escuta não se restringe ao assistente social. Dentro da instituição se encontram também responsáveis por essa escuta o médico, o enfermeiro, o educador social, o professor (dos níveis de ensino mais fundamentais). “Não é por acaso que estas profissões estão associadas a imagem de sacerdócio, e agregam-se profissionais que imputam valores religiosos, de forma mais explícita, ao seu trabalho do que os de outras carreiras” (p.193).

Por fim, SIMÕES NETO (2005) afirma que o atendimento ou intervenção na forma de ajuda “visa fortalecer princípios políticos de ampliação da democracia, a luta em favor de determinados grupos sociais, a afirmação de direitos e da cidadania etc” (p.196). Mas, nesse contexto, tanto a religião quanto a política “identificam-se como éticas da convicção e não como éticas da responsabilidade” (p.197). Ao se evidenciar, na prática, valores religiosos, afirmando sua imagem profissional, a assistência social mantém uma identidade religiosa que atrai “aqueles mais afinados com a religião”. Conclui:

A competência do Serviço Social, neste sentido, refere-se à racionalização da “ajuda social”, ou seja, o desenvolvimento de técnicas, recursos e saberes que possibilitem o seu aprendizado. Pode-se estranhar tais afirmações, uma vez que parece ser um contra-senso o “ensino da ajuda”. No entanto, como espaço de pessoalização, ou seja, ao instrumentalizar afetos e valores, a atividade assistencial permite, ao fim e ao cabo, que, mesmo tendo o assistente social pouco preparo para o exercício de uma ação técnica, ainda assim, ele termina por desempenhar sua atividade (p.197).

Um outro aspecto de extrema importância para pensarmos a construção de uma identidade é a autonomia das escolhas. Neste sentido, SAWAIA (2002), refletindo o uso do referencial da identidade na dialética inclusão/exclusão, coloca que a autonomia das escolhas pode ser favorecida com o enfraquecimento da tradição, desde que acompanhada

de “atitude reflexiva”. O impedimento da reflexão pode causar “sofrimento de diversas ordens e mecanismos defensivos, fundamentalistas e apartheid, sendo um dos mais comuns a busca de parâmetros fixos de identidade” (p.121). Aponta, dessa maneira, para um “subtexto paradoxal” ao se referir à identidade como tema recorrente nas análises dos problemas sociais:

Numa visão aparential, a explicação dos paradoxos pode estar na existência de duas concepções antagônicas de identidade: a identidade transformação/multiplicidade e a identidade permanência/unicidade e a concepção de que um é modelo de normalidade e outro de patologia. Ledo engano. Uma concepção não anula a outra, e uma não é melhor que outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber a identidade como “identificações em curso”, isto é, identidade que, ao mesmo tempo que se transforma, afirma um “modo de ser” (p.121).

A possibilidade de fazer escolhas também sugere tensão, mesmo respaldado por uma possível busca de parâmetros fixos de identidade, porque coloca o sujeito na condição de responsável por cada uma delas. Responsabilizar-se significa assumir as implicações oriundas de suas ações, ou mesmo de sua passividade, de seu estar no mundo, porque a responsabilidade “[...] não comporta somente a intencionalidade do sujeito, mas também os efeitos que nossa ação produz nos sistemas de relação aos quais pertencemos e os vínculos que destes recebemos” (SAWAIA, 2002, p. 67, 68).

Ainda sobre a escolha, ao considerar a construção de identidade como processo de constantes negociações que vão muito além de uma universalidade homogeneizante, MELUCCI (2004, p.68) diz:

Se atentarmos para a negociação, nossa identidade apresenta-se como um processo no qual nada é definitivamente perdido, mas também nada é definitivamente adquirido. Portanto, aquela que se abre é uma experiência de si, na qual a provisoriedade e a reversibilidade tornam-se constitutivas da experiência. Não no sentido de que a identidade seja precária e transitória, mas no sentido de que depende de nossas escolhas. [...] A construção de identidade hoje toca à nossa interioridade por razões profundamente sociais. A identidade pode ser negociada porque existem sujeitos de ação que não são mais definidos pelo exterior, objetivamente, mas que têm a capacidade de produzir e de reconhecer o sentido daquilo que fazem.

A construção de uma identidade profissional implica, portanto, um processo de produção de novas relações sociais, o enfrentamento das adversidades, o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o exercício da prática, contribuindo, dessa maneira, para construção de novos saberes. Implica, ainda, considerando o exercício da prática como uma das formas de relação do sujeito com o meio no qual está inserido e no qual intervém, “o olhar do outro, o julgamento do outro” e a clareza de que o que se busca é o reconhecimento pelo “seu fazer e não pelo seu ser” (LIMA, HOPFER e SOUZA-LIMA, 2004, p.9).

A universidade, nesse modo de ver, parece se constituir como campo propício de construção de saberes específicos para a formação de uma identidade profissional. Ao privilegiar a reflexão sobre a prática, mediante exercício dialético de complementariedade, esse campo pode favorecer as relações de diferenças, de individualidades e de autonomia. Isso, de certa forma, sugere uma base norteadora das possibilidades, das escolhas, das responsabilidades, permeando a constituição de um sujeito histórico-cultural. Ao longo da vida, ele constrói suas várias identidades a partir de um contexto que aponta para raízes sociais e relacionais, no qual a presença do outro, no sentido mais amplo de diferenciação, faz-se necessária (MELUCCI, 2004).

1.2 - A busca por uma afiliação identitária

Ao considerarmos que o sujeito, ao longo de sua vida, constitui e é constituído por várias identidades, acatamos a busca por afiliações identitárias, que se dá a partir da necessidade do sujeito de se sentir pertencente. Pertencer significa reconhecer-se e ser reconhecido pelo outro também em suas diferenças, em suas potencialidades, em suas limitações. Quando o sujeito se inscreve em determinado grupo, em determinada orientação profissional, em determinada comunidade, participa das exigências que permitem o desenvolvimento de condutas favorecedoras de um bom convívio social. Como coloca SEMPRINI (1999,p.103,104), ao se referir à necessidade do sujeito de afiliação:

Se a identidade individual fica definida por sua inscrição num quadro de pertença, esse quadro representa ao mesmo tempo o potencial e os limites da experiência identitária do sujeito. É

somente pelo encontro com o outro que esta experiência pode ser enriquecida e transcendida [...]. A experiência da diferença é vista como um valor em si, pois ela não permite apenas o desencadeamento da dinâmica intersubjetiva – algo sempre válido para qualquer interação – mas ela permite igualmente ao indivíduo “distanciar-se” de sua identidade, colocá-la em jogo e fazê-la evoluir ao compará-la a outros modelos identitários.

Podemos dizer, então, referindo-nos à determinada afiliação identitária profissional, que o se responsabilizar por condutas específicas esteja associado ao tipo de afiliação identitária na qual o sujeito se inscreve e busca pertencimento. Afiliado, por exemplo, a um grupo que lhe acolhe como semelhante e o reconhece em suas diferenças, o sujeito tem, à disposição, um leque de opções significativas à espera de escolha, reforçando sua responsabilidade na constituição de sua identidade profissional.

Quando refletimos sobre a realidade dos educadores sociais sujeitos desta pesquisa, conforme material disponibilizado em nosso instrumento, reconhecemos em seu discurso a carência de uma afiliação identitária de educador social como profissional, norteadas por uma ética deontológica balizando sua conduta. O que temos encontrado, na função de educador social, são profissionais supostamente afiliados às suas formações acadêmicas de base, ou seja, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia etc, buscando, muitas vezes, adaptar ou simplesmente aplicar, no desenvolvimento do trabalho socioeducativo, técnicas oriundas dessas graduações.

A contradição disso está justamente no fato de que, para essa intervenção, não há metodologias prontas a serem aplicadas. Ao concebermos a idéia de processo, de dinâmica, de movimento diante de um contexto que exige atenção e cuidados específicos, as metodologias de caráter qualitativo só podem ser construídas, efetivamente, no contato com a realidade na qual se intervém. A partir do conhecimento das emergências da população atendida, evidenciando as prioridades específicas de cada comunidade, cada grupo, cada família, é que se constrói ações capazes de transformar a realidade vivenciada.

Isso nos leva a pensar que a prática do educador social, principalmente na realidade brasileira, carece de um respaldo teórico mais específico para sua realização. A dialética teoria versus prática – prática versus teoria apresenta-se como fundamental no desenvolvimento de competências para formação desse educador. Essa carência,

permeando a formação e a atuação do educador social, vê-se, de certa maneira, ratificada nas seguintes palavras de um dos sujeitos desta pesquisa:

[...] Você deve estar se perguntando o que exatamente um educador social faz e onde trabalha? Bem, não sei responder com certeza. O que posso dizer é que as pessoas que trabalham nesta ONG, assim como eu, possuem formação na área de humanas, alguns já trabalharam em escolas públicas, outros têm experiência mais voltada a área de projetos sociais e educacionais. Curiosamente, nenhum deles sabe definir com clareza o perfil de um educador social!!!

Inegavelmente, as profissões correspondentes à formação dos sujeitos podem contribuir com seus saberes para a construção da identidade de educador social, desde que haja um diálogo privilegiando a construção de um novo saber mais específico para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo em detrimento das sobreposições teórico-metodológicas, o que nos remete à noção de interdisciplinaridade como categoria de ação e não de conhecimento (FAZENDA, 2003).

Segundo FAZENDA, interdisciplinaridade como categoria de ação implica, necessariamente, parceria e atitude. Para ela,

a parceria se constitui como mediação privilegiada para a consolidação da intersubjetividade, podendo ampliar, quando revestida de rigor, de autenticidade e de compromisso, a possibilidade de um projeto interdisciplinar. [...] A parceria consiste numa tentativa de incitar o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados e, nessa tentativa, a possibilidade de interpenetração delas (p. 65-69)

A atitude interdisciplinar é entendida como

uma atitude ante alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos não consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo, atitude de humildade ante a limitação do próprio saber, atitude de perplexidade anti a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio, desafio ante o novo, desafio em redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, devida (p.75)

Ainda para FAZENDA, a interdisciplinaridade “decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (p.71). Assim, essa diversidade de saberes tão comum na realidade pesquisada, se colocada a serviço da construção de um novo saber, permitirá, muito provavelmente, o desenvolvimento de competências específicas para o exercício da prática socioeducativa. Principalmente ao considerarmos, apoiados em CARVALHO e BAPTISTA (2004), uma formação profissional como um processo de “socialização profissional, no qual, para além das estritas competências formais suportadas científica e tecnicamente, entram em jogo competências informais da natureza eminentemente relacional e afectiva” (p.86), requisitos fundamentais para possível afiliação identitária de educador social.

1.3 - Identidade profissional de Educador Social: uma realidade

Diferentemente da realidade brasileira, em Portugal e na Espanha há uma formação profissional de educador social que está em plena discussão. No documento elaborado pela Comissão Científica do XV Congresso Mundial da Associação Internacional de Educadores Sociais (AEIJ), intitulado “Declaração de Barcelona – 2001 – Ética e qualidade na acção socioeducativa” (Anexo 2), por exemplo, há uma tentativa de definir e qualificar as características estruturais da prática socioeducativa: “[...] manter a tensão criativa entre o ‘como e o porquê’ dessa ação, [...] reconhece a ética como elemento central da prática profissional, apontando, a partir daí, a adopção de padrões de conduta comuns e a promoção de processos participativos de diálogo e de formação como compromissos colectivos fundamentais” (CARVALHO e BAPTISTA, 2004, p.104).

Na realidade espanhola, a formação profissional de educador social iniciou-se em meados da década de noventa, com a “Diplomatura de Educação Social”, que corresponde à graduação universitária brasileira. Advinda da formação inicial não-universitária, essa “diplomatura” propõe uma educação generalista cujo princípio, segundo ROMANS (2003), aponta “um tronco comum” para os educadores sociais. Esta autora entende que a universidade também tem a “missão” de se envolver em planos de formação continuada,

visando reforçar e ampliar as especificidades e as características individuais desses educadores, permitindo-lhes “responder às necessidades sociais dos cidadãos e, no melhor dos casos, preveni-las” (p.165).

ROMANS (2003) define os conhecimentos gerais e específicos (adquiridos tanto na universidade quanto nas relações do contexto social), as atitudes (sempre otimizadoras) e as capacidades (abarca a qualidade, competência e habilidade do sujeito para realizar determinadas tarefas) como três grandes tipos de competências que deveriam compor a atuação do educador social no exercício de sua profissão. Elenca, ainda, algumas capacidades que considera muito importantes no contexto profissional do educador social, tais como: elaborar projetos educativos; intervir no plano educativo; trabalhar em equipe; formar-se continuamente; gerir recursos, além de desenvolver a liderança.

Discutindo o termo competências, ROMANS (2003) fala em “[...] conjunto de conhecimentos, habilidades e qualidades que permitem a uma pessoa realizar bem as tarefas encomendadas. Portanto, não é um termo entendido somente como um perfil de um posto, mas como qualidade, ‘a competência’ na realização do mesmo” (p.125). CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.86), vivenciando a realidade portuguesa, chamam de competências – “[...] apropriação integrada de saberes, de atitudes e do saber-fazer sob a forma de capacidades [...]” que devem, “pela reflexividade”,

[...] conferir ao educador social a possibilidade de intervenção assente na interpretação exigente da realidade, na comunicação, na avaliação de situações, na empatia, na perseverança e, enfim, na superação empreendedora do sofrimento perante as contrariedades e impasses que prolongam intoleravelmente as injustiças e as frustrações que retiram tantas e tantas vezes aos seres humanos, para além do imediatamente necessário, o sonho, a esperança, a utopia.

Esses autores fazem, ainda, uma distinção muito interessante entre *competências* e *qualificações* no processo de formação do educador social. Quando falam em *competências* estão se referindo a saberes adquiridos que permitem fazer escolhas e ser responsável por elas, uma vez que a responsabilidade,

inalienável em seu aspecto profissional, não é espontânea. Exige, muito pelo contrário, uma formação profissional e pessoal exigente para que possa ser desenvolvida de maneira sistemática, coerente, adaptada e concertada. Uma formação que ultrapassa necessariamente a

fase formal da preparação do educador para se prolongar no próprio exercício da profissão (p. 86).

Já as *qualificações* não favorecem, necessariamente, o assumir a responsabilidade pelas ações, uma vez que estão a serviço da inculcação de destrezas para o exercício de determinada função, isto é, quando não há participação efetiva do processo de criação, de construção desse conhecimento. Afirmam, dessa maneira, que um profissional competente é um profissional autônomo que, ao contrário da ilusão de independência, é

capaz de gerir a interdependência com vantagens simultâneas para o próprio e para a sociedade, o que passa precisamente, [...] pela regulação da flexibilidade e pelo acolhimento da imprevisibilidade, dos outros, do tempo e de nós mesmos (Idem, p.89).

Dessa maneira, CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.25) reafirmam a importância da formação profissional do educador social, que deve perpassar o conhecimento científico, a capacidade reflexiva das diversas situações que compõem um contexto social e o cuidado na relação com o outro e consigo mesmo enquanto sujeito de direitos:

A formação das competências de um(a) educador(a) social exige, em conformidade, uma sólida preparação de alguns domínios das ciências da educação em íntima conjugação com o estudo dos comportamentos individuais e coletivos e uma sólida cultura geral. Estes vectores deverão alicerçar, no seu conjunto, as capacidades de interpretação e de avaliação de situações e de atitudes, de exercício pragmático da solidariedade interpessoal e de interpelação crítica e criativa das políticas e das práticas sociais, protagonizadas pelas sociedades e pelas pessoas.

Diante disso, ROMANS (2003) retoma uma questão que consideramos muito importante para a formação desse educador. Além das diversas qualidades que, segundo ela, são indispensáveis ao educador social (formação teórica em consonância com a prática, “maturidade, o equilíbrio pessoal e o saber relacionar-se funcionalmente com o usuário”), destaca, também, a “formação para o autocuidado do educador”, por ser um trabalho que favorece o envolvimento pessoal e emocional, causando tensões que merecem cuidados. Afinal,

o educador social se transforma muitas vezes no ponto de confluência das tensões vividas entre famílias e instituições, entre indivíduos e grupos, entre o processo de melhoria e o de deterioração de um indivíduo que se estanca em seu processo de socialização. A lentidão em alcançar resultados, a escassez de recursos das entidades, as mudanças de orientações no trabalho devido determinadas políticas, as limitações pessoais e da equipe, as dúvidas sobre se o que se faz é correto e vale a pena fazê-lo podem converter-se em um foco de contradições que dia a dia vão pesando no desempenho da profissão (p.170,171).

Neste sentido, corroboramos os autores discutidos até agora, principalmente no que se refere à necessidade de cuidado para com o educador social. Recorremos novamente a CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.92,93) que, estudando a realidade portuguesa, qualificam esse educador como um

mediador social, ou seja, como um sujeito flexível simultaneamente implicado e distanciado e, deste modo, capaz de empreender e gerir criativamente relações interpessoais e intergrupais que ele respeita e de que o outro necessita. [...] Ao desempenhar o papel de mediador, o educador social apresenta-se na relação sem soluções miraculosas, sem pretensões paternalistas ou redentoras. Esse “não-poder” sobre o outro faz, afinal, a diferença da sua responsabilidade profissional, o que não põe em causa a intencionalidade e o compromisso por parte do educador. Apenas contraria a situação de simples assistência, de paternalismo e de benevolência.

Como interprete da realidade social, pressupomos que esse educador tenha uma consciência ampliada e uma percepção mais abrangente, privilegiando aquilo que a maioria das pessoas parece não querer ou poder enxergar: as potencialidades, tanto da população atendida como as do território no qual esse educador social desenvolve o trabalho socioeducativo. Além disso, também como fator fundamental, parece-nos essencial que permaneça atento, sem se descuidar de si.

Essas características de abrangência marcam um perfil ou um conjunto de habilidades desejáveis para o educador social, um sujeito polivalente cuja capacidade de olhar para além daquilo que se apresenta o faz intervir na realidade existente, já prevendo as mudanças que deverão ser alcançadas. A perspicácia, a criatividade e o olhar prospectivo são o eixo desse profissional que, na relação com o outro, também é tocado em sua humanidade.

Reforçando a noção de que o educador social é um profissional polivalente e em contínua formação, é necessário, segundo PETRUS (apud ROMANS, 2003, p.128,129), que ele

- Tenha um caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao trabalho em equipe.
- Desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para as muitas situações diferentes e muitas vezes imprevisíveis.
- Tenha capacidade de se comunicar com os usuários, colegas e instituições de uma maneira profissional, baseando a relação na colaboração e no respeito mútuo.
- Seja capaz de analisar as causas e as conseqüências dos problemas sociais e tenha a sensibilidade suficiente para não se escandalizar diante de situações que os usuários apresentem.
- Controle sua emotividade e possua um grau suficiente de maturidade para enfrentar situações, incidentes ou casos cuja resolução seja dificilmente compreensível ou aceitável para a própria pessoa.
- Seja consciente de seu nível de estresse e tenha sob controle as conseqüências que para ele comporte a relação diária com a problemática social, levando em conta as limitações existentes na resolução de certos problemas.
- Seja capaz de refletir e de melhorar sua prática profissional, de atender sua saúde integral e de encontrar estímulos no e fora do próprio trabalho que o façam mais agradável e eficaz.

Essas características não estão ao alcance de qualquer um, pois vão além de uma formação acadêmica de base. Isso significa dizer que, para ser um profissional educador social capaz de realizar ações transformadoras do outro e de si próprio, é preciso estar bem preparado para a realização de uma tarefa árdua, inconstante e longe da previsibilidade. Essas características são marcantes das intervenções em uma realidade, a da exclusão social, que assusta, amedronta e, não raramente, fragiliza uma ação supostamente transformadora.

Pensando o grau de investimento necessário para se tornar um educador social profissional, P.AYERBE (apud ROMANS, 2003, p.131) questiona se realmente o educador

social realiza esse papel transformador. Pauta suas dúvidas a partir de alguns motivos que o fazem refletir:

- As situações de precariedade profissional de alguns educadores sociais os tornariam dependentes dos empregadores, evitando manifestar pensamentos e atos que poderiam perturbar as instituições para as quais trabalham.
- Está se construindo, nesse momento, o reconhecimento oficial da profissão. A imagem profissional do educador social pode induzir a uma predominante prestação técnica de serviços, entendendo que outras questões, desses mesmos serviços sociais, poderiam ser interpretadas como uma falta de profissionalismo.
- A fuga entre dois estilos de educadores, que iriam dos perfis da filantropia e da benevolência ou ao dos rebeldes ou contestatórios, pode ser evitada garantindo aspectos técnicos em suas competências.

Também pensando a identidade de educador social, ROMANS (2003) caricaturou alguns estilos de atuação desse profissional. Deixa claro, no entanto, que sua finalidade está voltada à crítica construtiva e não à formatação de condutas, o que faz com que essa forma de exposição possa servir de base para o educador social se reconhecer em determinado papel e se auto-avaliar. É um exercício que propõe a reflexão, o pensamento crítico e a coragem de rever a si mesmo, possibilitando, em certo sentido, a quebra de estereótipos no discurso e no exercício da prática cotidiana.

Como bem coloca, exagera no papel de quatro estilos de atuação profissional de educador social, a saber: *o educador social resignado*; *o educador social tecnicizado*; *o educador social conformista*; *o educador social criativo*. Descreve o primeiro estilo da seguinte forma:

O educador social resignado. Quer dizer, aquele que centra seu ponto de vista nos aspectos pouco estimulantes de sua profissão, queixa-se do mau funcionamento de “tudo”, mas tampouco trabalha para melhorar as coisas. Destaca-se por sua atitude passiva. Expressões como: “O que é que se pode fazer?, Isto sempre foi assim!, Ninguém vai mudar isso!, Eu não posso fazer nada!, Ninguém está para o trabalho!”... são suas exclamações favoritas. Diríamos que esta pessoa se arrasta em sua profissão e que perdeu a esperança em seu trabalho. Dificilmente encontraríamos algum aspecto positivo neste tipo de atitude, pois não se trata da

disposição de um dia isolado ou de um momento determinado, mas sim de um comportamento permanente (p.132).

Prevalece, nesse estilo de educador, a imobilidade. Direciona qualquer tipo de ação para que a transformação não aconteça. Adota um discurso poliqueixoso e, muitas vezes, coloca-se no lugar de vítima, assemelhando-se à maioria da população por ele atendida. Mesmo quando não cola sua realidade à realidade do outro, demonstra não ser capaz de uma ação transformadora por também sofrer em sua humanidade, seja pela falta material, seja pela carência afetiva, seja por ambas. Haverá, sempre, algo alimentando a desesperança e, como diz DEJOURS (2001), dificilmente manifestará alguma indignação diante de uma realidade que beira à crueldade.

O segundo estilo, *o tecnicizado*, aponta para uma formação que privilegia os aspectos cognitivos em detrimento dos aspectos emocionais e afetivos que permeiam toda e qualquer relação. Se por um lado esse estilo está respaldado pelo conhecimento científico permeando critérios para intervenção, o que é de extrema importância como diferenciação do senso comum, por outro, pode impor um olhar homogêneo para a realidade vivenciada, o que acentuaria a verticalização das ações desse educador. Isso, de certa forma, compromete a capacidade reflexiva, porque destitui a dúvida desse processo que, necessariamente, deve primar por uma escuta atenta e, portanto, diferenciada.

O educador social tecnicizado. Quer dizer, excessivamente aplicador dos recursos e com atitudes abertamente desvinculadas do “social”. Destaca-se por proceder de modo rigorosamente técnico. Expressões como: “o manual ‘X’ diz que...”, “se experimentou...”, “a aplicação neste caso segundo...”. Os aspectos positivos neste tipo de atuação seriam os de atuar em cada momento sabendo os critérios científicos, legais, que podem apoiar uma intervenção. O aspecto negativo é a aplicação ao pé da letra de todos os cânones, sem levar em conta que cada situação é diferente e que em muitas ocasiões há margens que permitem uma orientação diferente nas intervenções. Pelo menos existiria a dúvida e a possibilidade de contrastá-lo com outros profissionais (p.132).

O terceiro estilo de educador caricaturado, *o conformista*, leva-nos à idéia de um profissional acomodado, satisfeito e talvez feliz com seu desempenho. De fácil adaptação, o que poderia ser visto como uma virtude louvável, esse educador social exime-se da

responsabilidade de reflexão e do questionamento, restringindo sua atuação à segurança do que já existe, do que já conhece. Não propõe, não se arrisca, não ousa. Sua criatividade talvez esteja a serviço da manutenção dessa condição tão desfavorável vivida por muitas pessoas, o que lhe asseguraria uma colocação profissional.

O educador social conformista. Quer dizer, um mero executor de protocolos e de serviços. Destaca-se por uma atitude adaptadora. Seria a pessoa que encontrou a maneira de trabalhar sem grandes sobressaltos, isto é, sem excessivas esperanças e sem graves decepções. É a atitude do “vamos levando”, “vamos como Deus quer”, “eu faço o que me disseram para fazer”. É o que entenderíamos por mediocridade, que permite estar no limite do profissional, quer dizer, nunca se poderia acusar o sujeito de “não trabalhar”. Cumpre o necessário e exato para evitar problemas. Nunca utiliza a margem de liberdade na tomada de decisões que pode ter em seu trabalho: “os outros que decidam”, “eu faço o que me mandam”, “eles que pensem, são pagos para isso!”. Como aspectos positivos diríamos que seria um perfil de fácil adaptação a situações diferentes, tanto em seu contexto como na relação com os colegas e responsáveis, mas trabalhar com uma atitude somente acomodadora ou adaptável nos parece excessivamente pobre para todo profissional e, principalmente, para um educador ou educadora social (p.133).

Já *o educador criativo*, a quem ROMANS parece atribuir características mais apropriadas para o desempenho de um papel profissional, destaca-se pelo seu otimismo e olhar prospectivo, mas sem deixar de ser realista. É um educador ativo e não acomodado, que privilegia a ação e a ousadia em detrimento de uma espera que não aponta caminhos. Mesmo calcado em uma formação acadêmica, não se restringe ao tecnicismo. Busca, incessantemente, uma composição entre a teoria e a prática, sem se descuidar dos aspectos relacionais que também demandam investimento afetivo, assegurando uma postura ativa, reflexiva e inovadora.

O educador criativo, a quem também poderíamos chamar “realista”, porque achamos que o realismo não é estranho a uma atitude proativa. É um educador otimizador, quer dizer, aquele que apóia alternativas inovadoras de melhora. Destaca-se por sua atitude construtiva e otimista. Expressões tais como: “vamos ver como resolvemos”, “por que não propomos um plano de ação a... ou para...”, “analisemos este caso e passemos a...”, “como poderíamos melhorar este protocolo?”, “por que não unificamos os critérios de atuação em...?”, são atitudes estimuladoras para as equipes. Uma atitude positiva sempre olha para a frente, visando à atividade. Se há conotações criativas normalmente é proativa, quer dizer, adianta-se à situação e prevê melhoras

que podem otimizar o trabalho da equipe. Poderia haver um aspecto negativo em tal atitude se esses educadores não forem realistas, não forem capazes de analisar as situações, deixando-se levar por um entusiasmo exagerado que tampouco permite cumprir com os objetivos, porque estes não costumam ser práticos. Uma atitude otimista permite, a partir da realidade, captar os desajustes e contribuir para a melhora do trabalho e das relações com os usuários, clientes, com os colegas e com os responsáveis (p.133).

É preciso salientar, no entanto, que esses estilos não estão a serviço de um possível enquadramento dos sujeitos desta pesquisa ou de uma simples comparação de suas características, buscando algum tipo de classificação. Servem, de certa forma, para pensarmos o que tem sido observado como perfil e traços de identidade profissional de educador social dentro de uma realidade que oferece essa formação universitária. Isso porque, pensando o grau de investimento necessário para se tornar um educador social profissional, retomamos e ratificamos a preocupação de P. AYERBE (apud ROMANS, 2003, p.131) ao questionar a atuação do educador social no que se refere aos resultados das ações: “[...] As situações de precariedade profissional de alguns educadores sociais os tornariam dependentes dos empregadores, evitando manifestar pensamentos e atos que poderiam perturbar as instituições para as quais trabalham”.

Neste sentido, tanto a realidade espanhola (ROMANS, 2003) quanto a portuguesa (CARVALHO e BAPTISTA, 2004) preconizam a necessidade de formação contínua para o educador social, principalmente por atuar em um campo dinâmico e imprevisível que exige muito mais do que aplicações de técnicas pré-estabelecidas. Aprofundar conhecimentos, desenvolver a capacidade de comunicação, de escuta atenta e de interação são alguns requisitos de uma formação cujas diversidade e criatividade também permeiam o processo de constituição dessa identidade profissional.

Assim como ZIMERMAN (2002), CARVALHO e BAPTISTA (2004) consideram imprescindível assegurar um lugar de acolhimento, um espaço propício à discussão da prática cotidiana, de estudos dirigidos que possam favorecer a ampliação do olhar desse educador para as possibilidades advindas da realidade vivenciada. Sobretudo, um lugar de valorização e reconhecimento, onde ele possa também se reconhecer como sujeito e como profissional da condição humana. Isso porque,

enquanto mediadores sociais, os educadores têm a responsabilidade de procurar consolidar e renovar as redes já existentes no meio em que as pessoas vivem, mas, ao mesmo tempo, têm de ajudar a inventar redes novas, criando espaços de pertença e de referência afectiva (p.93).

Além disso, o educador social precisaria ter assegurado, nas relações com a população por ele atendida, o que CARVALHO e BAPTISTA (2004) chamam de “princípio ético da distância óptima”, ou seja, manter uma “[...] distância que permita garantir a conjugação equilibrada entre racionalidade, sensibilidade e serenidade” (p.93). Assegurar certo distanciamento da realidade assistida não significa ignorar o que se vê, o que se ouve, o que se sente e, muito menos, condenar o outro à indiferença. Ao contrário, é ter a capacidade de aproximação dessa realidade sem se deixar contagiar, sem se deixar envolver, sem se deixar ser tomado por ela. É a clareza de que a dor do outro é a dor do outro e que somente ele (o outro) é responsável pelas próprias escolhas.

Um desafio contínuo na construção de identidade profissional de educador social está, talvez, no desenvolver-se como agente de proximidade humana, de solidariedade, com especial atenção para o fato de que nesse trabalho, cuja maneira de atuar tradicionalmente apóia-se na “boa vontade e na boa fé” (ROMANS, 2003), não se pode perder de vista a exigência profissional de uma postura descolada de dogmas, crenças religiosas ou qualquer inspiração puramente divina.

1.4 - A concepção de identidade norteadora deste estudo

A concepção de identidade que norteará a análise deste estudo é a de construção de identidades como movimento, como processo, como metamorfose (CIAMPA, 2005), implicando, necessariamente, a relação com o outro no sentido de se reconhecer e ser reconhecido em suas diferenças, em sua individualidade, como sujeito singular cujas afiliações identitárias (SEMPRINI, 1999) apontam para uma base norteadora das possibilidades, das escolhas, das responsabilidades.

Nessa concepção, o sujeito é constituído na e pela construção de várias identidades ao longo de sua vida. No campo das relações sociais, suas múltiplas identidades manifestam-se a partir do contexto vivenciado e dos propósitos a que se destinam. Em uma

atuação profissional, por exemplo, o sujeito não se vê livre de seus papéis de pai, marido, filho, mulher, homem etc; o que pode interferir negativamente no exercício da sua prática profissional. Por isso, se não houver um preparo para lidar com as diversas situações de seu trabalho profissional, muito provavelmente algumas identidades se confundirão, fazendo com que o sujeito, pensando aqui o educador social, identifique-se com a situação vivenciada, não se diferenciando e, portanto, distanciando-se de sua função de agente facilitador da transformação.

Embora na realidade estudada não possamos considerar os sujeitos como educadores sociais profissionais, uma vez que desempenham uma função descolada de uma profissão, pensamos essa atuação a partir da manifestação de traços que possam indicar a construção de uma identidade a caminho da profissionalização. Isso porque, no exercício da prática cotidiana, as ações se assemelham e se diferenciam numa dialética que implica processo, movimento e possíveis transformações, evidenciando os sentidos pessoais e coletivos dados a essa prática. Consideramos, ainda, a noção de *profissionalidade* (GUIMARÃES, 2004), caracterizando como o sujeito se identifica profissionalmente (*identidade para si*) e como é identificado (*identidade para os outros*).

Junto disso, atentamos para a questão levantada por MARTINELLI (2007) sobre “identidade atribuída”, condição que submete a atuação do sujeito aos caprichos de uma ordem social, privilegiando a reificação das pessoas envolvidas no processo de intervenção. Isso inclui o próprio educador social que, supostamente, vê esvair a possibilidade de se respeitar e se sentir respeitado, de se valorizar e se sentir valorizado no exercício de sua função, condição favorecedora da prevalência do sentimento de resignação.

A identidade que os sujeitos desta pesquisa vêm desenvolvendo na prática cotidiana também está sendo pensada a partir da reflexão sobre os estilos de educador social caricaturados por ROMANS (2003), os perfis e as características desejáveis desse educador segundo PETRUS (apud ROMANS, 2003) e as atitudes proativa e otimizadora, capazes de manter a “ética da distância ótima”, preconizada por CARVALHO e BAPTISTA (2004).

A identidade do educador social, neste estudo, não deve ser pensada, então, a partir de um pessimismo que, na melhor das hipóteses, leva o sujeito a um grau de imobilidade, condenando-o à desesperança ou à espera de sabe-se lá o quê, e não tão próxima de um otimismo que o afasta da realidade vivida.

Calcados nos sentidos (encharcados de afeto) que o sujeito atribui às significações de sua prática, podemos nos aproximar, assim acreditamos, das características da identidade que os educadores sociais desta pesquisa vêm construindo e que precisam ser reveladas para que eles possam, de alguma forma, vivenciar um processo de significação e ressignificação constantes, a partir da manifestação do conteúdo de sua subjetividade. E também para que se reconheçam e se sintam autorizados e legitimados em sua função.

Acreditamos que o sentido dessa identidade de educador social, em constante construção, esteja na busca pela coerência entre seus pensamentos, ações e reflexões, resultando em transformações efetivas para a dignidade, não só das pessoas atendidas, mas também a própria. Daí a importância de romper com o caráter “missionário” de intervenção calcado no “desejo de ajuda” quando esse for um sentido atribuído à prática cuja motivação supera o desprestígio que uma carreira possa ter (SIMÕES NETO, 2005). Isso porque, mesmo sendo um sujeito que vive, ama, emociona-se e sofre com seus medos, receios e enganos, o educador social tem de ser capaz de ir além quando a maioria parece não ter mais esperanças.

CAPÍTULO II

Metodologia

VERDADE

**A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.**

**Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.**

**E a segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.**

**Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.**

**Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.**

Carlos Drummond de Andrade

Considerando a subjetividade como objeto de investigação, escolhemos a pesquisa qualitativa, a qual nos traz a possibilidade de um olhar mais aprofundado sobre os aspectos objetivos e subjetivos que compõem as relações sociais e, inevitavelmente, a constituição da subjetividade do educador social. Além disso, esse tipo de pesquisa permite uma relação mais estreita entre pesquisador e sujeito da pesquisa, o que, de certa forma, contribui para uma coleta de dados mais rica, detalhada e complementada com a capacidade de observação do pesquisador no campo de trabalho.

É preciso ressaltar, no entanto, que, segundo MELUCCI (2005) e colaboradores, há na pesquisa qualitativa o risco de um envolvimento além da medida entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, interferindo em sua ação reflexiva. Isso se dá porque a relação entre eles não é desprovida de afeto, fato que pode comprometer o trabalho desenvolvido quando não se tem assegurado certo distanciamento nessa relação, condição essencial para que o pesquisador não cole sua realidade à realidade do sujeito pesquisado.

Ao priorizarmos uma pesquisa qualitativa, estamos cientes da necessidade de submeter a relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa à reflexão crítica, principalmente no que se refere ao processo de análise do material coletado. Esta análise, segundo FRANCO (2003, p.24,25), tem uma finalidade importante que é

[...] produzir inferências sobre qualquer um dos elementos básicos do processo de comunicação: a fonte emissora; o processo codificador que resulta em uma mensagem; e o processo decodificador. [...] É ela que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem (escrita, falada e/ou figurativa) é sem sentido até que seja relacionado a outros dados. O vínculo entre eles é representado por alguma forma de teoria. Assim, toda análise de conteúdo implica comparações; o tipo de comparação é ditado pela competência do investigador no que diz respeito a seu maior ou menor conhecimento acerca das diferentes abordagens teóricas.

Por ser um conteúdo que não se revela de forma explícita, a leitura do material disponibilizado pelos sujeitos desta pesquisa não pode ser considerada “pura”, livre de interferências subjetivas. O pesquisador, neste caso, faz a leitura do escrito do outro, isto é, do conteúdo manifesto, buscando revelar o implícito, amparado em sua própria subjetividade. Isso significa dizer que o resultado de sua leitura está caracterizado pelo

sentido pessoal (carregado de afetos) que o pesquisador atribui às significações, porque interpreta uma realidade a partir dos conteúdos que compõem sua constituição de sujeito histórico-cultural.

Para FRANCO (2003), o escrito é ponto de partida para se chegar aos conteúdos manifestos e latentes do sujeito. O pesquisador precisa seguir alguns passos, levando-o a uma análise que evite, em certo sentido, o máximo possível de sua projeção subjetiva, a qual pode ser constatada quando os objetivos da pesquisa são refletidos no resultado da análise e têm “como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas”(p.23).

Neste sentido, FRANCO afirma que a inferência, entendida como processo que se dá entre a descrição e a interpretação de determinado conteúdo, é fator essencial para a análise do material de um estudo, considerando que ele (o material) está sempre recheado de significações afetivas, alvo da pesquisa qualitativa:

Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após um tratamento inicial) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a essas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação (p.25).

Como forma de estudar a subjetividade, a pesquisa qualitativa exige do pesquisador uma postura que o descole dos resultados previstos e desejados, abrindo-se para o imponderável, a imprevisibilidade e o novo constante do material disponibilizado. A interpretação do conteúdo oferecido pelos sujeitos não lhe deve assegurar o conforto do conhecido se, realmente, pretende contribuir com novos conhecimentos.

O desafio está, então, no apreender o sentido que o sujeito dá às significações culturais, o que requer ir além das aparências objetivas. Para enfrentarmos esse desafio, contamos, também, com AGUIAR (2001) que, pensando VYGOTSKY, diz:

[...] para apreender um processo interno é necessário exteriorizá-lo, relacionando-o com alguma outra atividade exterior. Assim, apontamos a palavra com significado como nossa *unidade de análise*, uma vez que ela encerra as propriedades do pensamento, por se constituir numa mediação deste. Por meio da palavra, podemos apreender os aspectos

cognitivos/afetivos/volitivos constitutivos da subjetividade, sem esquecer que tal subjetividade e, portanto, os sentidos produzidos pelos indivíduos são sociais e históricos (p. 130-131).

A fim de verificarmos características de identidade que os sujeitos desta pesquisa vêm construindo como educadores sociais, o que requer uma aproximação da história, das elaborações e dos sentidos dado por eles às significações da prática cotidiana, construímos um instrumento que consta de três partes, respondidas por escrito pelos educadores.

A primeira parte (Anexo 1), formada por um questionário elaborado pelo pesquisador deste estudo, consta de perguntas que abarcam a identificação do sujeito, formação acadêmica, condição sócio-econômica e aspectos relevantes de sua prática profissional, tais como: satisfação e insatisfação no desenvolvimento de seu trabalho; dificuldades cotidianas; tempo que pretende permanecer como educador social; o que o levou a ser educador social etc.

A segunda parte (Anexo 1) solicita aos sujeitos que escrevam duas cartas: a primeira para um colega de faculdade a quem não vê há algum tempo, contando a sua experiência como educador social. A segunda para uma pessoa que vive em situação de risco social, expondo o trabalho que desenvolve, com a finalidade de preparar sua entrada na comunidade. Buscamos, dessa forma, identificar de que lugar o educador social fala quando se refere à sua prática cotidiana, tendo como interlocutor, por um lado, a população atendida, e, por outro, alguém que, supostamente, esteja em uma situação semelhante à sua, de inclusão social, de formação universitária e, pelo menos em parte, de atuação profissional.

A escolha das cartas deve-se ao fato de que este gênero textual, da forma proposta, propicia uma maior informalidade do discurso. O sujeito, normalmente, fala em primeira pessoa e tem total liberdade de se descolar da formalidade de teorias e conceitos de caráter científico. Isso, de certa forma, pode ser considerado um elemento facilitador para a manifestação de aspectos cognitivos e emocionais desse educador social ao se referir à sua prática cotidiana.

A terceira e última parte desse instrumento (Anexo 1) permite ao sujeito manifestar alguma informação, observação ou comentário que considere necessário acrescentar ou reforçar, caso não tenha se sentido contemplado nas etapas anteriores. Este recurso é extremamente interessante, uma vez que possibilita ao sujeito a manifestação de algum

conteúdo mobilizado pelas questões anteriores, mesmo que não tenha sido questionado. Pressupomos que, tanto na segunda (as cartas) como na terceira (observações) partes deste instrumento, os sujeitos poderão ratificar (ou não) suas colocações, reforçando aspectos comuns característicos de sua atuação.

Ao elaborarmos um instrumento que propicia aos sujeitos o registro de suas manifestações cognitivas e afetivas, temos o objetivo de contemplar o universo simbólico dos conteúdos relacionais e culturais significados pelo sujeito. Isso nos permite, de certa forma, acessar alguns aspectos de uma subjetividade carregada de desejos, emoções, necessidades, afetos e motivações revelados na sua produção escrita.

A partir da palavra escrita é preciso observar tanto o conteúdo explícito como o que não foi dito claramente e, portanto, não pode ser alcançado por um olhar linear. O que está implícito, de algum modo, aflora nas entrelinhas do texto e, por isso mesmo, entre o que o educador social diz de si e de sua prática e o que cala, há o lugar por onde deixa revelar-se em sua subjetividade, uma vez que não se despe de sua afetividade ao se deparar com um contexto pouco favorável à dignidade humana. Isso significa dizer que, para se aproximar do sentido que esse educador dá às significações oriundas da prática cotidiana, é preciso buscar o implícito, tocar os desejos, evidenciar as necessidades e dialogar com as emoções a partir das manifestações de vontade do sujeito, caracterizando a tendência “afetivo-volitiva” (VYGOTSKY, 1998, p.187).

Por fim, estamos cientes, ao trabalharmos com uma metodologia que exige capacidade reflexiva apurada e determinação na busca de novos conhecimentos, do desafio apontado por MELUCCI (2005, p.37): “Como fundar uma relação observadora que é sempre também intervenção, mas que não deve por isto transformar em manipulação?”.

MELUCCI (2005) dá o primeiro passo ao propor que o conhecimento científico deve perder o seu “privilegio sacral” (p.38), tornando-se uma prática entre outras, o que colaboraria para a não cristalização de ações e, conseqüentemente, a não manipulação num campo tão dinâmico como o social. Podemos inferir que não cabe a tentativa de estabelecer uma relação de igualdade entre pesquisador e sujeito da pesquisa, uma vez que a diferença é fator essencial para o sujeito se constituir e se reconhecer como tal; assim como não cabe tentar impor uma hegemonia.

Cabe ao pesquisador, portanto, uma aproximação desse educador social mediante a “ética da distância ótima” favorecedora da coerência entre racionalidade, sensibilidade e serenidade (CARVALHO e BAPTISTA, 2004), assegurando-lhe postura ativa, reflexiva e também transformadora da realidade estudada.

2.1- Sobre os sujeitos

Escolhemos, como sujeitos desta pesquisa, educadores sociais de nível universitário, atuantes na cidade de São Paulo e arredores, que estivessem, preferencialmente, desenvolvendo trabalho socioeducativo junto à população em situação de risco e exclusão social. A escolha dessa escolaridade deu-se pelo pressuposto de que o educador, de alguma forma, estaria mais bem preparado para o desenvolvimento de seu trabalho, principalmente no que se refere à possibilidade de manter um certo distanciamento emocional (“ética da distância ótima”) frente às situações de adversidades vividas pela população atendida e na relação estabelecida em cada atendimento.

Priorizamos educadores vinculados a ONG’s (Organizações não Governamentais) e/ou outras instituições de atenção à população referida, por consideramos que teríamos facilitado o acesso a educadores sociais com formação universitária diversificada. Um outro critério foi assegurarmos que os sujeitos de nossa pesquisa desenvolvessem seu trabalho com o caráter profissional⁸ e não voluntário, embora a afiliação identitária profissional não fosse a de educador social, uma vez que não há essa formação universitária na nossa realidade.

Contando com apoio de colegas que têm conhecimento ou vínculo com ONG’s, foi-nos possível acessar algumas coordenadoras que, após visita à instituição e apresentação do nosso projeto de estudo, serviram de elo para contatarmos e convidarmos educadores sociais para serem sujeitos desta pesquisa. Outros educadores foram contatados mediante a

⁸ Restringimos nosso estudo aos educadores sociais de nível universitário, por consideramos que as outras pessoas que praticam algum tipo de intervenção junto à população referida estão muito mais propensas a se identificarem com a situação das pessoas atendidas. Frequentemente moram nas próprias comunidades, sofrendo das mesmas privações e falta de cuidados. Há, ainda, aquelas pessoas comprometidas, apenas, com a idéia de uma boa ação voluntária. O que não necessariamente condena o sujeito a não ação, mas, provavelmente, o descola da responsabilidade de uma atuação “profissional” específica ou fundada em formação especializada..

indicação de sujeitos participantes da pesquisa que, colaborando com a necessidade exposta pelo pesquisador de diversificar as áreas de formação e o público atendido, disponibilizaram novos acessos.

Para alguns educadores sociais, o instrumento foi entregue pelo próprio pesquisador, em encontro previamente marcado. Para outros, contamos com a ajuda das coordenadoras das instituições. Cerca de vinte e cinco instrumentos foram encaminhados para preenchimento, apenas dezesseis retornaram preenchidos. Em média, o prazo de preenchimento de cada instrumento foi de dez dias. A maioria dos instrumentos foi devolvida ao pesquisador pelo próprio sujeito da pesquisa, momento em que foi possível ouvir um pouco mais de cada um. Em outros casos, o instrumento foi enviado pelo correio pela coordenadora mediadora. De qualquer modo, todos os educadores sociais tiveram disponibilizadas formas de contato com o pesquisador. Esse processo decorreu entre início de Março e final de Setembro de 2006.

Do total de instrumentos preenchidos, um não pôde fazer parte do estudo, porque a educadora social exercia a função como voluntária. Assim, contamos com quinze educadores sociais como sujeitos, sendo quatro formados em Psicologia, quatro em Serviço Social, três em Pedagogia e os demais (quatro) em áreas diferentes: Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis.

Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, inspirados no romance de José Saramago, *Ensaio sobre a Cegueira*, nomeamos os sujeitos participantes desta pesquisa pela sua formação acadêmica, complementando com alguma característica marcante nas respostas dadas ao instrumento. Essa opção é importante, principalmente quando os sujeitos forem da mesma área de formação, exemplos: *a assistente social satisfeita* (apesar das adversidades, diz estar satisfeita com seu salário); *a assistente social do “Ufa!!!”* (ao falar sobre suas múltiplas atribuições na função, termina com um *Ufa!!!*); *o psicólogo do tempo* (ênfata que o tempo do outro tem de ser respeitado); *a pedagoga das crianças* (por trabalhar especificamente com crianças) etc. Queremos, dessa maneira, distinguir cada profissional e, ao mesmo tempo, resguardar seus nomes reais, evitando uma possível identificação desses educadores sociais.

2.2 – Sobre a organização dos dados para análise

A análise dos dados colhidos (realizada no capítulo III) terá como ponto de partida a caracterização dos educadores participantes desta pesquisa, mediante tabelas demonstrativas, considerando faixa etária, estado civil, número de filhos, perfil sócio-econômico / renda familiar, situação de moradia, formação acadêmica, tempo como educador social, instituição onde trabalha (pública, privada, ONG), condição (funcionário registrado, prestador de serviços), carga horária semanal, público que atende, local de atendimento e satisfação ou não com salário recebido.

Após esta caracterização inicial, apresentaremos uma tabela comparativa dos dados dessa primeira parte, incluindo uma síntese geral. Analisaremos, também, além da satisfação ou não referente aos salários, as respostas aos questionamentos abaixo, com intuito de identificar manifestações subjetivas dos sujeitos.

- 1) O que o (a) levou a ser um (a) educador (a) social?
- 2) Pensando sua prática cotidiana como educador (a) social:
 - a- O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?
 - b- O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?
- 3) Por quanto tempo você pretende trabalhar como educador (a) social? Por quê?

Ainda, analisaremos as duas cartas constantes da segunda parte, bem como qualquer informação ou comentário contido na última parte do instrumento. Queremos, dessa maneira, verificar se esse conteúdo ratifica o que foi revelado na primeira parte do instrumento, atentando, além disso, para o que o sujeito traz de novo, de inédito.

Por fim, apresentaremos (capítulo IV) uma reflexão sobre o território de exclusão social e o trabalho socioeducativo e a subjetividade como aspectos relevantes da construção da identidade desse educador. O território de exclusão social, por ser o lugar onde o educador intervém. O trabalho socioeducativo, por ser sua principal função. A subjetividade, por sua vez, como campo das emoções, dos afetos, dos sentimentos, contém

os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao território de exclusão e ao trabalho socioeducativo que queremos revelados.

Nosso objetivo, portanto, nesta seqüência de análise dos dados, é verificar, a partir das semelhanças e contradições evidenciadas, o que esse material nos revela sobre as características comuns da identidade que esses educadores sociais vêm construindo na sua prática cotidiana.

CAPÍTULO III

Análise dos dados empíricos

HIPÓTESE

**E se Deus é canhoto
e criou com a mão esquerda?
Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.**

Carlos Drummond de Andrade

Para melhor visualização dos dados apresentados pelos sujeitos desta pesquisa elaboramos, como pode ser observado no item 3.1, quatro tabelas que possibilitam uma caracterização desses sujeitos. A primeira tabela demonstrará os dados dos educadores da área de Psicologia; a segunda dos Assistentes Sociais; a terceira os da Pedagogia; a quarta os dos demais educadores, ou seja, um de cada área, a saber: Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis.

O objetivo de iniciarmos a análise do material coletado a partir dessas tabelas é fazer um comparativo dos dados apresentados, considerando as diferentes formações desses sujeitos, bem como os aspectos que os diferenciam ou os aproximam no exercício de sua função como educador social.

Para tanto, em um primeiro momento, faremos a apresentação dos dados entre os pares (lembrando que agrupamos as áreas Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis), caracterizando os sujeitos, e, em seguida, uma comparação entre todos os educadores sociais. Dessa maneira, teremos facilitada a apreensão dos dados disponibilizados para análise, destacando os aspectos relevantes e, portanto, constitutivos dessa identidade em construção.

3.1 -Caracterização dos sujeitos: quem são eles?

Tabela 1 – Educadores (as) Sociais da área de Psicologia

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a psicóloga do aprender</i>	<i>a psicóloga dos catadores</i>	<i>a psicóloga das famílias</i>	<i>o psicólogo do tempo⁹</i>
Idade	35 anos	29 anos	26 anos	32 anos
Estado Civil	Separada	Casada	Solteira	Solteiro
Nº de filhos	Zero	Um	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	Acima de R\$ 5.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
Mora com	Mãe	Marido e filho	Os pais	Mãe e irmão
Residência	Própria/quitada	Alugada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Escola Privada
Formação 2º G.	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Escola Pública
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2004	2001	2004	2000
Educador Social há	Dois anos	Cerca de três anos	Dois anos	Cerca de quatro anos
Instituição/Organização	ONG	ONG	ONG	Atuava em ONG
Vínculo	Func. Registrada	Prest. De serviços	Func. Registrada	Era funcionário registrado
Desde	Janeiro/2006	Julho/2003	Janeiro/2006	Setembro/2005
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	40h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Catadores de material reciclado	Famílias em risco social	Famílias, ças e adolescentes que trabalham na rua
Local onde atende	Locais cedidos pela comunidade	Na organização	Associação de Bairro	Na rua e visitas domiciliares
Satisfeito c/salário?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

⁹ Durante o período de preenchimento do instrumento, *o psicólogo do tempo* encontrava-se recém desligado da ONG na qual desenvolvia seu trabalho.

Dos quatro educadores sociais da área de Psicologia, apenas um é do sexo masculino. A média de idade é de trinta anos. Todos moram com mais de uma pessoa. A *psicóloga dos catadores* é a única casada, com filho, apresentando renda familiar acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais). Apesar disso, é a única que mora de aluguel. A renda familiar da *psicóloga do aprender* é a mais baixa, não ultrapassando R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) mensais.

Quanto à formação Ensino Fundamental e Ensino Médio, apenas *o psicólogo do tempo* respondeu a questão. O Ensino Fundamental foi em escola privada e o Ensino Médio em escola pública. Já a formação superior de todos ocorreu em universidade privada, concluída entre 2000 e 2004. Atuam como educadores sociais há dois, três e quatro anos, vinculados, atualmente, a ONG's. A única exceção é *o psicólogo do tempo*, recém desligado da ONG onde era funcionário registrado desde setembro de 2005. Das outras três educadoras sociais, apenas *a psicóloga dos catadores* não é registrada e sim contratada como prestadora de serviços.

A carga horária de trabalho de todos é de quarenta horas semanais. O público atendido corresponde a famílias em situação de risco social, crianças e adolescentes que trabalham na rua e catadores de material reciclado. Os atendimentos realizados por eles acontecem em locais cedidos pela comunidade, na rua e nas casas das famílias, em visitas domiciliares. Apenas *a psicóloga dos catadores* atende na sede da instituição onde atua.

Em se tratando de salário, nenhum desses educadores sociais se diz satisfeito, fato que discutiremos mais adiante, na análise do material disponibilizado pelos sujeitos desta pesquisa.

Tabela 2 – Educadores (as) Sociais da área de Serviço Social

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>a assistente social das famílias</i>	<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>a assistente social satisfeita</i>
Idade	44 anos	30 anos	35 anos	32 anos
Estado Civil	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Nº de filhos	Um	Dois	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00
Mora com	Marido e filha	Marido e filhos	Mãe, irmã e dois sobrinhos	Pais
Residência	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Escola Pública	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação 2º G.	Escola Pública	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2004	2001	1997	1996
Educador Social há	Quatro anos	Quatro anos	Onze anos	Seis anos
Instituição/Organização	ONG	ONG	Privada	Privada
Vínculo	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrado
Desde	Janeiro/2006	Janeiro/2006	Setembro/2005	Fevereiro/2006
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	44h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Famílias em risco social	Cças, adolesc., jovens e adultos em situação de vulnerabilidade	Famílias em risco social
Local onde atende	Assoc. de Bairro; Igreja; Sede da Organização.	Igrejas; Assoc. de Bairro; Locais Cedidos.	Sede da Organização	Espaços cedidos na comunidade; Posto avançado no Capão Redondo
Satisfeito c/salário?	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

A média de idade das quatro educadoras sociais da área de Serviço Social é de trinta e cinco anos. Duas são casadas e com filhos. Todas moram com a família e têm casa própria. A renda familiar de três delas está entre R\$ 3.001,00 (três mil e um Reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais). Duas estudaram os Ensinos Fundamental e Médio em escola pública. Todas fizeram formação superior em universidade privada, concluída entre 1996 e 2004. Tanto a *assistente social do “Ufa!!!”* como a *assistente social das famílias* são educadoras sociais há quatro anos. Já a *assistente social satisfeita* está nessa função há seis anos, enquanto a *assistente social dos oprimidos* está há onze anos exercendo a função de educadora social.

Atualmente, duas atuam em ONG's e duas na iniciativa privada, todas na condição de funcionárias registradas desde o início de 2006, exceto a *assistente social dos oprimidos*, que declarou vínculo desde setembro de 2005. A carga horária é de quarenta horas semanais para três delas, que atendem famílias em situação de risco social, principalmente em locais cedidos pela comunidade. A *assistente social dos oprimidos* tem uma carga horária mais elevada (quarenta e quatro horas semanais), atendendo, na própria instituição, crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Quanto à satisfação com o salário, três dessas educadoras sociais manifestaram-se insatisfeitas. Apenas a *assistente social satisfeita* declarou satisfação com a remuneração recebida.

Tabela 3 – Educadores (as) Sociais da área de Pedagogia

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a pedagoga das famílias</i>	<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>a pedagoga das crianças</i>
Idade	26 anos	31 anos	27 anos
Estado Civil	Solteira	Casada	Casada
Nº de filhos	Zero	Um	Um
Renda familiar	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	Até R\$ 1.000,00
Mora com	Pais	Marido e filha	Marido e filha
Residência	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação 2º G.	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2001	2005	2003
Educador Social há	Dois anos	Doze anos	Quatro anos
Instituição/Organização	ONG	ONG	ONG
Vínculo	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrada
Desde	Janeiro/2006	1994	2002
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	30h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Crianças de 3 a 6 anos	Crianças de 6 anos
Local onde atende	Associação de Bairro; Visitas domiciliares	Sede da Organização	Na Organização
Satisfeito c/salário?	NÃO	SIM	NÃO

A média de idade das três educadoras sociais da área de Pedagogia é de vinte e oito anos. Duas são casadas e com filhos. Todas moram com a família e têm casa própria. A renda familiar de duas está entre R\$ 1.001,00 (mil e um Reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) e a da *pedagoga das crianças* não ultrapassa R\$ 1.000,00 (mil Reais). Uma delas declarou ter estudado Ensino Fundamental e Ensino Médio em escola pública. Todas fizeram formação superior em universidade privada, concluída entre 2001 e 2005. A *pedagoga das famílias* é educadora social há dois anos, *a pedagoga das crianças* há quatro anos e *a pedagoga satisfeita* há doze anos. Todas atuam em ONG's e têm vínculo empregatício.

A carga horária é de quarenta horas semanais para duas delas e de trinta horas semanais para a outra. Uma atende famílias em situação de risco social, em local cedido pela comunidade (Associação de Bairro). As outras duas atendem crianças dentro da faixa etária de três a seis anos, na sede da instituição.

Quanto ao salário, duas dessas educadoras sociais manifestaram-se insatisfeitas. Apenas *a pedagoga satisfeita* declarou satisfação com a remuneração recebida.

Tabela 4 – Educadores (as) Sociais das áreas de Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a artista plástica</i>	<i>o cientista social¹⁰</i>	<i>a jornalista</i>	<i>a cientista contábil</i>
Idade	38 anos	38 anos	23 anos	44 anos
Estado Civil	Solteira	Solteiro	Solteira	Solteira
Nº de filhos	Zero	Zero	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
Mora com	Amiga	Mãe	Namorado	Mãe
Residência	Alugada	Própria/quitada	Alugada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Escola Pública	Escola Pública	Escola Privada	Escola Pública
Formação 2º G.	Escola Pública	Escola Pública	Escola Privada	Escola Pública
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Pública	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	1992	2001	2004	1994
Educador Social há	Vinte anos	Cinco anos	Dois anos	Quatro anos
Instituição/ Organização	Privada	Nenhuma no momento	Públ/Priv/ONG	ONG
Vínculo	Prest. Serviços	Nenhum	Prest. Serviços	Prest. Serviços
Desde	Janeiro/2006	Janeiro/2006	2004	2002
Carga horária	11h Semanais	00h Semanais	8h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Adolesc. / jovens entre 15/18 anos, cumprindo semi liberdade / L.A.	Cças/adolesc. em vulnerabilidade; Adolesc. em L.A.	Adolesc. interno da FEBEM; L.A./ PSC; adolesc. em risco; adolesc. escola particular	Adolescente
Local onde atende	Na Organização.	Rua; Sede das Organizações	FEBEM; Posto L.A.; Escola; Comunidade;	Associação de Bairro
Satisfeito c/salário?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

¹⁰ Durante o período de preenchimento do instrumento, *o cientista social* encontrava-se recém desligado da Organização na qual desenvolvia seu trabalho.

A média de idade desses quatro educadores sociais das diferentes áreas é de trinta e seis anos. Todos são solteiros, sem filhos e moram com uma única pessoa. Coincidentemente, as duas que moram de aluguel têm renda familiar entre R\$ 3.001,00 (três mil e um Reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais). Os outros, com renda familiar entre R\$ 1.001,00 (mil e um Reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) mensais, possuem casa própria.

Quanto à formação escolar nos Ensinos Fundamental e Médio, apenas *a jornalista* estudou em escola privada. Os demais estudaram em escola pública. Em relação à formação superior, apenas *o cientista social* formou-se em universidade pública (o único da amostra toda, aliás), em 2001, e atua como educador social há cinco anos. *A artista plástica* concluiu sua formação em 1992 e atua como educadora social há vinte anos. Atualmente, desenvolve seu trabalho em uma instituição privada, com carga horária de onze horas semanais. *A jornalista*, formada em 2004, atua como educadora social há dois anos. Sua carga horária é de oito horas semanais, divididas entre a iniciativa privada, instituição pública e ONG. Por fim, *a cientista contábil*, formada em 2002, atua como educadora social há quatro anos e está vinculada a uma ONG. Todos são prestadores de serviço. Apenas *o cientista social* não possui vínculo empregatício no momento, uma vez que está em processo de mudança de instituição.

O público atendido corresponde a adolescentes e crianças em vulnerabilidade, adolescentes e jovens cumprindo semi-liberdade e L.A. (liberdade assistida) e internos da FEBEM¹¹ (atual Fundação Casa). Os atendimentos são realizados em locais cedidos pela comunidade, na rua, na sede da instituição e na FEBEM.

Em relação ao salário, apenas *a artista plástica* manifestou estar satisfeita. Esta questão da satisfação ou não será discutida mais adiante, na análise propriamente dita do material disponibilizado pelos sujeitos desta pesquisa.

¹¹ FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor)

Tabela 5 – Dados comparativos dos Educadores Sociais sujeitos desta pesquisa

Sujeitos / Área → Perfil ↓	(4) Psicologia	(4) Serviço Social	(3) Pedagogia	(4) Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis	Geral
Idade (Média)	32	35	28	36	33anos
Estado Civil	casada = 1 solteiros = 2 separada = 1	casadas = 2 solteiras = 2	casadas = 2 solteira = 1	Solteiros = 4	Casados = 5 Solteiros = 9 Separada = 1
Número de filhos (soma)	1	3	2	Zero	6
Renda familiar¹²	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 = 1 De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 = 2 Acima de R\$ 5.000,00 = 1	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 = 1 De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 = 3	Até R\$ 1.000,00 = 1 De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 = 2	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 = 2 De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 = 2	Até R\$ 1.000,00 = 1 De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 = 6 De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 = 2 De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 = 5 Acima de R\$ 5.000,00 = 1
Mora com	Família	Família	Família	Mãe = 2 Amiga = 1 Namorado = 1	Família = 13 Amiga = 1 Namorado = 1
Residência	Própria/quitada = 3 Alugada = 1	Própria/quitada = 4	Própria/quitada = 3	Própria/quitada = 2 Alugada = 2	Própria/quitada = 12 Alugada = 3

¹² Incluindo as informações sobre o valor dos salários que *o psicólogo do tempo* e *o cientista social* recebiam quando estavam trabalhando.

Sujeitos / Área → Perfil ↓	(4) Psicologia	(4) Serviço Social	(3) Pedagogia	(4) Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis	Geral
Formação 1º Grau	Não respondeu= 3 Privada = 1	Não respondeu= 2 Pública = 2	Não respondeu= 2 Pública = 1	Escola Privada= 1 Pública = 3	Não resp. = 7 Esc. Privada = 2 Esc. Pública = 6
Formação 2º Grau	Não respondeu= 3 Pública = 1	Não respondeu= 2 Pública = 2	Não respondeu= 2 Pública = 1	Escola Privada= 1 Pública = 3	Não resp. = 7 Esc. Privada = 1 Esc. Pública = 7
Formação Superior	Univers. Privada 4	Univers. Privada 4	Univers. Privada 3	Univers. Privada= 3 Univers. Pública= 1	Univers. Privada = 14 Univers. Pública=1
Ano Form. Sup.	2000 = 1 2001 = 1 2004 = 2	Um de cada ano: 1996, 1997, 2001 e 2004	Um de cada ano: 2001, 2003 e 2005	Um de cada ano: 1992, 1994, 2001 e 2004	1992, 1994, 1996, 1997, 2000 = 1 de cada 2001 = 4 2003 = 1 2004 = 4 2005 = 1
Educador Social há	2 anos = 2 3 anos = 1 4 anos = 1	4 anos = 2 6 anos = 1 11 anos = 1	2 anos = 1 4 anos = 1 12 anos = 1	2 anos = 1 4 anos = 1 5 anos = 1 20 anos = 1	2 anos = 4 3 anos = 1 4 anos = 5 5 anos = 1 6 anos = 1 11 anos = 1 12 anos = 1 20 anos = 1
Instituição/ Organização¹³	ONG = 3	ONG = 2 Privada = 2	ONG = 3	ONG = 2 Privada = 2 Pública = 1	ONG = 10 Privada = 4 Pública = 1

¹³ No campo “Instituição/Organização”, encontramos um total de 5 instituições referentes aos educadores sociais das áreas diversificadas, porque *a jornalista* estava atuando em ONG e Iniciativas Privada e Pública. Já *o cientista social* e *o psicólogo do tempo* não estavam atuando no momento do preenchimento do instrumento. Dessa maneira, também não lhes foram atribuídos vínculos empregatícios (campo “Vínculo”) com alguma instituição.

Sujeitos / Área → Perfil ↓	(4) Psicologia	(4) Serviço Social	(3) Pedagogia	(4) Artes Plásticas, C. Sociais, Jornalismo e C. Contábeis	Geral
Vínculo	Func.Registrada = 2 Prest. Serviços = 1	Func. Registrada = 4	Func. Registrada = 3	Prest. De serviços = 3	Func. Registrado = 9 Prest. Serv. = 4
Desde	2003 = 1 2005 = 1 2006 = 2	2005 = 1 2006 = 3	1994 = 1 2002 = 1 2006 = 1	2002 = 1 2004 = 1 2006 = 2	1994 = 1 2002 = 2 2003 = 1 2004 = 1 2005 = 2 2006 = 8
Carga horária ¹⁴	40h Semanais= 4	40h Semanais= 3 44h Semanais= 1	40h Semanais= 2 30h Semanais= 1	40h Semanais= 1 11h Semanais= 1 8h Semanais = 1	44h = 1 40h = 10 30h = 1 11h = 1 8h = 1
Público que atende	Famílias em risco social, crianças, adolescentes de rua e catadores de material reciclado	Família em risco social, crianças, adolescentes, jovens e adultos em vulnerabilidade	Famílias em risco social e crianças de 3 a 6 anos	Crianças, adolescentes (L.A., internos FEBEM, semi-liberdade), adolescentes que trabalham na rua, adolescentes escola particular	Famílias em situação de risco social; catadores de material reciclado; cças, adolescentes, jovens e adultos vulnerabilidade; adolescentes em L.A. (Liberdade Assistida), semi-liberdade, internos da FEBEM; adolescentes que trabalham na rua; adolescentes escola particular;
Local onde atende	Locais cedidos pela comunidade, rua e visita domiciliar	Na organização e locais cedidos pela comunidade	Assoc. de Bairro, organização e visita domiciliar	Organização, locais cedidos pela comunidade	Locais cedidos pela comunidade; na rua; visita domiciliar; sede da organização.
Satisfeito c/salário?	NÃO 4	NÃO = 3 SIM = 1	NÃO = 2 SIM = 1	NÃO = 3 SIM = 1	NÃO = 12 SIM = 3

¹⁴ Considerando, também, a informação disponibilizada pelo *psicólogo do tempo*.

Nesta tabela¹⁵ de dados comparativos a partir das áreas de formação dos educadores sociais, destacamos algumas informações importantes para uma análise posterior mais aprofundada. A média de idade mais baixa (28 anos), por exemplo, é dos sujeitos da área da Pedagogia, enquanto a mais alta (36 anos) é a dos educadores sociais das áreas diversificadas (Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis). Encontramos, na área da Psicologia, uma educadora casada, uma separada e dois solteiros. No Serviço Social, há uma equivalência, isto é, duas casadas e duas solteiras. Na Pedagogia, duas são casadas e uma solteira. Na diversificada, todos são solteiros e sem filhos. Com filhos, há um sujeito na Psicologia, três no Serviço Social e dois na Pedagogia.

Na área da Psicologia, encontramos a educadora social com melhor renda familiar (acima de R\$ 5.000,00), enquanto que, na Pedagogia, observamos as rendas mais baixas (uma com renda de até R\$ 1.000,00 e duas entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00). Considerando o número de educadores em cada área, podemos dizer que o Serviço Social está mais bem representado (três com renda familiar de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00). Destacamos, também, na área diversificada, duas educadoras com renda familiar entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00 (Artes Plásticas e Jornalismo).

A maioria dos educadores sociais mora com a família, exceto duas da área diversificada (uma mora com amiga e outra com namorado). Tanto no Serviço Social quanto na Pedagogia, as casas são próprias e quitadas. Na Psicologia, apenas uma casa é alugada pela educadora de renda mais alta (acima de R\$ 5.000,00). Na diversificada, duas (renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00) moram em casa alugada.

Na formação superior, apenas *o cientista social* cursou universidade pública. Os formados mais recentemente são das áreas de Psicologia e Pedagogia (de 2000 a 2005). Dos mais antigos, dois são da área diversificada (1992 e 1994) e dois do Serviço Social (1996 e 1997).

Na função de educador social há dois sujeitos da Psicologia, um da Pedagogia e um da diversificada com apenas dois anos de trabalho. Dos mais antigos, há uma Pedagoga com doze anos de atuação, *a pedagoga satisfeita*, e uma da área diversificada, *a artista plástica*, com vinte anos.

¹⁵ A Tabela 5 (Dados comparativos dos Educadores Sociais sujeitos desta pesquisa) inicia-se na página 75 e termina na página 77, porque não nos foi possível concentrá-la em uma única página e não queríamos desprezar esses dados. Repetimos o cabeçalho nas páginas 76 e 77 para facilitar a leitura.

Em relação às organizações em que trabalham, todos os educadores das áreas de Psicologia e Pedagogia estão vinculados a ONG's. Do Serviço Social, duas educadoras atuam em ONG's e duas em instituições privadas. Nas áreas diversificadas, duas educadoras trabalham em ONG's e duas em instituições privadas, sendo que uma delas atua, também, em instituição pública. Predomina o vínculo como funcionário registrado, com exceção de um educador psicólogo e os quatro da área diversificada, que são contratados como prestadores de serviço. As contratadas mais recentemente são as educadoras da área de Serviço Social (2005 e 2006, respectivamente). A contratação mais antiga é da Pedagogia (1994). A carga horária semanal predominante é de 40h (quarenta horas), com exceção de uma assistente social (44h), uma pedagoga (30h) e duas da área diversificada (11h e 8h).

O público atendido é semelhante em todas as áreas: família em risco social, crianças (também em situação de rua), adolescentes (inclusive cumprindo “medida sócio-educativa”), jovens, adultos em vulnerabilidade. Na diversificada, *a jornalista*, além do atendimento a jovens em situação de risco social, também atua com adolescentes de escola particular. Em geral, os atendimentos são feitos em locais cedidos pela comunidade, rua, visita domiciliar, sede da instituição.

Com referência aos salários, há predominância da não satisfação. Apenas três educadoras sociais disseram estar satisfeitas: *a assistente social satisfeita* (renda familiar de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00), *a pedagoga satisfeita* (renda familiar de R\$ 1.001,00 a R\$ 2000,00) e *a artista plástica* (renda familiar de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00).

Na síntese geral dos dados disponibilizados pelos educadores desta pesquisa (última coluna da tabela), a média de idade é de trinta e três anos. Cinco deles são casados, nove solteiros e uma separada. O número total de filhos é de seis. A média da renda familiar distribui-se da seguinte maneira: apenas uma educadora recebe até R\$ 1.000,00; a maioria dos educadores (6) recebe entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00; dois recebem entre R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00; cinco recebem entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00; apenas uma educadora social recebe acima de R\$ 5.000,00. Treze educadores moram com a família. Das outras duas, uma mora com amiga e a outra com namorado. Casas próprias e quitadas são doze e três são alugadas.

Dois educadores fizeram os Ensinos Fundamental e Médio em escola privada e seis em escola pública. Sete não responderam. No Ensino Médio, uma educadora formou-se em escola privada, sete em escola pública e sete não responderam. Na formação superior, apenas um educador social cursou a universidade pública. Os demais, em universidade particular. A formação mais antiga é de 1992 e a mais recente 2005.

Embora a média de atuação como educador social seja de oito anos, vale ressaltar que os educadores mais recentes atuam há dois anos (quatro deles). Predomina, no entanto, a de cinco anos (cinco deles). A mais antiga é de vinte anos. Onze atuam em ONG's, quatro em instituição privada e uma em pública.

Dez educadores possuem o vínculo de funcionários registrados; quatro deles atuam como prestadores de serviço. O vínculo mais antigo é de 1994 e os oito mais recentes, também predominantes, são de 2006. A carga horária de trabalho predominante é de 40h semanais (para dez desses educadores). Para os demais, 44h, 30h, 11h e 8h cada um, lembrando que *o cientista social* está em processo de transferência de instituição.

O público atendido é composto por famílias em situação de risco social; crianças em situação de rua; adolescentes (inclusive cumprindo “medidas sócio-educativas”, L.A – liberdade assistida, P.S.C – Prestação de Serviço à Comunidade -, semi-liberdade, internos da FEBEM etc); jovens e adultos em vulnerabilidade. A *jornalista* atua tanto com adolescentes em situação de risco social quanto adolescentes de escola particular. Em geral, os atendimentos são feitos em locais cedidos pela comunidade.

Quanto à satisfação em relação aos salários recebidos, doze educadores sociais disseram estar insatisfeitos e apenas três manifestaram satisfação.

3.2 – Análise das condições da prática cotidiana

Faremos, a partir de agora, uma análise passo a passo do material disponibilizado pelos sujeitos, seguindo as etapas do instrumento elaborado para esta pesquisa. Os itens que serão analisados, nesta etapa, são: satisfação ou não com os salários; motivação na escolha para atuar como educador social; satisfação e insatisfação com a prática cotidiana e o tempo que pretendem dedicar na função.

3.2.1 - Os salários

Embora a insatisfação com os salários seja uma constante entre a maioria dos trabalhadores brasileiros, daremos atenção especial à manifestação dos educadores sociais sujeitos desta pesquisa, porque atuam com a população que vive ou sobrevive com renda salarial muito baixa ou, muitas vezes, com a falta dela.

Se por um lado, o educador social acredita pertencer ao mundo dos incluídos, colocando-se na função de “ajudador” dos excluídos, por outro, parece constatar que está muito mais próximo do que gostaria das condições de vida da população por ele atendida. Ao transitar pelos territórios de exclusão social, vivencia uma realidade da qual sabe não estar imune. Afinal, o educador social também sofre da falta de condições básicas para desenvolver o seu trabalho. Essa constatação pode ser percebida nas respostas de alguns dos educadores sociais quando questionados sobre seus salários:

O salário destinado ao profissional mal permite a quitação de suas despesas mensais e ainda se vê na condição de ter que usar o mesmo para realizar o trabalho, pois muitas vezes não lhe são fornecidos recursos suficientes (transporte, saúde, etc). [...] a insatisfação está ligada diretamente à desvalorização tanto do trabalho como do profissional que o desenvolve. (*a psicóloga do aprender*)

[...] a condição de trabalho que não nos favorece, pois muitas vezes temos que arcar com os custos com transporte, alimentação etc. Por vezes, não temos uma sala com o mínimo para o trabalho. O salário não é pago em dia. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

Atualmente o meu salário está acima da média [...] no entanto, é um baixo salário considerando a amplitude do trabalho e as exigências no que se refere aos aspectos emocionais e subjetivos que ele requer do profissional. [...] mal remunerados o que revela a desvalorização do profissional e o descaso que é tratada a ‘questão social’ no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. (*a assistente social dos oprimidos*)

Devido ser um trabalho que exige muito do profissional, e o retorno é aos poucos mas se diminuíssem a carga horária já amenizava bastante. (*a pedagoga das famílias*)

Porque o nosso salário é pouco pelo trabalho que desenvolvemos. (*a pedagoga das crianças*)

[...] eu acho que os educadores sociais deveriam ser melhor remunerados e reconhecidos. (*a cientista contábil*)

O educador social é pessimamente remunerado. O mercado não diferencia o educador social com ou sem nível superior. (*o psicólogo do tempo*)

Nessas respostas, também percebemos certo grau de insatisfação referente ao não reconhecimento e não valorização do educador social e do trabalho desenvolvido por ele. Dessa maneira, o “descaso” no tratamento das questões sociais, apontado pela *assistente social dos oprimidos*, atinge tanto a população excluída quanto o próprio educador social, ofuscando uma possível diferença entre as partes, condição tão necessária para o desenvolvimento de um trabalho que pressupõe mudanças da realidade vivida.

Podemos considerar que o salário está diretamente ligado ao quanto os educadores sociais se sentem satisfeitos, valorizados, amparados a fim de apresentarem um bom desempenho de suas funções. Neste sentido, o salário pode servir de justificativa para uma atuação não favorável e o não se responsabilizar pelo desenvolvimento de um trabalho com qualidade prospectiva. Os relatos nos sugerem, no entanto, num plano raso, que esses educadores estão fazendo o pouco que eles “acham” que pode ser feito, mesmo que isso não lhes assegure um certo grau de satisfação, de contentamento. Como diz *a assistente social das famílias*,

[...] nós educadores sociais acabamos tirando dinheiro do bolso para fazer o trabalho [...]

Além do salário modesto, ter de tirar dinheiro do próprio bolso para fazer o trabalho reforça um ato de nobreza em uma atuação calcada, principalmente, na boa vontade, na fé, na busca por justiça social. Esses são, entretanto, valores comuns nas práticas assistenciais que, de certa forma, estão muito mais próximas do voluntarismo do que do profissionalismo. Por isso, talvez, a necessidade de auto-valorização (pensando a noção de nobreza em suas ações) apontando para uma característica de identidade desse educador, até para poder justificar uma escolha de atuação que carrega a insatisfação ao não se sentir, muitas vezes, valorizado pelo outro. Como coloca SIMÕES NETO (2005, p.74,75),

referindo-se à escolha de uma profissão de “baixo *status*” (Serviço Social), cujo caráter essencial é o da assistência social:

A repetida alusão a valores nobres representa, além disso, uma forma de autopromoção da própria atividade desenvolvida. Se, dentro das possibilidades de escolha, Serviço Social (ou outras profissões afins) é a opção possível, dadas as poucas exigências apresentadas pelo próprio curso, é preciso valorizar esta opção, mostrando que os salários modestos são compensados por valores nobres, mobilizados na ação profissional.

Um aspecto que se destaca na fala desses educadores é a falta de continuidade no que se refere à busca por qualificação, capacitação, aprimoramento instrumental para a prática. Os baixos salários são considerados empecilho para o investimento na formação educacional e “profissional”. Apesar da necessidade evidenciada, grande parte deles limita-se à formação de base, não investindo no desenvolvimento de competências para o exercício do trabalho socioeducativo.

[...] o salário é muito baixo pelo investimento profissional que despendo. Tenho sempre que me atualizar, fazer cursos (que são caros) e o salário continua o mesmo [...] (*a psicóloga dos catadores*)

[...] o trabalho social [...] exige do profissional contínua capacitação onde se faz necessário, entre outras coisas, revisão e atualização de conceitos e métodos de trabalho, pesquisa permanente, avaliação de resultados e principalmente supervisão. O salário destinado ao profissional mal permite a quitação de suas despesas mensais [...] (*a psicóloga do aprender*)

Mesmo diante das adversidades, três educadoras sociais declararam estar satisfeitas com o salário, consideramos, no entanto, que essa satisfação deve-se à comparação com os baixos salários do mercado. Um exemplo é o que diz *a artista plástica* que, além dessa comparação, também aponta para a instabilidade na função:

[...] conheço poucos profissionais que atuam com educação não formal que recebam salário equivalente. Porém procuro estar alerta: essa área é muito instável e um salário razoável hoje pode não existir amanhã.

No mesmo sentido, manifesta-se *a assistente social satisfeita*:

Em pouco mais de dois anos mudei diversas vezes de emprego, com o mesmo nível de responsabilidade, porém com salários diversos. [...] Como a parceria com o instituidor do projeto não avançou, fui demitida e recontratada pelo instituidor para dar continuidade às ações [...] Este mês recebi um aumento e fiquei surpresa com o valor [...] pois sei que é difícil ter esse salário no Terceiro Setor, mas comparado a outros setores é um salário razoável pelo nível de responsabilidade.

Isso nos leva a pensar que essa satisfação não se reverte, necessariamente, em valorização do trabalho desenvolvido. Mesmo ganhando acima do mercado, as condições de trabalho permanecem as mesmas, ou seja, desfavoráveis para uma prática que exige cuidados que ultrapassam questões materiais.

De qualquer forma, essas manifestações de satisfação com o salário são legítimas. Mesmo com a instabilidade desse tipo de trabalho e os desagradados, que não são poucos, há, talvez, um brilho ainda não ofuscado:

O trabalho de um educador social envolve muitas questões que superam a parte financeira, pois nesse período que estou trabalhando nessa entidade já recebi outras propostas de emprego com salários bem superiores do que recebo, no entanto, por estar envolvida e satisfeita, isso não faz diferença. Prefiro continuar fazendo o que gosto, pois me realiza profissionalmente e pessoalmente, do que ter um salário alto e sentir-me vazia. (*a pedagoga satisfeita*)

Há, nessas palavras, uma certa “nobreza” que poderia ser questionada ao lembrarmos que a Pedagogia, assim como o Serviço Social, está fortemente amparada pela religião (SIMÕES NETO, 2005), o que poderia justificar, aparentemente, o desapego aos ganhos materiais e o apego aos valores vocativos. No entanto, o discurso dessa educadora social parece-nos pertinente se o considerarmos, enquanto resultado de ressignificação e responsabilização pelas próprias escolhas, como possibilidade de investimento profissional no que gosta de fazer, privilegiando ganhos afetivos, sem, todavia, desprezar conquistas materiais.

3.2.2 - A escolha

Em relação ao questionamento sobre o que levou esses sujeitos a serem educadores sociais, evidencia-se, inicialmente, a possibilidade de trabalhar na área de sua formação profissional. De acordo com as respostas dos sujeitos, esta possibilidade tem sua origem ainda no período de formação universitária, despertando em alguns o interesse e o “gosto” por dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

A princípio a possibilidade de trabalhar dentro da área profissional escolhida, posteriormente pelo aprendizado e o gosto pelo trabalho. *(a psicóloga do aprender)*

Estágios realizados durante a faculdade despertaram o interesse pela área. *(a psicóloga das famílias)*

Primeiramente a minha formação e o convite de um professor. Posteriormente o gosto pelo trabalho de propiciar informações e orientações sobre direitos e deveres aos que os desconhecem. *(a assistente social das famílias)*

Ao concluir o magistério em 1993, tive como primeira proposta de emprego o de educadora social em uma organização social, confesso que até então não conhecia claramente essa função. O trabalho desenvolvido durante esses anos fez com que torna-se me (sic) cada vez mais interessada e por que não dizer ‘apaixonada’ pelo ofício. *(a pedagoga satisfeita)*

SIMÕES NETO (2005) diz que uma escolha profissional nem sempre é feita por razões vocacionais ou está respaldada pelas tendências do mercado, visando à ascensão social. Como a gênese da assistência social é de cunho religioso, não é de se admirar que “[...] os valores religiosos podem ser relevantes quando se busca e escolhe uma profissão como ‘Serviço Social’ e que podem colaborar para que os assistentes sociais permaneçam no desempenho de suas funções” (p.65,66).

Há educadores que manifestaram identificação com causas sociais e indignação com as desigualdades e injustiças sociais. Na busca por “um mundo melhor”, falam em motivação idealista, acreditando na capacidade de contribuir para a mudança dessa realidade que se apresenta tão desfavorável à dignidade humana. Como dizem,

principalmente, *o psicólogo do tempo, a assistente social do “Ufa!!!” e a assistente social dos oprimidos*:

Acredito que tenha uma motivação idealista de desejar um mundo melhor. (*o psicólogo do tempo*)

Sempre trabalhei com isso desde a época em que era estudante. Me identifico muito com questões políticas e a prática que envolve as pessoas em situação de risco social. (*a psicóloga dos catadores*)

A indignação diante das diferenças sociais e o acreditar que eu podia fazer alguma coisa para mudar essa realidade. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

[...] eu me identificava com causas sociais, justiça social, cidadania, igualdade social etc. Esta característica pessoal já se apresentava em minha infância em diversas situações quando eu já era a favor dos oprimidos, contra preconceito e exclusão. (*a assistente social dos oprimidos*)

Expressam, também, a crença de que a educação é primordial para que haja mudanças e que, no exercício da prática como educador social, é preciso considerar o sujeito a partir da realidade na qual está inserido. Isso significa dizer, de certa forma, que a possibilidade de diálogo entre as pessoas envolvidas em determinado projeto apresenta-se como um facilitador das ações interventivas e das co-responsabilidades por mudanças possíveis.

[...] resolvi abandonar o magistério e buscar trabalhos voltados a área de educação, mas que se afastassem do modelo educacional executado nas escolas públicas. Cito aqui somente as escolas públicas, pois foi nelas que trabalhei. [...] Enfim, nesta busca por novas experiências na área de educação acabei tendo a oportunidade de atuar em projetos que tinham como objetivo trabalhar o indivíduo na sua totalidade e a partir da realidade em que está inserido. Foi aí que descobri que havia me tornado Educador Social. (*o cientista social*)

Quando entrei na Universidade de jornalismo já gostava da área da Educação [...] sem a qual acredito que não possa haver mudanças – e a possibilidade de realizar um processo e não simplesmente um produto comunicativo. (*a jornalista*)

Comecei trabalhando na área social como assistente social [...] Quis buscar outro trabalho e a oportunidade que encontrei foi de educadora social [...] Percebi maiores possibilidades de

resultados e qualidade de trabalho sendo educadora do que como assistente social, pois a organização do trabalho mais flexível, com espaços de discussão, supervisão, equipamentos eletrônicos, materiais pedagógicos. A motivação e criatividade fluíam. (*a assistente social satisfeita*)

Um convite de um amigo onde sua mãe trabalha com projetos sociais e fui por curiosidade e desafios, pois antes trabalhava como educadora de escolas particulares. (*a pedagoga das famílias*)

Gostar de lidar com pessoas e gostar muito de crianças, como dizem *a assistente social satisfeita* e *a pedagoga das crianças*, também fazem parte dessa escolha que atravessa as motivações e necessidades pessoais, curiosidade e o desejo de contribuir para um mundo melhor. É um desafio que chega via convite e, muitas vezes, representa uma oportunidade (quando não a única) de ingresso e continuidade na área de formação universitária.

Isso nos leva a pensar que, subjacente aos discursos de oportunidade à motivação idealista, à paixão pelo ofício, à indignação com as desigualdades sociais, à flexibilidade de atuação e tudo mais que abarca a escolha de ser educador social, esses educadores estão nos revelando que há, talvez, uma tensão permeando sua conduta como agentes facilitadores da transformação da realidade na qual intervêm.

Isso porque, entre um fazer respaldado pelo conhecimento técnico e científico das diversas áreas de formação e as intervenções que beiram o senso comum, o educador social coloca-se, talvez, no compasso de espera: espera ser reconhecido, ser valorizado, ser recompensado (talvez com melhores salários); ter condições físicas e matérias para o trabalho; ser tratado com dignidade etc.

Dessa maneira, o educador parece-nos sucumbir à possibilidade de atuação mais próxima de uma profissionalização. Acata a influência de valores, inclusive os religiosos, que se expressam na prática, muitas vezes, “de forma independente da consciência que se tenha deles” (SIMÕES NETO, 2005, p.171), como condição essencial para o desenvolvimento de um trabalho que, freqüentemente, beira o assistencialismo.

3.2.3 - Prática cotidiana:

a) Satisfação

Questionados sobre o que os faz sentirem-se satisfeitos na sua prática cotidiana, esses educadores sociais apontam para o fato de que suas intervenções propiciam uma melhora na qualidade de vida das pessoas por eles atendidas, superando desafios que são constantes na realidade em que atuam. Nesse sentido, fazem uso da formação profissional e ainda adquirem aprendizados nas relações estabelecidas no desempenho de sua função. Parece haver o sentido de continuidade (contrapondo à descontinuidade anunciada dos programas sociais), de ampliação dessa experiência, agraciada pelas manifestações de carinho, gestos, palavras verbalizadas e escritas, registrando um sentimento de gratidão por parte daqueles que são, de alguma forma, beneficiados pelo trabalho desenvolvido.

O fato de cada dia estar diante de uma nova realidade e um novo desafio; - Poder fazer uso da profissão para propiciar melhora na qualidade de vida das pessoas; - aprender, aprender, aprender. (*a psicóloga do aprender*)

Os indicadores de ‘melhoras’. A evolução do sujeito atendido. A redefinição do seu sujeito, da sua individualidade. O recomeço da sua história... O reconhecimento de sua identidade, antes camuflada. O renascimento da pessoa. (*a psicóloga dos catadores*)

O retorno que é dado pelos atendidos, mesmo que uma parcela pequena, faz com que eu fique satisfeita, pois tais atendidos vêem como positivo o trabalho social. (*a psicóloga das famílias*)

Faz-me muito feliz, ver que através do meu trabalho, o outro passa a tomar a frente de sua vida, modificando significativamente (*sic*) o seu modo de agir no mundo. (*o psicólogo do tempo*)

Poder propiciar ao público alvo, escuta, acolhida, encaminhamentos e busca de direitos, auto estima e autonomia, assim como a constatação da melhora da qualidade de vida desse mesmo público e minha também. (*a assistente social das famílias*)

Sinceramente fico feliz com resultados que para outras pessoas ou melhor grande parte da sociedade é indiferente [...] (*a assistente social dos oprimidos*)

O retorno das famílias. Ex: um sorriso, um obrigado você me ajudou muito [...] (*a pedagoga das famílias*)

A gratidão, o respeito e o carinho que as crianças tem por mim. (*a pedagoga das crianças*)

[...] o conhecimento prático e teórico que vou adquirindo com o passar do tempo se mostra útil para que as pessoas com quem estou trabalhando possam avaliar a realidade em que estão inseridas e pensar nas possibilidades de transformação da mesma. (*o cientista social*)

Toda vez que vejo mudanças (desde pequenas como alteração no olhar, na postura, na forma de se comunicar, até grandes, na forma de organização de um grupo, questionamentos, reflexões, posturas críticas). (*a jornalista*)

Os resultados, a mudança de comportamento dos meus alunos, o reconhecimento das famílias. E a realização pessoal, gosto muito do que faço. (*a cientista contábil*)

Podemos perceber, nesses relatos, que a transformação não se dá apenas nas pessoas atendidas. Esses educadores sociais também se beneficiam de suas intervenções, como nos revela, principalmente, *a assistente social das famílias* ao dizer: “[...] assim como a constatação da melhora da qualidade de vida desse mesmo público e minha também”. Ao terem para quem destinar seus serviços, vêm, de certa maneira, recompensados seus investimentos na formação profissional, uma vez que contribuem para possível mudança desse quadro de desigualdade social.

Mesmo que aparentemente pequenas, essas mudanças, assim como as manifestações de agradecimento das pessoas atendidas, apresentam um valor extremamente significativo para a auto-estima desses educadores, que se sentem muitas vezes desvalorizados e desestimulados para darem continuidade ao trabalho socioeducativo.

O retorno que pode nos parecer pouco, para esses educadores, muito provavelmente, tem sido o mínimo suficiente para não desistirem da motivação idealista, do desejo de ajuda, da busca por justiça social. Um mínimo necessário para reforçar sua auto-valorização calcada em certos valores, mantendo desperto algum sentimento de indignação diante da realidade na qual intervém e das condições que lhe são oferecidas para essa atribuição.

Essa condição parece-nos fundamental para a contínua busca por novas experiências; para que os esforços se concretizem em transformações de fato; para que a curiosidade se

transforme em processo dialógico, com desfecho em ações que respeitem e reafirmem as diferenças a fim de que o sujeito possa se reconhecer e ser reconhecido pelo outro, valorizar e ser valorizado, transformar e ser transformado.

b) Insatisfação

A insatisfação na prática cotidiana foi relacionada a alguns aspectos que poderiam contribuir para melhor qualidade no desempenho das funções de educador social. Os baixos salários, por exemplo, voltaram a ser citados como algo que não permite ao educador manter um padrão de vida satisfatório, impondo-lhe privações semelhantes às da população por ele atendida.

Se não há dinheiro para manter “um carro, lazer, viagem, uma nova formação a área de educação, poder comprar livros, materiais de arte, artesanato” (*a cientista contábil*), ou seja, uma condição de vida que o educador acredita merecer, justifica-se, de certa forma, seu desempenho pouco favorável para possíveis mudanças da realidade na qual intervém. Desprovido da condição de acesso material, esse educador percebe-se muito próximo da situação das pessoas por ele atendidas, o que não lhe garante a diferenciação necessária para atuar como possível facilitador de ações realmente transformadoras.

Outro fator de insatisfação é a descontinuidade. Além da falta de continuidade nos estudos, no investimento na formação (justificada, principalmente, pelos baixos salários), há, com certa frequência, a descontinuidade dos programas sociais. Abruptamente e de forma verticalizada, convênios entre Estado e as instituições que implantam e desenvolvem esses programas são cancelados. Assim, grande parte deles é extinta antes de completar o prazo determinado de duração, desconsiderando o planejamento, o investimento (tanto material quanto afetivo) no e do pessoal envolvido, resultando na insegurança e no desconforto de um trabalho iniciado, mas nem sempre concluído.

Falta de investimento e descontinuidade dos programas sociais [...] (*a psicóloga do aprender*)

A falta de preparo dos profissionais; O desmonte/falta de Políticas Públicas de Assistência Social [...] (*a assistente social dos oprimidos*)

Falta de espaço de discussão, formação e supervisão. (*a assistente social satisfeita*)

Falta de qualificação dos educadores [...] (*a pedagoga das crianças*)

A falta de dinheiro, em relação a minha profissão anterior não dá para manter o mesmo padrão [...] uma nova formação a área da educação, comprar livros [...] (*a cientista contábil*)

Isso retrata um aspecto que parece ser a espinha dorsal da insatisfação: *a falta*.

Falta de recursos para o desenvolvimento do trabalho; Falta de investimento e descontinuidade dos programas sociais, o que gera; Descrença da população. (*a psicóloga do aprender*)

A falta de respaldo do poder público para as demandas levantadas através do atendimento. (*a psicóloga das famílias*)

[...] Outro exemplo é o caso da saúde. É direito ser bem atendido, ter o médico para atender etc..., muitas vezes falamos desse direito, porém para o médico que está atendendo também não é fácil, pois trabalha sem medicamentos, sem algodão, quer dizer, sem condições para dar o mínimo de qualidade a população. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

Falta de compromisso da organização com o público atendido e resultados qualitativos; Falta de condições adequadas de trabalho, o que o torna improdutivo e estressante; Faltam (sic) de definição sobre o foco, metodologia, planejamento, monitoramento e avaliação; Atividades burocráticas sem objetivos claros; Baixa remuneração; [...] Falta de compromisso da equipe; Falta de alinhamento na realização das ações; comunicação truncada; Falta de espaços de discussão, formação e supervisão. (*a assistente social satisfeita*)

A falta de condições materiais, físicas e de conhecimento, evidenciada nas colocações anteriores, reforça uma situação que requer um olhar cuidadoso. **Se essas faltas permeiam o campo de atuação do educador social junto à população em situação de risco e exclusão social, como ele poderá desenvolver um trabalho realmente transformador da realidade na qual intervém?** Afinal, esse educador tem nos mostrado que sua condição de trabalho retrata as condições desfavoráveis de vida da população atendida, denunciando que sua condição de vida talvez não esteja tão distante da encontrada nesse território.

Isso parece fazer sentido quando encontramos, em algumas falas dos educadores sociais, a descrença no trabalho desenvolvido exemplificada pela *psicóloga das famílias*: “a descrença da população ao trabalho devido à dificuldade de acesso aos serviços públicos”. Dessa maneira, o sentimento de desamparo tanto da população atendida quanto do educador social parece reforçado ao não se sentirem respaldados pelo poder público que não presta seus serviços adequadamente, impondo-lhes a *falta*, além de privá-los de seus direitos básicos de cidadão.

Nesse contexto, dos problemas apresentados pelos sujeitos, a *falta* de condição é concebida como empecilho para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, levando, muitas vezes, à inércia e, inevitavelmente, à queixa. O educador social parece, com isso, desautorizar-se da responsabilidade de promover ações facilitadoras de transformações.

Essa realidade, em certo sentido, atualiza CIAMPA (2005), quando fala em morte simbólica. O sujeito, ao se colocar na situação de dependência do outro de forma crônica, desqualificando-se como sujeito de direitos capaz de autonomia, fica à mercê da boa vontade de um outro qualquer que possa, de alguma maneira, responsabilizar-se por sua vida, pelo seu estar no mundo. Especificamente no caso do educador social, podemos considerar uma morte simbólica quando ele resiste em não se responsabilizar pelo trabalho que assumiu desenvolver. Diante das adversidades, esse sujeito manifesta uma certa paralisia em suas ações, que passam a ser norteadas pela espera, pela queixa, pela falta imobilizadora.

É importante ressaltar, no entanto, que essa morte, por ser simbólica, pode ser revertida em um processo transformador se ela (a falta) for ressignificada, evidenciando necessidades cotidianas concernentes a um grupo, a uma comunidade etc, como fator mobilizador em busca da superação das adversidades. A falta, neste sentido, não é o fim e sim um ponto de partida para se criar meios de atingir determinado objetivo. Como diz MELUCCI (2004, p.39), “[...] Não temos mais simplesmente sede ou fome, tampouco necessidade de nos vestir; a falta que sentimos já vem orientada para objetos específicos, construídos simbolicamente pela informação, pelo mercado, pela comunicação publicitária e pelas redes sociais às quais pertencemos”.

Por isso, ainda segundo MELUCCI (p.69), a importância de “[...] aprender a abrir e fechar, a participar e subtrair-se ao fluxo das mensagens, à chamada dos possíveis e às

exigências dos afetos”, descobrindo “[...] um ritmo de entrada e de saída das relações que nos permita dar e receber informações sem perder o sentido da comunicação e sem que se esvazie o ato de comunicar”. Isso possibilitaria, assim acreditamos, a sustentação do sentimento de indignação frente às mazelas da vida.

A *falta* pode ser, então, vivenciada de maneira diferente. Se, por um lado, ela parece destituir o educador social da capacidade de intervenção que possa favorecer o acesso da população atendida à educação, ao trabalho, à saúde, ao lazer, aos bens de consumo, por outro, mostra-se como fundamental para um processo dinâmico de construção, de movimento e de possíveis ações do educador social na construção de instrumentos facilitadores da metamorfose. Isso porque, sendo a *falta* uma construção cultural, o sentido de pertencimento também o é.

Nesse contexto, o que pode diferenciar essa *falta* é justamente o sentido que o educador social lhe atribui: a *falta* como imobilizadora ou, como a vemos, prospectivamente motivadora de ações transformadoras. Caberia, então, ao educador social a responsabilidade por uma escolha que evidencia o lugar em que se coloca diante das situações de adversidades. Pela queixa, a *falta* leva a uma mesmice apaziguadora de descontentamentos. Pela possibilidade de ação, a *falta* desperta inquietudes, exigindo a busca por processos de mudanças que, em certo sentido, contemplam a noção de identidade como metamorfose; metamorfose como vida (CIAMPA, 2005, p. 128).

Um outro aspecto levantado no discurso dos educadores, dando sequência à sua insatisfação, é o fato de que há uma discrepância entre os interesses políticos e a prática em si, além da burocracia e do não respeito ao tempo do outro, o que leva ao “atropelo do processo, do trabalho” (*o psicólogo do tempo*). Apontam que decisões políticas são tomadas, na maioria das vezes, por pessoas que desconhecem a realidade da prática, desconsiderando a experiência daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de transformação. Constata-se, de certa maneira, uma hegemonia que reforça a idéia de descaso, de desvalorização de um trabalho tão necessário para o vislumbrar de uma vida com certa dignidade para muitas pessoas, incluindo a do próprio educador social.

Interesses políticos, que nada mais são, do que interesses pessoais, que não casam com a prática. Decisões que são realizadas em reuniões fechadas, por pessoas que desconhecem a

prática, desvalorizando ou mesmo, desconsiderando as pessoas afetadas. (*a psicóloga dos catadores*)

Burocracia para realizar certos trabalhos; a paciência histórica que se tem que ter para conseguir coisas simples como levar um grupo para um museu; a luta que é para se conseguir material, por exemplo; quando vejo que existem questões tão profundas que minha atuação é algo tão sutil que quase não se percebe. (*a jornalista*)

O atropelo do processo, do trabalho. Acredito que tudo tem um tempo para acontecer. As vezes estes atropelos podem dificultar mais ainda o trabalho. [...] Acredito que quando se propõe uma intervenção, tem que se saber que tal ação levará um tempo para acontecer e por isso o respeito ao tempo do outro é necessário. (*o psicólogo do tempo*)

O que se denuncia nessas palavras é que o tempo do outro não importa. O que importa, hegemonicamente, é o resultado final de algumas ações previamente elaboradas para dar conta do preenchimento de tabelas e planilhas de indicadores de avaliação, apontando necessidades, mas privilegiando, nos resultados, o sucesso das ações pré-determinadas politicamente. Dessa maneira, esses educadores sociais submetem-se aos caprichos de uma verticalização, atuando, muitas vezes, como meros instrumentos de manutenção do que já existe.

Isso se aproxima das palavras de SIMÕES NETO (2005, p.102) que, ao se referir aos assistentes sociais brasileiros (ampliamos a idéia aos educadores sociais sujeitos desta pesquisa), diz: “A igualdade de condições apareceu [...] como um princípio básico para o estabelecimento de uma sociedade justa, [...] entendem a ajuda social como forma verticalizada de utilização do poder profissional, para a correção das injustiças sociais, não na sua fonte (o que seria o ideal, no entendimento dos próprios), mas nos seus resultados”. Parece-nos, então, que o processo de intervenção não tem real importância, muito menos a gênese dos problemas sociais que levam à exclusão, desde que os resultados sejam, pelo menos, politicamente apresentáveis, o que asseguraria a possibilidade de continuidade na função.

Recorremos, então, à idéia de identidade atribuída, descrita por MARTINELLI (2007), que leva a uma prática de reprodução das relações sociais, com a finalidade de manter o controle hegemônico sobre a população menos privilegiada. Dessa maneira, o

educador social parece acatar uma ordem que o coloca como instrumento de alienação do outro e de si mesmo, quando, no mínimo, deixa de reivindicar condições favoráveis de trabalho. Por isso, talvez, limitar-se a desenvolver suas tarefas, desconsiderando, muitas vezes, sua capacidade crítica, reflexiva e indutora de transformação.

Em certo sentido, o que foi colocado até agora faz eco às palavras da *artista plástica* (que se considera arte educadora), quando coloca que sua insatisfação está no “[...] perceber o quanto a sociedade, de maneira geral, age contra toda e qualquer possibilidade de transformação/reforma das desigualdades sociais. O incentivo ao consumo, a promoção de padrões de beleza e a estigmatização de grupos étnicos são algumas das formas de manter e legitimar tais desigualdades”. Isso amplia a noção de falta de respaldo para ações transformadoras, reduzindo, assim nos parece, possibilidades de construção de instrumentos capazes de propiciar alguma mudança favorável no campo de intervenção.

Subjacente aos valores de ajuda, de ser útil e de poder contribuir para uma possível mudança desse quadro social tão desfavorável à condição humana, parece haver, por parte desses educadores, práticas que favoreçam a manutenção da realidade na qual intervém, o que, pressupostamente, lhe asseguraria oportunidades de emprego. Isso, de certa forma, ecoa nas palavras de P. AYERBE (apud ROMANS, 2003, p.131) quando questiona se a ação do educador social tem sido transformadora, ou se, em certo sentido, tem sido apenas uma espécie de intervenção “suavizadora das contradições existentes no seio da sociedade, camuflando e ocultando as desigualdades e as injustiças sociais, tentando simplesmente adaptar o indivíduo às coordenadas sociais existentes”.

Esse questionamento parece-nos pertinente, embora, manifestamente, tenhamos encontrado nas falas dos educadores sociais a idéia de que, apesar das adversidades (que não são poucas), conseguem desenvolver um trabalho que indica alguma transformação. Exemplo:

Havia uma senhora freqüentadora de um dos grupos que coordenei, que era vendedora de cosméticos. Esta senhora vendia estes produtos com o mesmo valor para quem pagava a vista ou a prazo (dias depois, dependendo do combinado). O que acontecia era que ela passou por vários apertos por conta de calotes que recebia. As pessoas compravam e depois ela ficava a mercê desta pessoas para conseguir receber. Ela contou es (sic) situação em uma das discussões em grupo. As pessoas do grupo questionaram essa senhora, pois desta forma que ela vinha

conduzindo seu trabalho, ela não estava conseguindo ter dinheiro para repor mercadoria e nem para fazer suas coisas pessoais. A senhora em questão não via solução para o seu problema. Discutimos este e outros assuntos neste encontro. As outras pessoas falaram, sugeriram, contaram como enfrentam os seus problemas ou também questionaram como resolver os seus problemas. Posteriormente, meses depois, esta senhora conta que modificou suas vendas. Continuava a vender a prazo, só que agora com preços diferenciados. A vista é um preço, a prazo tem tanto de juros. A satisfação está em ver que a conversa teve seu resultado. Indiretamente, o que eu propuz (sic), no tempo do Δ (indivíduo), ele pode refletir sobre o seu fazer no mundo. (*o psicólogo do tempo*)

Sem dúvida, esse exemplo deve ser valorizado (e muito), uma vez que se trata de uma resposta favorável à ação interventiva desse educador. Há, nesse depoimento, o reconhecimento de uma ação bem sucedida, propiciadora da transformação de uma condição desfavorável enfrentada por uma senhora pertencente ao grupo que coordenava. Enquanto coordenador, colocou-se como facilitador das discussões afloradas, assumindo, como nos parece, o papel de mediador das experiências vivenciadas.

Dessa forma, *o psicólogo do tempo* parece ter contribuído com a ressignificação de uma apreensão pessoal de significados sociais dessa senhora, especificamente da condição de vendedora acatada inicialmente por ela, que beirava à prática assistencialista. Ou, muito provavelmente, que não valorizava seu esforço e seu investimento, o que possibilitaria certa diferenciação entre ela e as pessoas que vivem em situação de privação semelhantes à sua, mas que, no contexto das vendas, eram clientes.

A partir das discussões propiciadas pelo *psicólogo do tempo*, essa senhora deu um novo sentido à sua prática, modificando seu jeito de negociar com as clientes. Mesmo mantendo, talvez, uma clientela muito próxima da sua condição de vida, as vendas a prazo foram acrescidas de juros a fim de que não tivesse mais prejuízo nas negociações: valorizou os pagamentos à vista e assegurou um capital de compra.

A satisfação desse educador social, manifestada por ele próprio, “[...] está em ver que a conversa teve seu resultado”. Afinal, o que propôs foi refletido e “no tempo” dessa “senhora”, que construiu uma nova forma de atuar permeada por um novo sentido. Isso só se deu mediante sua intervenção, cujo caráter prospectivo ampliou (ou abriu) um campo de possibilidades. Uma possibilidade, talvez, pensando o educador social, esteja na “autovalorização” motivada pelo resultado de sua ação. Mesmo pertinente às intervenções

assistenciais, “[...] mostrando que os salários modestos são compensados por valores nobres, mobilizados na ação profissional” (SIMÕES NETO, 2005, p.75), essa “autovalorização” parece-nos legítima, principalmente se estiver a serviço de minimizar o sentimento de resignação tão presente no exercício dessa função. É, por assim dizer, uma motivação para novas intervenções que possam propiciar ressignificações do contexto de uma prática muito exigente, mas carente de reconhecimento e valorização.

Entre os baixos salários, as condições precárias de trabalho, o não investimento na capacitação e qualificação profissional, a burocracia, os problemas de comunicação, o não reconhecimento do outro e, muitas vezes talvez, do próprio educador, encontramos na fala da *assistente social dos oprimidos* (talvez como porta voz desses educadores sociais) o que pensamos representar um aspecto subjacente aos discursos até então apresentados. Latente ao conteúdo manifesto e, portanto, fundamental para nossa análise, destacamos o sentimento de impotência permeando as ações interventivas constituídas na e pela *falta*.

Falta de preparo dos profissionais; O desmonte/falta de Políticas Públicas de Assistência Social; A falta de recursos públicos/privados; A falta de comunicação entre os setores que atuam na área social; A falência da Educação e Saúde Pública; A demagogia do Terceiro Setor; Tudo isso me traz insatisfação, desgaste, desânimo e muitas vezes me faz pensar até que ponto o meu trabalho tem significado/valor sinto-me impotente.

Impotente, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa aquele “que não pode; fraco, débil” (1986, p.924). Sentir-se impotente, então, é sentir-se impossibilitado de realizar, de fazer algo que considere importante para uma possível transformação. O sentimento de impotência manifestado pela *assistente social dos oprimidos*, talvez esteja retratando que a motivação inicial, a vontade e o desejo, compondo o campo dos valores e afetos (SIMÕES NETO, 2005), além do sentir-se capaz de desenvolver um trabalho cujas ações deveriam ser transformadoras da realidade na qual intervém, diluem-se na prática cotidiana do educador social. Isso, de certa maneira, não impossibilita a realização de um trabalho transformador, mas, assim pensamos, o compromete, e muito.

3.2.4 - O Tempo

Questionados por quanto tempo pretendem trabalhar como educadores sociais, a indeterminação ganhou destaque em suas falas. Há a imprecisão motivada, principalmente, pelo fato de que “[...] o trabalho na área social é muito incerto, desgastante, e mal remunerado” (*o psicólogo do tempo*); mas alguns educadores, referindo-se ao gosto pelo trabalho, à motivação e ao prazer (traços característicos de manifestação afetiva), afirmam a pretensão de atuar enquanto acreditarem que suas ações possam trazer bons resultados.

Enquanto me entender como tal. Uma vez educador social, sempre educador social desde que possa acreditar no próprio trabalho, aprimorando-o e buscando resultados positivos. (*a psicóloga do aprender*)

Enquanto acreditar no meu trabalho e vê (sic) resultados. (*a assistente social das famílias*)

Ainda não parei para refletir seriamente sobre esse assunto, no entanto, pretendo estar envolvida nesse trabalho até o momento em que sentir-me (sic) motivada e feliz. Quando ocorrerem situações que tornem-me infeliz, aí será o momento propício para parar! (*a pedagoga satisfeita*)

Não sei, enquanto me der prazer eu continuo. (*a cientista contábil*)

Outros declaram que exercerão o trabalho como educador social por muito tempo, “por toda a vida”, como se tivessem nascido para isso ou fossem predestinados a uma “missão”, a uma atribuição divina. Isso ratifica, de certa forma, as constatações do estudo de SIMÕES NETO (2005), revelando-nos que as práticas assistenciais são, em maior ou menor grau, permeadas por valores religiosos. O que, também, nos leva a pensar na noção de “identidade atribuída” como uma das características do educador social, uma vez que parece acatada sem o esforço da construção, da reflexão e do responsabilizar por alguma escolha (MARTINELLI, 2007). No caso das Ciências Sociais, destaca-se, ainda, o vínculo com movimentos sociais e movimentos estudantis (idem, p.119).

Por toda minha vida, por que é muito bom quando você se realiza fazendo o que te faz bem. O ato de ensinar é um dom divino que Deus entrega na mão de quem ele acredita ser capaz para desenvolver esta habilidade que não é apenas ensinar, mas no mundo em que estamos vivendo

hoje também temos que educar para que no futuro podemos ter um cidadão formado de corpo e alma. *(a pedagoga das crianças)*

A sensação que tenho é que ser Educadora é algo ‘meu’, como que não conseguiria viver sem. Por mais que realize algum trabalho, sempre procuro ter uma ou duas oficinas. Não sei exatamente definir quanto tempo pretendo, mas espero que por muitos anos. *(a jornalista)*

Gostaria de trabalhar sempre como Educador Social, mesmo surgindo outras oportunidades de emprego, como lecionar em universidades. Porque percebo que o fato de exercer esta função possibilita um diálogo entre a teoria e a prática. Ou seja, exercendo este papel posso fazer uso do meu conhecimento prático, obtido através do meu trabalho em campo e conhecimento teórico, adquirido através das leituras acadêmicas e dos debates realizados entre alunos e professores universitários. Enfim, acredito que atuar como Educador Social possibilita debater a questão da educação a partir do que é concreto. *(o cientista social)*

Chamou-nos a atenção, além dos aspectos religiosos presentes na fala de alguns desses educadores sociais, a questão das oportunidades associadas à identificação com o trabalho social. Mesmo sendo uma área que se caracteriza na e pela *falta*, comprometendo o desenvolvimento e a qualidade do trabalho socioeducativo, há certa expectativa de “continuidade” mediante novas ofertas de trabalho.

Pretendo continuar na área social, pois me identifico com o trabalho que desenvolvo, porém não tem como determinar um tempo, pois isso dependerá em parte da oferta de serviços na área. Pretendo cada vez mais me especializar nesta área. *(a psicóloga das famílias)*

Não sei ao certo responder essa questão. Talvez a vida toda. Gosto de Projetos Sociais e meu perfil é para trabalhar nisso. Tudo depende das oportunidades que surgirão. *(a psicóloga dos catadores)*

Encontramos, ainda, educadores sociais objetivamente indeterminados: “Não sei, não escolhi essa profissão” *(a artista plástica)*; “Quanto tempo for necessário” *(a pedagoga das famílias)*; “Hoje, eu penso que para sempre. Amanhã, eu não sei...” *(a assistente social do “Ufa!!!”)*.

Entre dúvidas, motivações, prazer, identificações, oportunidades, pensamos que *a assistente social dos oprimidos*, mais uma vez, pode ser considerada “porta voz” desses

educadores. Apresenta-nos o dilema *mudar x prosseguir* como fator importante que parece permear as escolhas em relação ao tempo de dedicação nessa função. A grande dificuldade está, talvez, no responsabilizar-se por essas escolhas: o que fazer?

No momento não posso prever por ‘+’ quanto tempo pretendo trabalhar como educadora social, toda a minha formação profissional é voltada para área social, aliás muito da minha vida é voltada para o social, meus amigos, minhas leituras, viagens etc... É difícil!!! Mas se eu pudesse escolher eu optaria por exercer outra atividade profissional que fosse bem remunerada como na área comercial. Paralelamente desenvolveria atividades lúdicas com pessoas, crianças, adultos, adolescentes etc... em situação de vulnerabilidade social. Estou cansada de encarar tanto sofrimento cotidianamente, tanta desesperança... PS: às vezes sinto-me num dilema mudar x prosseguir... (*a assistente social dos oprimidos*)

A partir do exposto até agora, principalmente do dilema “mudar x prosseguir” (*a assistente social dos oprimidos*), alguns questionamentos são inevitáveis para pensarmos a construção de identidade do educador social: o que faz com que esses educadores sociais muitas vezes em condições de extrema precariedade para o enfrentamento das adversidades da prática cotidiana, insistam na continuidade de uma prática que lhes impõem descontinuidades? Será que esses educadores, assim como a população atendida, também estão à espera de um “salvador”, isto é, alguém que os tire dessa situação pouco favorável para o desenvolvimento de seu trabalho, oferecendo-lhes o mínimo de dignidade e respeito? Mesmo recebendo baixos salários, a vivência da instabilidade e tudo mais que acompanha a sua prática, há o sentir-se, talvez, menos excluído do que os excluídos com os quais desenvolve seu trabalho, uma vez que se coloca na posição de “ajudador”, de assistencialista? Há, de certa forma, por parte desses educadores, o apoiar e o desenvolver práticas assistencialistas e verticalizadas, no sentido de assegurar determinada importância de sua função, ou seja, enquanto houver o excluído haverá a necessidade de um interventor para o processo de inclusão? Entre a indignação e a resignação: o que tem sido evidenciado na conduta desses educadores?

Esses questionamentos serão discutidos na continuidade de nossa análise, que atentarà para os conteúdos das cartas direcionadas a um colega de faculdade e a uma pessoa que vive em situação de risco social, comparando-os ao que já foi dito nas questões anteriores. Contamos, também, com os conteúdos manifestados na última parte do

instrumento a fim de estabelecer relações entre eles e ratificar (ou não) as observações já levantadas na análise do material disponibilizado. Além disso, focaremos nossa atenção nas novas informações que possam, de alguma forma, sinalizar para as características de identidade que esses educadores sociais vêm construindo na prática cotidiana.

3.3 – As Cartas

As cartas a um amigo da faculdade e a uma pessoa que vive em situação de risco social compõem a terceira parte do instrumento. Nelas vemos ratificadas algumas informações sobre a atuação dos sujeitos desta pesquisa, evidenciando características comuns de uma identidade que está sendo construída na prática: a de educador social.

3.3.1 - A um amigo da faculdade

Encontramos, nas cartas direcionadas a um amigo de faculdade, alguns fatores que respaldam as insatisfações vivenciadas pelos educadores sociais no desenvolvimento do trabalho socioeducativo com população em situação de risco e exclusão social. Destacamos, inicialmente, as queixas frequentes em relação aos baixos salários e a elevada carga horária de trabalho, além das condições precárias para o exercício da prática, caracterizando a *falta*. Há, também, a descontinuidade, principalmente dos programas sociais, apontando para instabilidade no emprego. Como nos diz *o cientista social*, referindo-se ao projeto no qual estava engajado,

[...] este é um trabalho que tem tempo certo para “nascer e morrer”. Infelizmente as oportunidades voltadas a minha área possuem este perfil, fato que dificulta o uso do termo “estabilidade no emprego”.

O fato desse trabalho ter um tempo determinado para “nascer e morrer”, como diz *o cientista social*, não necessariamente retrata uma descontinuidade. Isso porque, na prática, o que tem sido comum é a contratação de educadores sociais para o desenvolvimento de

trabalho socioeducativo em determinados programas sociais (principalmente em convênio com o Estado), pressupondo o início e o término do contrato, com possibilidades de renovação do convênio. O que caracteriza a descontinuidade é, justamente, a não concretização desse tempo, quando, muitas vezes, sem aviso prévio, o convênio é verticalmente cancelado antes do previsto, ou não renovado, deixando a cargo desses educadores as explicações e justificativas junto à população atendida.

Na impossibilidade de concretizações, outros educadores sociais também retomam a descontinuidade como empecilho no desenvolvimento do trabalho socioeducativo:

[...] por conta da falta de políticas públicas permanentes enfrento junto com a equipe problemas diversos [...] (*a psicóloga do aprender*)

[...] Estávamos alcançando resultados no processo de atendimento e formávamos uma equipe crítica e competente. Infelizmente, em 2004, o convênio não foi renovado e o programa voltou ao seu tamanho original, causando descontinuidade de muitas ações. (*a assistente social satisfeita*)

A descontinuidade, além da dúvida sobre a eficácia do trabalho desenvolvido, tem contribuído, assim nos parece, para o sofrimento desses educadores sociais.

[...] Apesar de ser uma área muito sofrida [...] Gostaria de continuar nesta área, algumas vezes penso em mudar por achar que estes programas por si só não funcionam, mas dentro do que é possível tenho desenvolvido bem o meu trabalho. (*a psicóloga das famílias*)

[...] Não sei se através desta carta irá perceber o quanto é árduo esse trabalho [...] (*a assistente social das famílias*)

[...] Sabe, não é fácil para mim lidar, muitas vezes, com história de vida tão tristes, situações tão miseráveis ou tão complexas que dá nó na cabeça. Vivo me questionando se meu trabalho é importante, se faz alguma diferença. [...] Não é fácil viver dessa profissão, pois o salário é baixo e, ou pegamos muitas oficinas p/ ter uma renda adequada – o que acaba sobrecarregando e diminuindo a qualidade do trabalho desenvolvido – ou tenho que ter outro trabalho para complementar minha renda. (*a jornalista*)

[...] estes sete anos não foram fáceis aprendi muitas coisas, mas me tornei uma pessoa mais dura afetivamente, quase não choro, às vezes assisto um filme ou presencio uma situação emocionante, as pessoas ficam abaladas, choram e eu fico na maioria das vezes “normal”. Minha terapeuta diz que esse fenômeno é comum com as pessoas q. trabalham com o que eu trabalho. (*a assistente social dos oprimidos*)

Um aspecto que chama a atenção, principalmente na última citação, é a forma como *a assistente social dos oprimidos* refere-se ao período em que atuou na FEBEM, onde os recursos para as intervenções técnicas eram precários. Embora essa experiência trouxe-lhe conseqüências afetivas, explicitadas nas palavras “[...] me tornei uma pessoa mais dura afetivamente, quase não choro [...]”, parece-nos haver certa naturalização dessa experiência legitimada pelo outro, no caso específico por sua terapeuta, quando lhe diz que “[...] esse fenômeno é comum com as pessoas que trabalham com o que eu trabalho [...]”. Parece reforçar, assim, um sentimento de resignação diante de um quadro de precariedades.

As cartas também nos apresentam algumas das atribuições desses educadores sociais. Pensando os salários que são considerados baixos e quase sempre recebidos com atraso, a carga horária que excede o contrato de trabalho, uma vez que várias tarefas são realizadas fora do período (preparo das atividades, relatórios, contatos e visitas a organizações, eventos aos finais de semana etc), o estar na *falta* e a idéia de descontinuidade, isso tudo parece ser muito mais do que esses educadores possam dar conta. Não é de se admirar o desfecho da citação a seguir, ecoando, de certa maneira, as falas dos educadores sociais:

[...] neste programa atendemos famílias em alto grau de vulnerabilidade social através de grupos sócio-educativos, quinzenais, com duração de 1h e 30’. Mas não é só isso: eu planejo, executo e adapto dinâmicas voltadas para a realidade das famílias atendidas, faço visitas domiciliares, relatórios, acompanhamento de casos específicos, atendimento individual e familiar, entrevistas, estudo social, encaminhamentos, orientações, articulo a rede comunitária da região para auxiliar a implementação e o planejamento do trabalho sócio-educativo. Também trabalho com uma equipe multidisciplinar e participo de seminários, palestras etc, além de sistematizar os dados acerca do trabalho desenvolvido. Ufa!!! É muito trabalho [...] (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

Apesar das adversidades enfrentadas em sua prática cotidiana e do sofrimento que emerge a partir delas, constatamos que há algumas satisfações dos educadores sociais no

desenvolvimento do trabalho socioeducativo. Mediante algum tipo de manifestação de gratidão por parte das pessoas atendidas, sentem-se responsáveis e gratificados quando há evidências de alguma transformação da realidade na qual intervêm. A *jornalista*, por exemplo, ao questionar se seu trabalho é importante e se faz alguma diferença, diz que costuma obter resposta em um gesto, uma palavra de seus atendidos: “[...] Mas sempre os meus alunos me respondem com um gesto, uma palavra que diz que sim e isso me conforta”. Outros exemplos:

[...] Contudo, ganhando bem ou não o que vale é o compromisso assumido e diante disto percebo que a cada dia a grande compensação, pois através do meu trabalho posso constatar resultados com as famílias atendidas (integração nos grupos sócio-educativos, troca de experiências, reconhecimento do território onde vivem, seus talentos pessoais, mudanças de atitudes e auto-estima, etc) O trabalho é lindo! (*a psicóloga do aprender*)

[...] o trabalho com as famílias tem sido gratificante. [...] Você sabe que sempre me identifiquei com esta área e a minha experiência tem sido boa, tem possibilitado um crescimento pessoal e um enriquecimento profissional. (*a psicóloga das famílias*)

[...] Eu diria que, no momento em que estamos, conseguimos conquistar muitas coisas [...] Hoje, nenhum catador atendido por nós, está em situação de rua. Essa é uma das conquistas desse projeto... muito gratificante para nós. (*a psicóloga dos catadores*)

[...] porém prazeroso e gratificante, principalmente quando constatamos a mudança de vida dessa (*sic*) famílias, para melhor. (*a assistente social das famílias*)

[...] Eu estou imensamente satisfeita naquilo que estou realizando como educadora social [...] As crianças estão evoluindo a cada dia, em todos os aspectos: conhecer, ser, conviver, fazer. É muito bom ouvir o relato das famílias, isso torna o trabalho gratificante [...] (*a pedagoga satisfeita*)

[...] estou com uma sala de terceiro estágio (pré-escola) a qual está me dando muito orgulho. [...] Esta semana recebi uma carta de uma das crianças me dizendo que me amava e que por isso gostaria que eu o leva-se (*sic*) para minha casa porque na casa dele sua madrasta lhe bate muito. [...] Para muitas crianças somos como sua própria família. Damos amor, carinho, escutamos o que falam, cuidamos, educamos e assim vai né... (*a pedagoga das crianças*)

[...] estamos felizes com o trabalho que estamos desenvolvendo. (*o cientista social*)

[...] estou a 4 anos (*sic*) trabalhando como Educadora Social em uma Associação do meu bairro bem próximo a minha casa. Eu estou muito feliz com minha atividade atual. Tenho 56 alunos adolescentes de faixa etária 10 a 15 anos, em um programa chamado Crê-Ser, Crer para ver, temos atividades prazerosas como: leitura/escrita, raciocínio lógico, informática, educativa, artes plásticas e visuais, vou te dizer é motivador todos os dias você ver a evolução dos seus alunos e poder saber que você procura fazer a diferença. (*a cientista contábil*)

Se, por um lado, essas manifestações recebem respaldo em SIMÕES NETO (2005) quando se refere a ganhos pessoais, percebemos, também, que há um ganho “profissional” nessa prática, o que, de certa maneira, parece valorizar a atuação desse educador. Mais do que o contentamento com uma pequena mudança de atitude de um atendido, alguns desses educadores demonstram um olhar prospectivo para o enfrentamento dessa situação. Pois, apesar das adversidades, principalmente da falta de dinheiro para especializações, capacitações e aprimoramentos, há investimentos na continuidade de seus estudos e de sua formação, fator imprescindível nesse processo que prima por superação.

Isso tem possibilitado a esses educadores experimentar novas formas de lidar com a *falta*. Ao assumirem a responsabilidade pela coordenação de projetos e do preparo da equipe escolhida para desenvolver o trabalho socioeducativo, buscam angariar recursos para otimizar as ações voltadas para a realização dos objetivos pautados. Há, ainda, a perspectiva de conciliar suas experiências de campo com os recursos teóricos, contribuindo, dessa maneira, para um salto qualitativo na prática. São novas oportunidades que trazem um sentido de ascensão e, talvez, reconhecimento pelos serviços prestados.

O que é novo e tem me proporcionado conhecimento e satisfação é a realização de orientação e supervisão dos agentes de proteção social que fazem parte da equipe e o fato de poder participar diretamente do trabalho atribuído à coordenação. (*a psicóloga do aprender*)

[...] A equipe de educadores é muito bem preparada pedagogicamente, pois participam de encontros periódicos na Ação Comunitária e nos reunimos sempre para trocarmos informações e assim aprimorarmos o trabalho. Estamos constantemente buscando novos conhecimentos e idéias para conduzir nossas propostas. (*a pedagoga satisfeita*)

Um exemplo de persistência, dedicação e movimento no sentido de superação das adversidades dessa prática evidencia-se, principalmente, no discurso da *assistente social satisfeita*. Em uma trajetória que se assemelha a de tantos educadores sociais, ela se diferencia ao não se contentar com o descontentamento que parece permear a prática cotidiana. Os baixos salários, a carga horária de trabalho excessiva e a precariedade de condições para um bom desenvolvimento de seu trabalho, não lhe serviram de desculpa ou mera justificativa para uma conduta queixosa. Ao contrário, apesar das dificuldades, investiu e continua investindo em sua formação.

[...] Estávamos alcançando resultados no processo de atendimento e formávamos uma equipe crítica e competente. Infelizmente [...] o convênio não foi renovado e o programa voltou ao seu tamanho original, causando descontinuidade de muitas ações. [...] Como minha situação estava indefinida, optei por uma oportunidade [...] no programa Formação [...] Paralelamente iniciei um curso de especialização em Administração do Terceiro Setor cuja mensalidade era metade do meu salário (R\$ 764,00). [...] Posteriormente conquistamos um convênio para atender as famílias dentro do Programa Renda Cidadã. Fizemos parcerias para viabilizar os espaços de atendimento, mobilizamos as famílias e aí o problema era chegar a esses espaços para realizar o trabalho, pois não havia transporte público com horários regulares e o veículo da Fundação ficava por conta dos trabalhadores burocráticos. Foi um período muito sofrido, era desmotivadora a falta de compromisso com o público atendido e os trabalhadores. Eu não via a hora de conseguir outro trabalho, até que surgiu nova oportunidade [...] Os princípios do projeto e o compromisso dos dirigentes com os resultados, assim como o investimento no desenvolvimento dos profissionais são a motivação para eu estar nesse projeto. Atualmente estou responsável por coordenar ações junto a uma equipe de educadores recém-contratados. [...] É um projeto ambicioso e desafiante, espero dar conta. (*a assistente social satisfeita*)

Não economizamos as palavras da *assistente social satisfeita* justamente para ilustrarmos um processo de construção de identidade, ou, como pensamos, de busca de identidade profissional. Diante das adversidades, essa educadora social não se limitou a esperar que algo acontecesse para mudar o que estava vivendo. Movimentou-se, partiu para ações que pudessem instrumentalizá-la melhor para o enfrentamento da prática cotidiana.

Como resultado desse investimento na sua formação “profissional”, e, conseqüentemente, no aprimoramento de sua atuação como educadora social, encontra-se, atualmente, em uma situação diferenciada, com status de coordenadora e um salário que a

deixa satisfeita: “[...] atualmente estou responsável por coordenar ações junto a uma equipe de educadores recém-contratados”.

Um aspecto interessante e revelador em seu discurso é o fato dessa educadora usar o verbo estar ao se referir à sua condição atual, indicando uma ação prospectiva em movimento permanente de transformação, um processo de construção e, portanto, metamorfose (CIAMPA, 2005). Porque, estar é diferente de ser. Ser sugere algo definido e definitivo, estável, fixo, imutável. Estar implica temporalidade não definitiva, possibilidades de mudança mediante ações inovadoras, ressignificações e construção de novos sentidos, de novos olhares sustentadores do campo das motivações. Afinal,

[...] Tenho muitos desafios pela frente, preciso investir na minha formação para contribuir de forma significativa no desenvolvimento da equipe que é responsável pelo desenvolvimento individual e relacional das famílias atendidas, além do desenvolvimento social e comunitário. (*a assistente social satisfeita*)

Satisfeita, essa educadora parece consciente de sua nova condição, a de coordenadora de educadores sociais recém contratados que, certamente, se depararão com as precariedades dessa função, com as adversidades que deverão ser enfrentadas cotidianamente. Sua responsabilidade, então, mostra-se ampliada. Passa a ser, também, co-responsável (porque cada integrante dessa equipe também é responsável pela própria formação) pela formação dos educadores de sua equipe. Isso, ao mesmo tempo que lhe exige aprimorar seus conhecimentos para dar conta dessa nova responsabilidade, também lhe assegura uma ascensão.

Nesse contexto, ascender indica uma superação motivada pela persistência como forma de lidar com a falta e com a descontinuidade. Sem se entregar à imobilidade costumeira proporcionada pela queixa, essa educadora nos mostra que há algo mais nessa identidade em construção. A consciência de que é necessário ampliar o campo das possibilidades, principalmente mediante investimento na formação teórica e prática (cursos de especialização, aprimoramentos, capacitações etc), também aponta para a indignação como aspecto motivador para a construção de ações inovadoras, as quais,

indiscutivelmente, contam com a persistência como característica do perfil desse sujeito, permeando a construção de sua identidade de educador social.

Se, por um lado, a *falta* e a *descontinuidade* são ratificadas no conteúdo das cartas apresentadas como fatores preponderantes das características dessa identidade em construção, que apontam para a insatisfação, a descrença, o se sentir desrespeitado como sustentação da desvalorização, por outro, as cartas também revelam que há características indicando certo otimismo, certa motivação para o enfrentamento das adversidades da prática:

- o responsabilizar-se pelo “compromisso assumido” (*a psicóloga do aprender*);
- o sentir-se gratificada, além da possibilidade de “crescimento pessoal e um enriquecimento profissional” (*a psicóloga das famílias*);
- as conquistas: “nenhum catador atendido por nós, está em situação de rua” (*a psicóloga dos catadores*);
- o constatar “a mudança de vida dessas famílias, para melhor” (*a assistente social das famílias*);
- a satisfação ao ver que “as crianças estão evoluindo a cada dia” (*a pedagoga satisfeita*);
- o orgulho “com uma sala do terceiro estágio” (*a pedagoga das crianças*);
- o estar feliz com o trabalho “que estamos desenvolvendo” (*o cientista social*);
- o procurar fazer a diferença, porque “é motivador todos os dias você ver a evolução dos seus alunos” (*a cientista contábil*);
- o sentir-se confortada com “um gesto, uma palavra que diz que sim” (*a jornalista*)¹⁶.

Esses exemplos, mais a necessidade evidenciada de investir na formação “profissional”, de certa forma, leva-nos a pensar que, para além da queixa instaurada como justificativa para o não fazer e o lamentar pelo que poderia ser feito, há nesses educadores potencialidades que permitem o desenvolvimento de competências mobilizadoras de ações capazes de transformar a realidade na qual intervém. Isso requer, entre outros fatores, investimento material e cognitivo, perpassando pela disponibilidade afetiva. Diante disso, talvez, a possibilidade de minimização da queixa como norteadora da prática cotidiana.

¹⁶ Citações parcialmente alteradas pelo pesquisador.

3.3.2 - A uma pessoa que vive em situação de risco social

Nas cartas destinadas a uma pessoa que vive em situação de risco e exclusão social, alguns educadores sociais destacam sua formação profissional e, em seguida, sua função. Outros, especificam, apenas sua formação profissional:

[...] sou psicóloga e técnica social do Programa Ação Família – viver em comunidade. (*a psicóloga do aprender*)

Sou formado em psicologia e neste trabalho específico estou atuando como Educ. S. (sic) (*o psicólogo do tempo*)

[...] sou Assistente Social e estarei na região para desenvolver um Trabalho social por meio do Programa Ação – Família – Viver em Comunidade. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

Sou [...] Assistente social e trabalho em um Programa Social que está chegando no seu bairro [...] (*a assistente social das famílias*)

[...] sou formado em Ciências Sociais e já tive a oportunidade de trabalhar com adolescentes da região que você mora [...] (*o cientista social*)

Esses exemplos nos levam a pensar que se apresentar como Psicólogo, Assistente Social, Cientista Social etc represente certo status, o que, supostamente, facilitaria o estabelecimento de vínculo com a pessoa contatada, e, conseqüentemente, a entrada na comunidade para desenvolver seu trabalho. Podemos considerar, nesse sentido, que há uma afiliação identitária com a formação profissional, dando-lhes, provavelmente, uma base de sustentação e norteamto para a função de educador social, embora, na prática, essa base tem se mostrado pouco efetiva para assegurar o bom desenvolvimento do trabalho socioeducativo.

Após a apresentação inicial, esses educadores expõem, geralmente, os objetivos dos programas aos quais estão vinculados. Dentre eles, proporcionar, a partir de um conhecimento prévio, melhora na qualidade de vida das pessoas a serem atendidas, estendendo esta qualidade à família e à comunidade. Explicitam o conceito de risco e exclusão social como profundos conhecedores da “desgraça alheia”, objetivando, talvez,

serem vistos como agentes possuidores de soluções. O que, de certa forma, facilitaria sua entrada na comunidade para a implantação de um Programa Social e desenvolvimento do seu trabalho.

[...] trata-se de um Programa Social que tem como objetivo proporcionar uma melhora na qualidade de vida das famílias que vivem nas mesmas condições que a senhora, ou seja, em situação de risco social, pois é sabido que a região em que mora não oferece as condições necessárias de moradia, educação, emprego entre outras. *(a psicóloga do aprender)*

[...] Venho com uma proposta de desenvolver um trabalho com sua família e sua comunidade, visando o fortalecimento e o desenvolvimento das mesmas. [...] Você está sendo convidada a fazer parte deste programa por se encontrar em situação de exclusão de direitos básicos como: Saúde, Educação, Lazer, Cultura, Trabalho, etc. *(a psicóloga das famílias)*

[...] As ações aqui previstas visam capacitar as comunidades para a utilização e a participação nos equipamentos e órgãos que prevêm acesso aos serviços, visando a inclusão social e a cidadania plena. *(a assistente social do “Ufa!!!”)*

[...] iremos trabalhar com família em alto ou muito alta vulnerabilidade social, com o objetivo de estar fortalecendo as famílias sobre seus direitos e deveres através de Reuniões Sócio-Educativas, passeios, oficinas escolhida pelo grupo. *(a pedagoga das famílias)*

Há, também, a oferta explícita de solução de problemas, o que sustentaria a idéia de que o educador social é responsável, juntamente com uma equipe, por resolver os problemas do outro. Em contrapartida, restaria a esse outro, após ser escolhido pela urgência de seu caso, apenas esperar que esse educador e sua equipe apresentassem a solução dos problemas vividos, mas não necessariamente enfrentados.

[...] A equipe é composta por 16 integrantes: A.P.S. Agentes de Proteção Social que realizam visitas domiciliares e levantam as demandas ou casos mais urgentes da comunidade ou família trazendo para as técnicas e junto com a equipe dar “soluções para os casos”, lembrando que não são todos os casos que são resolvidos pela Técnica mais encaminhamos para locais específicos como Saúde, Educação e entre outros. *(a pedagoga das famílias)*

Embora as ofertas e propostas de trabalho que compõem o conteúdo desses discursos deixem a impressão (ou a explicitação) de que esses educadores possuem os meios para que essa população alcance os objetivos propostos, devemos ressaltar que elas parecem desvinculadas da realidade vivida. Pois, grande parte dos discursos, conforme constatado ao longo dessa análise, está voltada à queixa, sustentada na *falta* de condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo e na *descontinuidade* dos programas sociais.

Isso, de certa forma, mostra-nos uma contradição. Mesmo denunciando a falta de condições necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho, colocam-se no lugar de quem é capaz de fazer algo para reverter a situação de precariedade vivenciada pela população, objeto de sua intervenção. Esta contradição, denunciando certa perversidade, parece-nos necessária para que os educadores se mantenham “vivos” no exercício de uma prática que muito exige e pouco oferece.

Como metodologia, esses educadores propõem a construção de vínculos (amizade, trabalho etc) entre as pessoas atendidas a fim de que elas, ao trocarem experiências, possam ter suas vidas melhoradas. Isso se daria a partir de reuniões socioeducativas, abordagens de rua, visitas domiciliares etc, mediadas por eles, que atuariam como facilitadores dos acessos aos serviços disponibilizados pela rede pública, um direito da população. Entraria, nesse pacote de intenções, a oferta de passeios culturais, oficinas educativas e profissionalizantes que, supostamente, prepararia os jovens e adultos para o mercado de trabalho.

[...] pretende-se com este trabalho a reunião de famílias para que juntas possam trocar experiências, adquirir conhecimentos e pensar em alternativas de mudanças e soluções para as dificuldades do dia-a-dia. (*a psicóloga do aprender*)

[...] Ainda não conheço você especificamente, mas acredito conhecer alguns dos problemas que você vem enfrentando para poder sobreviver. Para poder conhecer um pouco mais você, precisarei conversar contigo, bater um papo e assim ir construindo uma relação. (*o psicólogo do tempo*)

[...] objetivo de realizar momentos de encontros, trocas de experiências, re-conhecimentos e utilização das Organizações que existem no seu bairro, passeios culturais pela cidade, oficinas de vários artesanatos e outros, visitas domiciliares e atendimentos individuais. [...] é um

momento de aprendizagem conjunta, de trocas, de transmitir informações, de esclarecimentos, de união para buscar melhores condições de vida para nossas famílias e melhorias para o bairro. (*a assistente social das famílias*)

Convido você para participar de uma reunião [...] na qual será discutido às dificuldades encontradas pelos jovens de comunidades carentes na busca do primeiro emprego. [...] planejaremos juntos ações educativas com objetivo de prepará-los para inserção no mercado de trabalho como: elaboração de currículo, entrevistas, lei do aprendiz etc. (*a assistente social dos oprimidos*)

[...] gostaríamos de conhecer sua família para nos apresentarmos e ouvirmos suas opiniões e sugestões para o nosso trabalho. (*a assistente social satisfeita*)

[...] a Oficina é desenvolvida para se criar um ambiente, um ecossistema Educomunicativo, ou seja, democrático e com Gestão participativa. Isso significa que todos os alunos irão participar, decidir, realizar as etapas de produção do meio de comunicação, sendo estimulados à envolver toda a comunidade na criação desse veículo, melhorando assim a comunicação da comunidade como um todo. (*a jornalista*)

Encontramos, na carta do *cientista social*, além do relato de sua experiência, a informação prévia de uma possível descontinuidade, aspecto que tem sido evidenciado em sua prática como educador social.

[...] Primeiramente quero informar que este projeto terá início no dia 25/03/06 e término no dia 20/12/06. A princípio, não há nenhuma informação quanto à continuidade do mesmo no próximo ano. [...] todos os participantes receberão duzentos reais (R\$ 200,00) de ajuda de custo e cinquenta reais (R\$ 50,00) para o transporte até o local dos nossos encontros. Para receber os valores acima, é necessário comparecer a todos os encontros, assim como, participar ativamente de todas as atividades. (*o cientista social*)

Ainda que muito comum nos programas sociais e projetos de assistência às pessoas em situação de risco e exclusão social, aos jovens pobres parece-nos ampliada, nessas cartas, a falta de explicitação dos pressupostos que levam a determinado apoio. Assim, apoiados na oferta de uma ajuda de custo, uma remuneração ou algum outro tipo de provimento, desde que o sujeito compareça aos encontros e participe das atividades, os

educadores sociais asseguram certo número de participantes mais pelo valor material do que pela possibilidade de construir um campo de reflexões, de processo, de construção conjunta na busca de qualificação de si enquanto sujeito de direitos.

De forma rasa, é possível dizer que ambos estariam contemplados: o educador social com o número de participantes compondo os dados das planilhas de indicadores de avaliação; os sujeitos participantes assegurando, temporariamente, algum valor material (geralmente um repasse financeiro) para suprir, talvez, muito pouco de suas necessidades. Nesse sentido, compactuamos com SPÓSITO e CORROCHANO (2005, p.20):

Trata-se de uma adesão generalizada [...]. A melhor qualificação dos jovens tendo em vista sua inserção no mundo do trabalho não tem sido prioritária, tratando-se na maior parte das vezes de atividades que estabelecem sondagens ou incursões na esfera da profissionalização, sem assumir, rigorosamente, essa orientação como eixo estruturante das ações.

Essa oferta de apoio, no contexto das cartas, parece-nos reforçar a manutenção do que já existe, mediante a construção de relações de dependência, cujas ações podem ser vistas como suavizadoras das contradições, das desigualdades, das injustiças sociais, “[...] tentando simplesmente adaptar o indivíduo às coordenadas sociais existentes” (P. AYERBE apud ROMANS, 2003, p.131).

A adaptação não significa, entretanto, oportunizar o sujeito para uma possível ascensão social. Se estiver a serviço de mantê-lo na mesma situação em que se encontra, talvez minimize a idéia da distância que o separa de certos “privilégios” da condição humana, dentre os quais o direito de viver com dignidade mediante acesso à saúde, ao trabalho, à educação e ao lazer. Seria, por assim dizer, uma maneira de remendar a esperança já esgarçada. Reforça-se, nesse sentido, a noção de “identidade atribuída” (MARTINELLI, 2007), caso consideremos que o educador social coloca-se a serviço da manutenção desse quadro de privações.

Um outro dado interessante, implícito nas cartas de vários educadores, mas explicitamente posto na carta da *pedagoga das crianças*, é o da religiosidade como caminho para a redenção do ser. Descreveremos a carta na íntegra para depois a analisar. Endereçada à Senhora **Flor de Maio** (estamos preservando o nome constante da carta), assim escreveu *a pedagoga das crianças*:

É com imenso prazer que escrevo esta carta a Senhora “**Flor de Maio**” oferecendo à minha ajuda como educadora social através do trabalho que desenvolvo junto a minha comunidade. Estou sabendo que a senhora está com um problema muito sério, que sofre muito porque tem um marido que é alcoólatra e além de tudo às vezes é agressivo. Neste momento, gostaria que a senhora estivesse (sic) coragem para ajudar o teu marido, pois ele precisa muito de tua ajuda. Muitas vezes eles não querem ajuda porque alegam que são capazes de pararem quando quizerem (sic). Existe algumas clínicas que tratam especificamente destes casos, ele precisa também querer parar de beber, pois sozinho sem o seu incentivo ele não conseguirá (sic). Sei que você está sozinha nesta, mas eu estou aqui para te ajudar, quando você vê que ele não está bem, ajude-o mostrando a ele que existe outros caminhos para a sua vida. Comece a agir diferente de todos os dias pois conheço pessoas que sofria e que sofre até hoje, mas que a maioria destas pessoas foram persistentes e que agora tem um lar feliz. Algumas encontraram o caminho do Senhor, foram para a igreja, outros procuraram clínicas e assim cada um seguiu seu caminho. Para tudo na vida se dá um jeito, precisamos fazer algo para salvar a nossa nação praticando sempre o bem e você poderá fazer o diferencial, jamais poderá desistir desta Jornada, pois acredito que veio ao mundo porque é capaz de solucionar este sofrimento que tanto lhe aflinge (sic). Nunca desanime, siga sempre em frente. Quero poder te ver novamente e ouvir de ti histórias maravilhosas de sua vida reconstruída ao lado de sua família.

Beijos.

“a pedagoga das crianças”

No início da carta, *a pedagoga das crianças* oferece ajuda à Senhora **Flor de Maio**, mas não especifica o trabalho que desenvolve. Diz saber de seu problema e de seu sofrimento, mas não lhe esclarece como tomou conhecimento disso. Dá conselhos e a informa sobre alguns comportamentos de um alcoólatra. Fala em clínicas que tratam desses casos e pede para que ela “[...] comece a agir diferente de todos os dias [...]” com persistência para “ter um lar feliz”. O que nos parece, até aqui, mesmo considerando a carta como situação imaginária, é que *a pedagoga das crianças*, sem escuta preliminar, impõe um conhecimento prévio que esbarra no senso comum.

Ponto marcante em seu discurso é o fato de apontar como um dos caminhos da salvação o “caminho do Senhor”. Neste sentido, o outro (no caso o *Senhor*) é colocado na condição de salvador. Pertencente a uma instância superior, na fala da educadora, o *Senhor* tem atualizada sua responsabilidade pela situação na qual a Senhora **Flor de Maio** está inserida. Cabe-lhe, então, “dar um jeito” nessa situação. A Senhora **Flor de Maio**, que

talvez já se encontre num compasso de espera, tem sua esperança renovada. Afinal, ao se referir ao *Senhor* como um caminho possível à salvação, *a pedagoga das crianças*, subjacente à sua escrita manifesta, parece desresponsabilizar-se de sua atuação como educadora social e, ainda, destituir da Senhora **Flor de Maio** sua parcela de responsabilidade frente ao vivido.

A religião se materializa nas palavras dessa educadora social como possibilidade muito forte de resolução do problema, comprometendo sua reflexão e, conseqüentemente, sua capacidade criativa. Uma vez colada nas suas significações, nas suas crenças e, talvez, na sua própria história, apresenta uma escuta (se é que ela existe) em relação ao outro que não a impulsiona e não propicia movimento que a leve para além de uma mesmice. Dessa maneira, *a pedagoga das crianças* parece atribuir ao *Senhor* toda e qualquer possibilidade de transformação da situação vivida.

O discurso dessa educadora social pode ser ratificado na outra parte do instrumento (questão 3), quando responde sobre o tempo que pretende continuar trabalhando como educadora social. Sua resposta parece-nos ter um caráter messiânico quando afirma que pretende exercer essa função por toda sua vida, mesmo submetida às condições da *falta*. Isso porque essa educadora acredita que

[...] o ato de ensinar é um dom divino que Deus entrega na mão de quem ele acredita ser capaz para desenvolver esta habilidade que não é apenas ensinar, mas no mundo em que estamos vivendo hoje também temos que educar para que no futuro podemos ter um cidadão formado de corpo e alma.

Em uma outra passagem de sua escrita, *a pedagoga das crianças* impõe à Senhora **Flor de Maio** a obrigação e a responsabilidade de fazer algo para “salvar a nação”. Diz:

[...] para tudo na vida se dá um jeito, precisamos fazer algo para salvar a nação praticando sempre o bem e você poderá fazer o diferencial, jamais poderá desistir desta Jornada [...]

O que pode parecer, num primeiro momento, uma forma de motivação, torna-se, logo depois, uma “missão” insuperável. Por acreditar que a Senhora **Flor de Maio** “[...] veio ao mundo porque é capaz de solucionar este sofrimento que tanto lhe aflige [...]” (podemos aqui perguntar: a quem esse sofrimento aflige?), talvez essa educadora desconsidere suas

particularidades, atribuindo esse papel de “salvadora” a quem, a princípio, parece precisar de ajuda.

Nesse sentido, entre o divino e sua prática cotidiana, talvez lhe escape a “ética da distância ótima”, certa imparcialidade na sua atuação, capacidade de escuta, criatividade, reflexão (CARVALHO e BAPTISTA, 2004; ROMANS, 2003), além da clareza de que o que lhe serve não necessariamente cabe ao outro. Essa distância, assim nos parece, é condição fundamental para que o educador social não cole sua realidade à realidade vivenciada pelo outro, em sua prática cotidiana.

A *pedagoga das crianças* talvez esteja nos revelando, ao atribuir ao outro (*o Senhor*, os pais das “nossas crianças”, os responsáveis pela educação, à instituição na qual trabalha, o salário baixo etc) a responsabilidade por uma condição pouco favorável à realização de seu trabalho, mais uma característica comum dessa identidade em construção: o sentimento de resignação.

Como este sentimento implica a renúncia a algo, a submissão aos sofrimentos da vida, o conformismo, impossibilitando a construção de ações inovadoras ou simplesmente propiciadoras de alguma transformação, justifica novamente a noção de “identidade atribuída” (MARTINELLI, 2007). Isso, de certa forma, nos leva a pensar que, paradoxalmente, em um campo de trabalho onde parece caber tudo, pouco tem sido feito no sentido de consolidar alguma mudança. Um pouco respaldado, com certa apatia, pela evidência da *falta*, da *descontinuidade*.

3.4 - Comentário final dos educadores sociais

A última parte do instrumento propiciou aos sujeitos desta pesquisa a manifestação de alguma informação, observação ou comentário que considerassem necessários, complementando, de certa maneira, o que não havia sido contemplado anteriormente. Dos educadores sociais que se utilizaram dessa parte¹⁷, destacamos algumas falas pertinentes

¹⁷ São eles: *a psicóloga dos catadores, o psicólogo do tempo, a assistente social do “Ufa!!!”, a assistente social das famílias, a assistente social satisfeita, a pedagoga satisfeita, a pedagoga das crianças, a artista plástica.*

ilustrativas do que vem sendo discutido e analisado ao longo deste estudo, ratificando algumas colocações e expondo novos posicionamentos.

Atuando nos dois extremos, isto é, com jovens da periferia e jovens de uma escola particular que atende “parte da elite paulistana”, *a artista plástica* apresenta-nos uma observação muito interessante:

[...] observo que nos jovens da periferia há um incentivo a que se qualifiquem, de modo homogeneizante (*sic*), para servir. E nas camadas sociais mais altas, os alunos estão sendo preparados para serem líderes, embora sejam individualistas.

Essa observação, pelo menos em um aspecto, talvez esteja nos mostrando uma visão estereotipada da desigualdade social, reforçando a idéia de que “o pobre nasceu para servir e o rico para liderar”. Por outro, talvez esteja revelando como essa realidade tem se apresentado, atualizando a fala de SPÓSITO e CORROCHANO (2005) quando dizem que as propostas educativas dos programas sociais, principalmente relacionadas à precariedade material e à baixa formação técnica (usando nossas palavras: formação inadequada), “[...] podem acentuar mecanismos perversos de reprodução de uma base humana e material precária, [...] reiterando a idéia de que não é preciso oferecer muito aos pobres” (p.17).

De qualquer forma, queremos chamar a atenção para o fato de que, independentemente do aspecto que prepondere, parece-nos que *a artista plástica* espelha, em seu discurso, o lugar da maioria dos educadores sociais: o de resignada diante dessa realidade.

Já *o psicólogo do tempo* propõe que os salários devam ser revistos (e certamente melhorados) para que o educador social tenha outras possibilidades de vida. Ratifica a necessidade de constante atualização com o objetivo de aliar a teoria à prática, destacando a importância do diálogo entre os colegas de trabalho. O que traz de novo, em comparação ao que foi apresentado até aqui, é a afirmação de que não há uma metodologia específica no trabalho do educador social. Suas colocações apontam para o trabalho socioeducativo como metodologia que pressupõe um processo contínuo de construção, cuja prática deveria estar respaldada pela teoria, a qual, dialeticamente, seria subsidiada pela prática, conforme propomos no capítulo teórico. Diz ele:

No trabalho do Educador social não existe uma metodologia específica. O trabalho é pensado de acordo com a demanda do aqui e agora. Para isso vai utilizar da sua experiência acadêmica e as suas próprias experiências de vida.

Talvez, por isso, não seja de se admirar o apelo de alguns educadores sociais quanto à necessidade de formação contínua, de qualificação para o exercício de sua função. Dizem:

Para ser um bom profissional, é preciso existir uma formação contínua, além do compromisso em ter o embasamento ético teórico-prático para possibilitar uma interação interdisciplinar, cooperação e aprendizagem. E para se construir a ação é necessário possuir uma concepção de homem e mundo, entender as diferentes culturas e experiências, recusa de idéias preconceituosas e compromisso entre sujeitos e profissionais. (*a assistente social das famílias*)

[...] Há 7 anos participo de encontros de formação da Ação Comunitária (mensalmente), e isso contribui muito para o meu crescimento. (*a pedagoga satisfeita*)

[...] Este educador tem que estar se interpelando sobre o seu fazer e para isso a constante atualização não em cursos formais mas também entre colegas de trabalho. (*o psicólogo do tempo*)

A *assistente social satisfeita* faz uma síntese reflexiva e questionadora muito interessante de sua vivência como educadora social. Com certo cuidado, podemos estender sua fala aos outros educadores sociais sujeitos desta pesquisa. Retoma, num primeiro momento, a questão dos baixos salários, a alta demanda de atendimento, as condições precárias para a realização do trabalho e o pouco investimento na formação dos profissionais como fatores que atualizam a falta de compromisso com as pessoas atendidas nos programas sociais. Dessa maneira, segundo ela, não se alcança eficiência nos resultados (pelo menos dentro de sua expectativa manifesta), desperdiçando-se, irresponsavelmente, recursos disponibilizados para ações que deveriam ser transformadoras da realidade na qual o educador social intervém, mas que, na prática, têm sido pouco efetivas.

A falta de compromisso com o desenvolvimento das pessoas que são atendidas nos projetos sociais é facilmente verificada através da estrutura e recurso que se oferece para a realização deste atendimento: espaços inadequados e mal conservados, falta de equipamentos e materiais de trabalho, poucos profissionais para atender um grande volume de pessoas, pouco

investimento na formação dos profissionais, baixos salários, etc. Com essas condições não se alcança eficiência nem eficácia nos resultados (*sic*), desperdiçando-se recursos de maneira irresponsável. (*a assistente social satisfeita*)

Na continuidade de seu discurso, faz uma afirmação que tem permeado o desenvolvimento deste estudo. Em certo sentido, diz que nessas condições de precariedade abarcada pela descontinuidade dos projetos sociais, o educador social não se diferencia da população atendida. Ele próprio também se sente desamparado, desrespeitado, desorientado, vulnerável e, provavelmente, alia-se à humilhação social (fenômeno psicológico e político) sofrida pelas pessoas em situação de risco e exclusão social, o que lhe confere, muitas vezes, “uma situação de impedimento para a sua humanidade” (GONÇALVES FILHO, 1998, p.3)

[...] A descontinuidade das ações é outro problema, quando o trabalho começa a trazer resultados, os projetos são interrompidos sem serem avaliados, de modo que sempre se está começando. Dentro dessa dinâmica o trabalhador social torna-se tão vulnerável quanto o público com o qual trabalha: recebe baixos salários, não tem condições de se qualificar e seu emprego fica a mercê da descontinuidade dos projetos. Está na luta pela sobrevivência diariamente. (*a assistente social satisfeita*)

Com as instituições o quadro não se mostra diferente, segundo ela. A *falta* parece preponderar nas relações entre o Estado e aqueles que buscam algum tipo de parceria, de convênio com ele (as instituições, a sociedade civil etc), levando-os, muitas vezes, a se colocarem na mesma posição do público que atendem (parece referir-se aqui a uma certa “mendicância”). O Estado é apontado, no discurso dessa educadora social, como o maior responsável pela manutenção dessa situação de precariedade social.

[...] As organizações da sociedade civil em sua maioria não dispõem de qualificação nem recursos para investir no social e buscam parceria e convênio com o estado (*sic*) para atuar. Na busca de recursos junto ao estado e setor privado muitas vezes colocam-se na mesma posição do público que atende. O estado por sua vez repassa recursos mínimos com exigências máximas para as organizações e fica omissa de seu compromisso. Os empresários continuam investindo na área social em projetos próprios e pouco apóiam os projetos universais de política pública. Faltam sincronia e compromisso nacional com a questão social no Brasil. Enquanto os três

setores não se integrarem, recursos continuarão se perdendo e a situação social da população cada vez mais precária. (*a assistente social satisfeita*)

Apesar dessa aparente consciência crítica e o apontamento para uma possível solução dos problemas sociais no Brasil, que se daria mediante a integração dos três setores (Estado; iniciativa privada; ONG's e sociedade civil como um todo), *a assistente social satisfeita*, subjacente ao seu discurso, revela-nos um certo descontentamento quanto aos efetivos resultados das ações interventivas. Como essa integração não existe de forma satisfatória, atualizando a hegemonia do Estado (*que é omissa de seu compromisso*), suas palavras acabam por alinhar-se às queixas de grande parte dos outros educadores sociais.

[...] O projeto neoliberal de responder às demandas sociais através de parceria entre estado, empresas e sociedade tem caminhado na contramão, na prática verifica-se a precarização (*sic*) do atendimento. (*a assistente social satisfeita*)

Não devemos nos esquecer, no entanto, de que *a assistente social satisfeita* relatou-nos sua trajetória profissional, destacando a atuação como educadora social que sabe lidar com as adversidades dessa prática: investe em sua formação, dando continuidade aos seus estudos, independentemente do apoio do Estado, da instituição ou empresa à qual estava ou está vinculada. Os salários, mesmo considerados baixos, não foram usados por ela como justificativas para deixar de buscar aprimoramento ao exercício de sua função.

Nesse emaranhado de responsabilizar e ser responsabilizada, *a assistente social satisfeita* nos leva a pensar que a *falta*, apontada no seu relato e no dos outros sujeitos desta pesquisa, coloca-se a serviço da identificação de educadores sociais com as mesmas condições de vida da população por eles atendida, principalmente quando se encontram vinculados à instituições dependentes do Estado.

Paradoxalmente, esses mesmos educadores (assim como a população por eles atendida) consideram o Estado um algoz e um possível “salvador”. Algoz, quando não se sentem respaldados por ele em suas necessidades elementares, seja pela omissão, pela insuficiência nos repasses de verbas, pelo não investimento na formação “profissional”, pela não continuidade dos programas sociais, pela ineficiência dos serviços prestados, pela carência na oferta de serviços à população atendida etc. “Salvador”, nas promessas de

colocar em prática projetos sociais, cuja finalidade é o bem-estar social, mediante os programas que, por um lado, evidenciam a oportunidade de emprego; por outro, alimentam a esperança de ser assistido.

Conhecedores dessa realidade, os educadores sociais fazem escolhas que podem favorecer sua transformação ou assegurar a manutenção do que já existe. Colocar-se numa relação de dependência parece-nos acatar um novo paradoxo, isto é, um certo conforto diante de uma situação tão desconfortável. Afinal, como dependente do outro, o não se responsabilizar pela própria atuação pode ser justificado se esse outro não preservar, em todos os sentidos, condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo.

Responsabilizar-se, por outro lado, é estabelecer uma relação de parceria e não de dependência. O que implicaria, necessariamente, estar em movimento no sentido de buscar alternativas, criar ações, mudar posturas, aprimorar a prática e construir conhecimento. Essa é uma possibilidade de diferenciação e de constituição do sujeito educador social como agente de transformação da realidade na qual intervém. Um passo dado pela *assistente social satisfeita* que, como já apontado, apesar das adversidades, vem investindo na sua formação profissional, rompendo, pelo menos em parte, com a mesmice amparada pela *queixa*.

Um caminho semelhante parece estar sendo traçado pela *pedagoga satisfeita*. Mesmo diante das dificuldades e de algumas queixas, tem buscado aprimoramento de seu trabalho, responsabilizando-se pela aquisição de novos conhecimentos por meio de curso de pós-graduação:

[...] Atualmente estou cursando Pós-graduação em Gestão Escolar, com a preocupação de cada vez mais, poder favorecer os envolvidos nesse processo de construção com mais apoio e novos conhecimentos e assim aprimorar a cada dia o meu trabalho, o qual pretendo continuar desenvolvendo por longos tempos... (*a pedagoga satisfeita*)

Se essa necessidade de investir na formação estiver a serviço da busca de aquisição de destrezas (tecnicismo) a serem aplicadas, verticalmente, de forma homogeneizante, sustentará o sentimento de impotência denunciado pela *assistente social dos oprimidos* frente às inquietudes da prática no território de exclusão social. Se, no entanto, essa necessidade estiver pleiteando um processo de construção contínua e olhar prospectivo,

como sugere o trabalho socioeducativo, há, assim nos parece, um caminho aberto para ressignificações, para novos sentidos, para uma nova identidade.

CAPÍTULO IV

Três aspectos relevantes da construção de identidade do Educador Social: o território de exclusão social, o trabalho socioeducativo e a subjetividade

Urbaniza-se? Remove-se?

São 200, são 300 as favelas cariocas?
O tempo gasto em contá-las é o tempo de outras surgirem.
800 mil favelados ou já passa de um milhão?
Enquanto se contam, ama-se em barraco e a céu aberto
novos seres se encomendam ou nascem à revelia.
Os que mudam, os que somem
os que são mortos a tiro são logo substituídos.
Onde haja terreno vago, onde ainda não se ergueu
um caixotão de cimento esguio (mas se vai erguer)
surgem trapos e panelas
surge fumaça de lenha em jantar improvisado.

Urbaniza-se? Remove-se? Extingue-se a pau e fogo?
Que fazer com tanta gente brotando do chão, formigas
de um formigueiro infinito?
Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia?
Cadastrá-los e fichá-los para fins eleitorais?
Prometer-lhes a sonhada, mirífica, rósea-futura
distribuição (oh!) de renda?
Deixar tudo como está para ver como é que fica?
Em seminários, simpósios, comissões, congressos, cúpulas
de alta prosopopéia elaborar a perfeita e divina decisão?

Um som de samba interrompe tão sérias indagações
e a cada favela extinta ou em bairro transformada
com dinheiro a pagamento de Comlurb, ISS, Renda,
outra aparece, larvar, rastejante, insinuante,
grimante, desafiante, de gente qual gente: amante,
esperante, lancinante ...
O mandamento da vida explode em riso e ferida.

Carlos Drummond de Andrade

Há, pelo menos, três aspectos que consideramos fundamentais na construção de identidade de educador social e que emergem como categorias relevantes entre os sujeitos pesquisados: o território de exclusão social, o trabalho socioeducativo e a subjetividade. O território de exclusão social merece uma reflexão porque nele o sujeito, a partir do desenvolvimento do trabalho socioeducativo, atribuindo-lhe sentido às suas significações, às diversas relações nele estabelecidas, à criação de vínculos e anonimatos desfeitos, vai construindo sua identidade de educador social.

O trabalho socioeducativo, também considerado um aspecto relevante dessa identidade por ser a função desse educador, possibilita-nos uma aproximação do seu saber fazer e do como ele tem atuado diante das adversidades inerentes ao território de exclusão. Por fim, a subjetividade, pelo fato de conter o sentido individual que o sujeito atribui às significações do contexto vivenciado; ou seja, é ela quem comporta suas experiências pessoais, as quais, embora pertençam a um campo compreensível, não são totalmente compartilhadas. Esse sentido, assim pensamos, sob à luz da consciência, revela-nos características de uma identidade que vem sendo construída na função de educador social.

4.1 – Uma reflexão sobre a noção de território de exclusão: pensando a ação do educador social

Um território apresenta-se como excluído ou sinônimo de exclusão quando não possui certo padrão de qualidade de vida pessoal e coletiva, que vai além do fator econômico, uma vez que abarca questões culturais, políticas etc. Esse território também é entendido na perspectiva de privação da autonomia, do desenvolvimento humano e da equidade (a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas). As periferias de São Paulo, por exemplo, retratam espaços criados à margem da cidade, considerados “[...] estigmatizantes e excludentes na sua origem, produzidos por uma lógica urbanística perversa que segue o modelo de concentração econômica para definir o que é e o que não é cidade, ou melhor, quem são e quem não são cidadãos” (KOGA, 2003, p.72).

Neste sentido, algumas características do que se encontra nesse território são evidenciadas. KOGA (2003, p.73) as retratou e as problematizou da seguinte maneira:

O fenômeno da exclusão social parece gerar o máximo de efemeridade humana. O desemprego, a ausência de direitos mínimos de sobrevivência, segurança, proteção social, a discriminação pela cor, pelo sexo, pela condição física/psicológica, partidária. Enfim, o grau de fragilidade a que a situação de exclusão social expõe o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana, sua condição de ser no mundo.

Em um aspecto político, esse território é visto como uma área onde as possibilidades e oportunidades são escassas, limitando o sujeito que ali vive à certa passividade, sujeitado, muitas vezes, às ações assistencialistas que pressupostamente minimizariam a situação na qual se encontra. Porém, essas ações, motivadas geralmente por políticas sociais homogeneizantes, ao não prezarem as especificidades de um território, de um lugar, de uma comunidade, parecem impor ao sujeito a condição de um favor em detrimento de um direito que lhe deve ser assegurado. Assim, o direito passa a ser visto como mérito e exceção. Nas palavras de KOGA (2003, p.43):

Ainda hoje observa-se este traço cultural no campo das próprias práticas de assistência social, sejam elas realizadas pelas instituições privadas (chamadas entidades sociais) ou governamentais, cujos serviços prestados aparentam justamente o favor e não o direito de quem deles são usuários. E não somente no campo da assistência social, mas poderia se tomar como base diferentes serviços prestados nos campos de outras políticas sociais, como da saúde e da educação: ser atendido seja para uma vaga na escola ou em uma fila de pronto-socorro passa a ser um privilégio em meio a tantos que não conseguem obter atendimento.

Com certo cuidado no olhar e disponibilidade de enfrentamento dessa situação que se apresenta tão desfavorável à condição humana de viver com alguma dignidade, pode-se descobrir dados importantes da constituição desse território, construindo uma forma de olhar que o conceba como um lugar dinâmico, dotado de histórias e potencialidades. Estas, segundo KOGA (2003, p.231), parecem “não combinar com políticas públicas, que vão se dirigir especificamente ao campo das carências, das demandas sociais”.

Mesmo que, num primeiro momento, um território considerado de exclusão social pareça absorver um amontoado de pessoas, é importante ter clareza de que cada sujeito que ali vive possui uma história que abarca frustrações, mas não ignora os sonhos. Esses

mesmos sujeitos ajudam a compor as características de um lugar que ganha sua primeira identidade a partir de uma nomeação. Ao dar um nome a um determinado espaço de terra, o sujeito interfere na história natural desse lugar, levando-o a constituir-se como um território também passível de identificações. Como diz MELUCCI (2004, p.39),

Cada vez que damos um nome àquilo que provamos, cada vez que definimos uma necessidade, estabelecemos uma ponte entre a experiência subjetiva profunda, principalmente sensorial, e uma rede de relações sociais à qual pertencemos e na qual buscamos as palavras para dar nome àquilo que nos acontece .

Em vários casos, determinado lugar é conhecido não só pelo nome, mas também por um apelido, fato comum às favelas e comunidades. Isso, de certa forma, evidencia alguma característica do território vivido, do sonhado e, muitas vezes, do marginalizado. Um exemplo:

Em um processo de seleção geralmente o entrevistador procura deixar claro o fato do projeto ser realizado na periferia de São Paulo, normalmente identificada como “fundão”. É comum o entrevistador utilizar a seguinte frase ao se referir ao local onde o projeto está sendo desenvolvido; ‘O projeto ocorre lá no fundão da Zona Leste, na Cidade Tiradentes’. Percebi também que para o entrevistador é importante avaliar o quanto se está familiarizado com a situação das periferias e qual o grau de facilidade de dialogar com a população destas regiões que o Educador Social possui. [...] O projeto no qual estou envolvido tem como objetivo recuperar a auto-estima das pessoas de uma das regiões carentes de São Paulo [...]. (*o cientista social*)

Estabelece-se, então, um campo de relações que realça as necessidades, as faltas sentidas e vivenciadas por seus atores, como também as possibilidades de intervenção para o resgate da auto-estima e valorização do sujeito que, supostamente, vivencia a dúvida de se sentir pertencente ou não a um lugar destituído de anonimato. O uso do termo “fundão”, na colocação acima, remete-nos às observações de JESUS (1993) ao se referir aos pobres, moradores de favelas, como “[...] os trastes velhos”, retratando o se sentir desprestigiada, desvalorizada, desautorizada como sujeito de direitos.

Essa desvalorização talvez possa ser em grande parte revertida mediante processo de apropriação da história desse território. Uma das formas de se aproximar da sua história de exclusão é caminhar por ele, interagindo com as pessoas que nele vivem. Essa é uma tarefa de extrema importância para o educador social, que precisa se fazer conhecido para poder transitar por um lugar dotado de imprevisibilidade. Nossos sujeitos, por exemplo, “perambulam” e fazem visitas domiciliares com o objetivo de conhecer aspectos da realidade vivida pelas pessoas que atendem. O que se destaca, no entanto, é o olhar inclinado à vulnerabilidade e à precariedade de condições para se viver com alguma dignidade:

[...] pois é sabido que a região em que mora não oferece as condições necessárias de moradia, educação, emprego entre outras. *(a psicóloga do aprender)*

Você está sendo convidada a fazer parte deste programa por se encontrar em situação de exclusão de direitos básicos como: Saúde, Educação, Lazer, Cultura, Trabalho, etc. *(a psicóloga das famílias)*

[...] reconhecer o território onde residem as famílias [...] Os encontros serão realizados em locais cedidos pela própria rede local, próximo de suas residências, ou seja, no próprio bairro onde moram. *(a assistente social das famílias)*

[...] perambulo muito pela comunidade. *(a assistente social dos oprimidos)*

Ao “perambular” pela comunidade, o educador social depara-se com situações que vão além da precariedade material. São pessoas que se apresentam aparentemente tão despotencializadas que, invariavelmente, dão a impressão de acatar uma condição sub-humana de existência. Ou, talvez, de desistência, resultado, muitas vezes, do descaso daqueles a quem o educador social presta seus serviços: o Estado, por exemplo. Diz KOGA (2003, p.244,245):

A política pública não trabalha na perspectiva da potencialidade das pessoas, especialmente desses setores mais excluídos. Pelo contrário, está longe de considerar tal aspecto. [...] A potencialidade destes destituídos é cotidianamente cassada não somente na falta de oportunidades de acesso ao trabalho, mas também na forma com que desdenham sua própria

condição humana, a sua dignidade. Quando a política pública desconsidera a condição humana desta população, ela também cassa ou ‘mata’ seu potencial. Seu tratamento em relação ao que chama de pobre, necessitado, começa já na sua linguagem classificatória ‘matando’ potencialidades.

Além disso,

Toda força, toda subjetividade são ignoradas sob a forma de uma concepção homogeneizadora do perfil da pobreza. Não sem motivo para eles são designados os ‘cursos de capacitação’, que são reduzidos à capacitação para o mercado em vagas que não existem absolutamente para todos. Em meio à força de potência, reside a dor e o sofrimento. [...] O sofrimento interfere diretamente nas capacidades humanas e torna-se uma medida de desigualdade social quando é possível observar que algumas coletividades sofrem mais que outras. [...] As histórias de vida parecem repetir-se de geração em geração: gravidez precoce, desnutrição, educação precária, desemprego. Trata-se de situações que diminuem o potencial da capacidade humana. São sofrimentos já naturalizados, mas cujo cotidiano não faz diminuir a dor dos seus sujeitos (p.245, 246).

Não imune a esse descaso, uma vez carente de condições mínimas para exercer sua prática com certa dignidade, o educador social parece acatar essa situação, que lhe impõe a desvalorização, os limites, as faltas e até a humilhação. Revela-se, então, o sentimento de impotência, manifestado no discurso da *assistente social dos oprimidos*:

A falta de recursos públicos/privados; A falta de comunicação entre os setores que atuam na área social; A falência da Educação e Saúde Pública; A demagogia do Terceiro Setor; Tudo isso me traz insatisfação, desgaste, desânimo e muitas vezes me faz pensar até que ponto o meu trabalho tem significado/valor sinto-me impotente.

E, também, o questionamento da *jornalista*:

Sabe, não é fácil para mim lidar, muitas vezes, com história de vida tão tristes, situações tão miseráveis ou tão complexas que dá nó na cabeça. Vivo me questionando se meu trabalho é importante, se faz alguma diferença.

O desejo de intervenção, principalmente o de cumprir uma “missão” no sentido de buscar a “igualdade de condições” entre as pessoas e, conseqüentemente, “um mundo melhor” (SIMÕES NETO, 2005), também pode ser constatado:

Acredito que tenha uma motivação idealista de desejar um mundo melhor. Para isso, penso que, para que eu tenha uma vida melhor, tenho que ter outras pessoas ao meu lado para fazer coro em possíveis reivindicações e lutas para um coletivo. (*o psicólogo do tempo*)

[...] fazer uso da profissão para propiciar melhora na qualidade de vida das pessoas. (*a psicóloga do aprender*)

Me identifico muito com questões políticas e a prática que envolve as pessoas em situação de ‘risco social’. (*a psicóloga dos catadores*)

A indignação diante das diferenças sociais e o acreditar que eu podia fazer alguma coisa para mudar essa realidade. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

[...] eu me identificava com causas sociais, justiça social, cidadania, igualdade social etc. Esta característica pessoal já se apresentava em minha infância em diversas situações quando eu já era a favor dos oprimidos, ‘contra preconceito’ e exclusão. (*a assistente social os oprimidos*)

[...] a minha tendência à área da Educação – sem a qual acredito que não possa haver mudanças. (*a jornalista*)

O espaço de vida, nesta forma de pensar e viver o território, abarca as práticas cotidianas dos atores sociais em relação ao território vivido (moradia), aos locais freqüentados (trabalho, escola, lazer, saúde etc) e ao território sonhado, desejado, ou seja, aquele que se dá a partir da falta. É, de certa forma, o que diz DI MÉO (apud KOGA, 2003), ao fazer uso do território na condição de verbo:

Territorializar é construir e reconstruir sem cessar pelo comportamento do ator social, materialmente e em suas representações: pelo indivíduo e seu grau de poder ou de influência; para o indivíduo é uma alquimia entre o pessoal e o coletivo, onde nosso aparelho cognitivo não pode inventar tudo (p. 37).

O verbo, em qualquer oração, é o que permite a ação. Não por acaso, assim nos parece, DI MÉO criou um verbo (*territorializar*) para expressar seu pensamento sobre o tema. Isso nos remete à noção de representação, de ação efetiva, de exercício de cidadania, principalmente em um cenário de altíssima privação.

Ao educador social caberia, neste contexto, atuar junto a essa população como agente facilitador da significação e ressignificação (um novo olhar a partir das vivências pessoais) da história do território vivido, em suas versões individuais, familiares e grupais, aproveitando o que ele (o território) tem para oferecer. O que se daria mediante as relações de potencialidades entre seus atores e as dimensões indissociáveis em sua constituição. Isso porque o território visto como um lugar sempre aberto e dinâmico na relação com o outro torna-se um lugar ensinante para os atores que nele se inscrevem.

Neste sentido, o educador social que atua como agente facilitador do reconhecimento do outro como sujeito de direitos, deveria ter assegurada, nesse território, uma condição que o diferenciase das pessoas por ele atendidas. Pressupomos, dessa maneira, que distante da submissão na qual essa população se encontra, ou seja, sujeitada ao desamparo, o educador social acataria a condição de olhar de fora, mantendo um distanciamento necessário para ser realmente capaz de refletir, de criar e de propor ações efetivamente facilitadoras da transformação da realidade na qual intervém.

De certa forma, no entanto, esse diferenciar-se carece de sustentação porque, além da privação que as pessoas vivenciam no território de exclusão, o que não é muito diferente da vivenciada pelo educador social, a violência também é lembrada como geradora de tensão e objeto das discussões do trabalho desenvolvido.

[...] trabalhamos em áreas consideradas perigosas onde o tráfico de drogas impera. (*a assistente social do “Ufa!!!”*)

Voltando ao trabalho, lá desenvolvo muitas ações: atendimento individual, grupos temáticos, grupos sócio-educativos, oficinas educativas p/ adolescentes sobre sexualidade/drogas e 1º emprego, articulação comunitária, prevenção de violência doméstica, parcerias com organizações etc. (*a assistente social dos oprimidos*)

O risco de trabalhar em áreas perigosas, “onde o tráfico de drogas impera”, parece minimizado quando o educador social sente-se à vontade para “perambular” por esse

território, mediante a autorização da força local, geralmente do chefe do tráfico de drogas. Como nos diz BAIERL (2004 p.204):

Do ponto de vista do cotidiano dos profissionais que atuam nas áreas de favela, fica evidenciado que, qualquer que seja sua formação (assistentes sociais, psicólogos), necessitam conviver e lidar com as questões e conflitos gerados em torno da violência local. Têm de lidar tanto com os medos sentidos pela população demandatária de seu trabalho, como com os seus próprios sentimentos. Os programas sociais, que pretendem entrar nesses espaços dominados pelos traficantes, precisam, de alguma maneira, ser negociados com os donos de área.

Sem essa negociação, a qual podemos considerar como uma inversão de valores, fica praticamente inviabilizada qualquer tentativa de desenvolvimento do trabalho. Todavia, ainda segundo BAIERL (2004, p.204),

Tal relação implica em explicitar as ações a serem desenvolvidas, os objetivos a serem alcançados, os tempos e espaços a serem utilizados. As ações que não venham a interferir nos negócios dos donos das áreas são bem-vindas e apoiadas. Esse apoio é uma das contrapartidas dadas, que possibilitam ao traficante ser visto como alguém que ajuda as pessoas e as respeita.

E completa, baseando-se em dados de sua pesquisa:

O sentimento expresso nas entrevistas pelos profissionais (assistentes sociais e psicóloga) é de que a responsabilidade de lidar com a questão de negociar com traficantes é exclusiva do próprio profissional, sem clareza de qualquer respaldo institucional. Dessa maneira, também os profissionais expressam sentimento de insegurança e medo com sua segurança pessoal e, principalmente, de impotência e de desesperança, acompanhados de dilemas éticos com relação às possibilidades de ações junto aos segmentos sociais com quem desenvolvem seu exercício profissional. Em sua prática profissional cotidiana, são ‘escuta’ dos medos e das diferenciadas formas de violência vivenciadas pela população usuária. São depositários das incertezas e inseguranças vividas e se vêem impotentes na busca de saídas e alternativas e, em muitas vezes, percebem-se despreparados para lidar com essas demandas (p.204, 205).

De certo modo, destacamos que qualquer intervenção em um território de risco e exclusão social deve levar em conta a dinâmica das relações em sua totalidade. Podemos pensar determinado território a partir da intervenção de seus atores, bem como das relações

estabelecidas entre eles, num constante criar, recriar, significar e ressignificar. Ou seja, numa conjuntura de relações, condições e acessos. Para que isso seja possível, uma intervenção pressupõe, além de outras tantas possibilidades, o encarar a realidade dessa população, enfatizando a necessidade do despertar para as potencialidades ambientais, individuais e coletivas, e evitando privilegiar a carência instaurada em suas vidas.

É nesse contexto que o educador social se insere, atribui sentido pessoal às significações desse território e direciona suas ações interventivas. Ressaltamos, no entanto, que essas ações de intervenção apresentam-se fragilizadas, uma vez permeadas pelos sentimentos de insatisfação, descontentamento, impotência, desvalorização etc, no desenvolvimento de seu trabalho.

Contudo, a insatisfação está ligada diretamente à desvalorização tanto do trabalho como do profissional que o desenvolve. (*a psicóloga do aprender*)

Interesses políticos [...]. Decisões que são realizadas em reuniões fechadas, por pessoas que desconhecem a prática, desvalorizando ou mesmo, desconsiderando as pessoas afetadas. (*a psicóloga dos catadores*)

A descrença da população ao trabalho, devido a dificuldade de acesso aos serviços públicos. A falta de contínuas políticas públicas. Não conseguir transmitir às pessoas atendidas que existem possibilidades. (*a assistente social das famílias*)

Os profissionais liberais atuantes da área social tendem a ser mal remunerados o que revela a desvalorização do profissional e o descaso que é tratada a ‘questão social’ no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. (*a assistente social dos oprimidos*)

A desvalorização do nosso trabalho por parte daqueles que recorrem a nós atribuindo-nos todas as tarefas e cobranças principalmente em educar as crianças, não tornando-se (sic) parceiros integrantes desse processo que precisa ser construído em conjunto (família/escola/educadores). (*a pedagoga satisfeita*)

Algo nos chama a atenção quando discutimos o território de exclusão como um dos aspectos relevantes da construção de identidade do educador social: o “perambular” da *assistente social dos oprimidos*. Perambular é *andar sem rumo; vaguear, vagar* (FERREIRA, 2005). É a possibilidade de exploração desse território sem as amarras de um

projeto, de um programa social (gerador de descontinuidade), de uma instituição, de uma percepção prévia (e talvez estereotipada) de desvalorização, de violência, de impossibilidades, apesar da referida negociação. Andar sem rumo é construir um novo caminho, é viver uma nova experiência, é arriscar-se ao inusitado.

É preciso, portanto, ter a clareza de que o que dá sentido e ajuda a compor a história de um território de risco e exclusão social é o ser que nele vive, que nele ama, que nele se emociona e, apesar das dificuldades, constrói, com a dignidade que lhe é possível, seu pertencimento.

4.2 - O trabalho socioeducativo na construção de identidade do Educador Social

Foi a partir do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ¹⁸ que o termo socioeducativo passou a ter lugar de destaque junto às políticas públicas de atenção à população em situação de risco e exclusão social, ganhando espaço nos discursos dos profissionais responsáveis pela elaboração e prática de ações voltadas ao atendimento dessa população, como nos coloca BERDET¹⁹(1999).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, não deixa claro o que está chamando de trabalho socioeducativo. Refere-se aos objetivos de um trabalho como esse, sem, no entanto, explicá-lo ou defini-lo. Limita-se a apontar medidas socioeducativas que poderão ser aplicadas ao adolescente quando verificada a prática de ato infracional. Isso pode ser constatado no CAPÍTULO IV do ECA:

CAPÍTULO IV – Das Medidas Sócio-Educativas; SEÇÃO I – Disposições Gerais; Art. 112.

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente

¹⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – LEI Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Destacamos: TÍTULO I, Art. 3º *A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.*

CAPÍTULO II - *Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à dignidade. Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*

¹⁹ Marcelo Berdet, sociólogo da Assessoria de Planejamento e Pesquisa/FEBEM – RS. Escreveu o texto *ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO DA SÓCIO-EDUCAÇÃO, Dezembro de 1999*. Disponibilizou-nos este material via contato pela internet, em Janeiro de 2006.

as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Já no *ECA Comentado*²⁰, encontramos a denominação “medidas sócio-educativas”, aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, como forma de intervenção no processo de desenvolvimento do adolescente, objetivando sua melhor compreensão da realidade, levando-o à efetiva integração social. Diz OLYMPIO SOTTO MAIOR²¹ :

O educar para a vida social visa, na essência, ao alcance de realização pessoal e de participação comunitária, predicados inerentes à cidadania. Assim, imagina-se que a excelência das medidas sócio-educativas se fará quando propiciar aos adolescentes oportunidade de deixarem de ser meras vítimas da sociedade injusta em que vivemos para se constituírem em agentes transformadores desta mesma realidade (1992, p.340).

Numa tentativa de conceitualização, BERDET (1999) afirma que a “sócio-educação” é uma “proposta pedagógica sócio-educativa” que apresenta algo de novo e, devido a suas diversas possibilidades, esbarra em uma certa imprecisão conceitual. Mesmo assim, compreende por “sócio-educativo” a

[...] reunião de práticas e tecnologias de gestão de várias agências do sistema responsável pelo AAAI²², é o pastiche do legado do Código de Menores com a positividade do ECA, e mais uma gama de interpretações e abordagens sobre infância pobre, delinquência juvenil, exclusão e violência, em diversos campos do saber. O ‘sócio-educativo’ se refere a uma proposta pedagógica sem estabelecer nenhum diálogo com o campo de saber pertinente, a educação.

Ao apontar para a falta de diálogo entre a prática socioeducativa e o campo da educação, o autor evidencia que essa falta proporciona, de certa forma, uma distância entre

²⁰ Estatuto da Criança e do Adolescente, com comentários jurídicos e sociais. Coordenadores Munir Cury, Antônio Fernando do Amaral e Silva e Emílio Garcia Mendes e colaboradores. São Paulo: Malheiros Editora, 1992.

²¹ Olympio Sotto Maior, Ministério Público do Paraná, é comentador do *ECA Comentado*, 1992.

²² AAAI – Adolescente Autor de Ato Infracional.

a prática profissional e um possível êxito, com resultados satisfatórios frente às ações com a população atendida.

O trabalho socioeducativo é uma prática que requer respaldo teórico-metodológico, o que a torna exigente quanto ao investimento contínuo na formação do educador social. No caso dos nossos sujeitos, embora conscientes dessa exigência traduzida em necessidade, esse respaldo parece desprivilegiado ao considerarmos que os discursos desses educadores estão apoiados em justificativas (a falta de dinheiro, por exemplo) que os mantêm fixados na queixa:

O salário destinado ao profissional mal permite a quitação de suas despesas mensais e ainda se vê na condição de ter que usar o mesmo para realizar o trabalho, pois muitas vezes não lhe são fornecidos recursos suficientes (transporte, saúde, etc). Como o profissional pode almejar capacitar-se? (*a psicóloga do aprender*)

Acho que o salário é muito baixo pelo investimento profissional que despendo. Tenho sempre que me atualizar, fazer cursos (que são caros)... (*a psicóloga dos catadores*)

As atividades a serem desenvolvidas exigem do Educador Social uma sólida formação educacional e pedagógica. Ou seja, ter formação universitária (ao menos graduação) e vasta experiência em atividades de caráter educacional voltadas à formação cidadã dos indivíduos. (*o cientista social*)

Falta de qualificação dos educadores quando tem-se um aluno especial. (Precisamos de verbas para nos qualificar). (*a pedagoga das crianças*)

[...] não dá para manter o mesmo padrão, carro, lazer, viagem, uma nova formação a área da educação, poder comprar livros, materiais de artes, artesanato. (*a cientista contábil*)

Uma experiência de aproximação entre a educação e a prática socioeducativa pode ser encontrada nos livros *Trabalho com famílias: 1- Metodologia e monitoramento* e *2- Textos de apoio*, escritos a partir do *Programa Fortalecendo a Família (PFF)*²³. Neles, são

²³ O conteúdo desses livros é resultado de uma construção coletiva de seus vários atores, mediante convênio estabelecido entre a Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP (em parceria com as universidades UNISA – Universidade Santo Amaro e UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul) e a Secretaria de Assistência Social – SAS, da Prefeitura do Município de São Paulo, com o objetivo de implementar e desenvolver o Programa Fortalecendo a Família na cidade de São Paulo – PFF/SP/SP (2002 e 2003), idealizado pela Dr^a Aldaíza

relatadas experiências de trabalho socioeducativo com famílias em situação de risco social. Especificamente no texto 4 – *Ações socioeducativas em programas de transferência de renda*²⁴ MIOTO (2004, p.50) fala em “ações de natureza socioeducativa”, destacando duas perspectivas. A primeira

[...] concentra suas ações nos processos familiares. A finalidade disso é fortalecer as possibilidades de gerência da família sobre os seus recursos (materiais e imateriais), e otimizar o processo redistributivo desses recursos no interior dela mesma ou de sua rede primária (parentes, vizinhos). Nesse sentido podem ser consideradas herdeiras da educação disciplinadora. O trabalho está centrado em mudanças dentro da família, nos ‘seus’ problemas e a participação coletiva está orientada para a troca de experiências e pelas possibilidades de apoio e ajuda mútuas.

A segunda, também apontando para as finalidades em programas de transferência de renda, mostra que essa perspectiva

[...] direciona as ações socioeducativas, prioritariamente, para a construção de um processo de emancipação. Isso é feito através da participação coletiva, de forma que as famílias se percebam como sujeitos na sociedade onde estão e com direitos de usufruir dos bens (materiais e imateriais) nela produzidos. Dessa forma, a dimensão educativa nos programas de transferência de renda busca fortalecer as famílias na sua capacidade de estabelecer pautas de negociação no seu interior, com as instituições e o poder público. A participação coletiva orienta-se para a democratização das relações e construção de uma agenda pública, que permita a melhoria de suas condições e de sua qualidade de vida (p.50).

Contrapondo a idéia de aplicação de determinada metodologia, MIOTO (2004) e GUIMARÃES, (2004)²⁵ apresentam-nos uma noção de trabalho socioeducativo como ações construídas na prática cotidiana, a partir das discussões e reflexões com as pessoas

Sposati. Referência bibliográfica: WANDERELY, M.B. & OLIVEIRA, I.I. de M.C - (orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento* (v.1) e *Trabalho com famílias: Textos de apoio* (v.2). São Paulo: IEE – PUC – SP, 2004.

²⁴ Texto escrito por Regina Célia Tamasso Mioto, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no livro *Trabalho com famílias / 2 – Textos de apoio*.

²⁵ GUIMARÃES, C.H. In: WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C - (Orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento*. (v.2). São Paulo: IEE - PUC – SP, 2004.

atendidas. Preza-se, dessa maneira, a proposta de ação compartilhada e não a imposição unilateral de práticas a serem desenvolvidas ou, simplesmente, acatadas.

O que temos visto, no entanto, é o desenvolvimento do trabalho socioeducativo mascarando objetivos que pouco (ou nada) favorecem alguma transformação da realidade vivida. No artigo intitulado *A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil*, as autoras SPÓSITO e CORROCHANO (2005, p.20) destacam que

A imensa maioria dos programas e projetos destinados aos jovens admite e valoriza uma ação de natureza socioeducativa, mas não explicita os pressupostos de que induzem a esse apoio. Trata-se de uma adesão generalizada que não incide, aparentemente, sobre as deficiências propriamente escolares dos sistemas de ensino, pois em nenhum momento as iniciativas pretendem substituir ou complementar a ação da instituição escolar, nos aspectos relativos às habilidades pressupostas nas aprendizagens e nos processos de transmissão do conhecimento sistematizado. A melhor qualificação dos jovens tendo em vista sua inserção no mundo do trabalho não tem sido prioritária, tratando-se na maior parte das vezes de atividades que estabelecem sondagens ou incursões na esfera da profissionalização, sem assumir, rigorosamente, essa orientação como eixo estruturante das ações.

Em uma avaliação sobre determinados programas sociais de atenção aos jovens, essas autoras apontam para as condições impostas ao sujeito que se insere em um programa social. Seja pela ‘frequência obrigatória à escola’, vinculada ou não à presença em atividades socioeducativas, seja pela participação em ações que possam favorecer engajamento comunitário, esses jovens arcam com um ônus de transformar para melhor não só a própria vida, como também as condições de vida da comunidade.

Um exemplo disso está em uma das cartas destinadas a uma pessoa em situação de risco social, reproduzida, aqui, parcialmente:

Esta carta representa nosso primeiro contato antes do início do projeto. Gostaria de apresentar algumas informações sobre o projeto que iremos desenvolver na sua região e do qual você irá participar. Primeiramente quero informar que este projeto terá início no dia 25/03/06 e término no dia 20/12/06. A princípio, não há nenhuma informação quanto à continuidade do mesmo no próximo ano. Nesse período realizaremos três encontros semanais onde realizaremos debates sobre os problemas encontrados na região, a influência destes no cotidiano dos moradores da comunidade, o que o poder público tem feito para resolver estes problemas, como é a

mobilização dos moradores para resolver estas situações problemas, entre outros assuntos. Faremos algumas leituras e veremos alguns filmes que vão nos ajudar nesta discussão. Dois encontros contarão com a minha presença. O terceiro será realizado apenas pelo grupo que terá a oportunidade de levantar dúvidas sobre as discussões e também de pensar em estratégias de ação que servirão como base para um projeto de intervenção pensado pelo grupo. **Quanto a remuneração, todos os participantes receberão duzentos reais (R\$ 200,00) de ajuda de custo e cinquenta reais (R\$ 50,00) para o transporte até o local dos nossos encontros. Para receber os valores acima, é necessário comparecer a todos os encontros, assim como, participar ativamente de todas as atividades** (grifo nosso).

Como você pode perceber, teremos bastante trabalho pela frente. Porém, estou bastante animado com a idéia de trabalharmos juntos, acredito que poderemos desenvolver um bom projeto a partir da experiência e do envolvimento de todos. Espero que a partir dos nossos encontros possamos conhecer melhor a nós mesmos e as outras pessoas que formarão nosso grupo. Um grande abraço!! (*o cientista social*)

Embora a formação do *cientista social* seja universitária e ele apresente uma larga experiência como educador social, parece-nos ter introjetado a idéia de condição imposta constante dos objetivos dos programas sociais oferecidos a essa população: “eu lhe dou isso, mas você terá de fazer aquilo”. Neste sentido, o desenvolvimento do trabalho socioeducativo pode estar a serviço de um olhar e conduta lineares desse educador, ao impor a seus atendidos uma condição, muitas vezes, tão desfavorável e perversa quanto a que se submete nessa função. Como dizem SPÓSITO e CORROCHANO (2005, p.17):

Essas práticas, apesar de um discurso de engajamento e de promoção da participação, podem acentuar mecanismos perversos de reprodução de uma base humana e material precária nos programas sociais, reiterando a idéia de que não é preciso oferecer muito aos pobres.

Essa idéia parece estendida também ao educador social que se vê, constantemente, em condições precárias para o desenvolvimento de seu trabalho. O “pouco” oferecido torna-se moeda corrente para uma prática que exige, em contrapartida, muita responsabilidade de seus agentes. Estes têm de apresentar resultados quantitativos (número de pessoas atendidas) que correspondam às expectativas políticas rabiscadas em projetos e programas sociais em detrimento da qualidade do trabalho, pouco importando se houve, de fato, alguma mudança favorável à vida das pessoas atendidas.

Apesar disso, em seu discurso na implantação de um programa social, revelado na Carta 2, o educador geralmente enfatiza que seu objetivo principal é fortalecer as pessoas participantes do processo a fim de que elas alcancem autonomia, estendendo-na à família, à comunidade. Porta voz do que está escrito nos objetivos dos projetos e programas sociais, mas sabedor do que realmente interessa à grande parte de seus idealizadores (os números), o educador social depara-se com um paradoxo: resultados simplesmente quantitativos versus trabalho qualitativo.

Tenho como atribuições realizar atendimentos individual e visitas domiciliares e a organizações, reuniões e encontros com redes de serviços, participar da reunião da comissão local para articulação e integração de redes institucionais e de informações além das reuniões sócio-educativas com os grupos de famílias inseridas e beneficiadas com o programa. *(a psicóloga do aprender)*

Atenderemos a senhora e outras representantes de famílias próximo a sua residência, através de reuniões de grupos sócio-educativos, quinzenais, com 1 hora e meia de duração. Nestas reuniões utilizaremos técnicas específicas voltadas para o fortalecimento das relações, dos laços e vínculos familiares e sociais, potencializando suas Habilidades de resolução dos desafios presentes de forma a fortalecer o núcleo familiar. Com o núcleo familiar fortalecido, sua família, assim como as outras famílias, serão capazes de constituir comunidades também fortalecidas nas quais a divisão de tarefas e responsabilidades pelo bem comum são compartilhados e todos podem atuar como construtores de uma comunidade mais organizada. Com as famílias fortalecidas em suas relações domésticas e comunitárias, estaremos preparadas para desfrutar dos direitos básicos, assim como para contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade cidadã. As ações aqui previstas visam capacitar as comunidades para a utilização e a participação nos equipamentos e órgãos que prevêm acesso aos serviços, visando a inclusão social e a cidadania plena. Isso é só o começo... *(a assistente social do 'Ufa!!!')*

Embora vários sujeitos tenham anunciado a necessidade de se capacitar, de investir na formação, de buscar por cursos que ofereçam um suporte teórico-metodológico, pensando, talvez, na aquisição de técnicas que possam ser aplicadas na prática, encontramos, na fala de um deles, uma aproximação do que temos discutido como trabalho socioeducativo:

No trabalho do Educador Social não existe uma metodologia específica. O trabalho é pensado de acordo com a demanda do aqui e agora. Para isso vai utilizar da sua experiência acadêmica e

as suas próprias experiências de vida. A experiência acadêmica não é o ponto chave do trabalho, mas uma parte interessante que vai possibilitar o pensar da teoria aliado a prática. Fora as questões específicas de cada ciência. Este educador tem que estar se interpelando sobre o seu fazer e para isso a constante atualização não em cursos formais mas também entre colegas de trabalho. (*o psicólogo do tempo*)

Aproximando-nos de uma noção de trabalho socioeducativo que possa servir de base norteadora para a construção de identidade profissional de educador social, pensamos esse trabalho como uma intervenção que abarca ações e/ou práticas, cuidadosamente desenvolvidas e compartilhadas com muita clareza (objetivos e meios), permitindo certo aprimoramento material e emocional das condições de vida das pessoas atendidas. Afinal, como dizem CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.93):

A intervenção socioeducativa oscila, como toda a intervenção social, entre a subordinação aos princípios que decorrem da atenção ao indivíduo e a obediência aos imperativos exigidos pela vida em sociedade. Os educadores sociais terão, então, de estar preparados para gerir um equilíbrio, inevitavelmente instável, entre a esfera pessoal, desejavelmente privada, e a esfera colectiva, tendencialmente pública. Cabe-lhes construir pontes de mediação institucional favorecedoras de uma acção social concertada, segundo uma lógica de parceria que valoriza diferentes autoridades profissionais e evite a dispersão de energias e de meios. [...] É, pois, nesse sentido que os educadores devem ser valorizados como promotores das chamadas redes sociais [...].

Para tanto, o educador social precisa valorizar suas ações, reivindicando condições de trabalho que não espelhem as condições encontradas na sua prática cotidiana. Mais do que números em planilhas que, aparentemente, justificam sua importância nesse quadro social, sua intervenção deveria buscar resultados que possam expressar um salto qualitativo na vida de todos os envolvidos no processo, principalmente na sua própria, a fim de que não se encontre tão fragilizado quanto a população que atende.

A profissionalização do educador social, nesse contexto, talvez seja um caminho para que se possa assegurar o desenvolvimento do trabalho socioeducativo com a qualidade necessária. Isso não significa, no entanto, criar um “manual de intervenção socioeducativa”, o que provavelmente desresponsabilizaria o educador social de vivenciar um processo de construção contínua. O que se tem buscado para respaldar sua atuação, segundo

CARVALHO e BAPTISTA (2004, p.64), lembrando Rouzel²⁶, é a consensualização de princípios de ação. Dizem:

Acreditamos que é sobretudo através da partilha de saberes, de experiências e de idéias que se consolida uma cultura profissional intelectualmente exigente. Os técnicos que intervêm no âmbito de uma pedagogia social nunca poderão abdicar de tomar posição em relação à pluralidade de opções de trabalho. Mais do que um possível acordo sobre procedimentos de carácter técnico, é necessário consensualizar princípios de acção, reconhecendo que, entre os princípios e a acção, cabe a cada actor a responsabilidade de fazer o caminho. Por essa razão, não é possível produzir um manual de intervenção socioeducativa. A existir, esse manual terá de ser permanentemente reescrito por cada profissional no encadeamento de sua prática e do seu próprio questionamento.

Isso porque, retomando MARTINELLI (2007), a construção de uma “identidade profissional” pode estar a serviço da preservação do poder hegemônico e do controle social. Para ela, pensando o Serviço Social (estendemos esse pensar ao Educador Social), sem a construção coletiva de um sentido comum para a profissão, o que chama de “identidade construída”, produz-se uma frágil consciência social que abre “[...] espaço para a produção de práticas alienadas e alienantes (identidade atribuída)”. Assim, “a profissão não ganha legitimidade entre os usuários nem valorização, seja na consciência popular, seja paradoxalmente, na consciência de muitos de seus agentes” (p.143), fato que, em certo sentido, reflete a prática dos nossos sujeitos.

Parece-nos, portanto, que há muito a ser feito ao se pensar qualquer tipo de intervenção ou ação que oportunize a realização pessoal e a participação coletiva do sujeito em prol da comunidade. Quando essa ação é descontextualizada, a nosso ver, não apresenta um carácter socioeducativo, justamente porque não contempla a necessidade de se compartilhar as responsabilidades frente às adversidades advindas da prática cotidiana.

Entendemos o trabalho socioeducativo, então, como um processo dinâmico, um direito destituído de favor e uma construção coletiva e contínua que, além da necessidade de respaldo teórico-metodológico, abarca ansiedades, medos, expectativas, desejos, frustrações, sonhos, esperanças... conteúdos constitutivos da subjetividade de um sujeito singular.

²⁶ ROUZEL, J. (1997). *Lê travail d'educateur spécialisé*. Paris: Dunod.

4.3 – A subjetividade como campo dos sentidos a serem revelados

VYGOTSKY (2003), em sua reflexão sobre a gênese do desenvolvimento psicológico humano, construiu uma perspectiva histórico-cultural que aponta para duas características estruturais: a materialidade do corpo, que é biológica e base material do funcionamento psíquico (destaca o cérebro e sua flexibilidade) e a materialidade do histórico, que se dá culturalmente, concebida como base do desenvolvimento das chamadas “funções psicológicas superiores”, exclusivamente humanas, envolvendo a consciência, a intencionalidade, a capacidade de planejamento, além das ações voluntárias e deliberadas.

Epistemologicamente, VYGOTSKY é considerado interacionista ao pensar a constituição do sujeito a partir de sua interação com o meio no qual está inserido, pressupondo um processo de internalização do material cultural, ou seja, “de construção de um plano intrapsicológico a partir do material interpsicológico, de relações sociais” (OLIVEIRA, 1992, p.78), que forma a consciência constituída de pensamento, afetos (sentimentos) e vontade (motivação). A constituição da subjetividade dá-se, nesse contexto, por meio de situações de intersubjetividade nas quais o sujeito, ao contribuir com a construção de significações culturais, transforma a natureza ao mesmo tempo em que é transformado por ela. Assim, segundo OLIVEIRA (1992),

[...] a passagem do nível interpsicológico para o nível intrapsicológico envolve, assim, relações interpessoais densas, mediadas simbolicamente, e não trocas mecânicas limitadas a um patamar meramente intelectual. Envolve também a construção de sujeitos absolutamente únicos, com trajetórias pessoais singulares e experiências particulares em relação com o mundo e, fundamentalmente, com as outras pessoas (p.80).

Corroborando essas colocações, GONÇALVES (2001) diz:

A partir de Vigotski, toma-se a subjetividade constituída na intersubjetividade, portanto a partir do significado. Mas o significado, que é social e objetivo, é apropriado pelo sujeito a partir de sua atividade, o que implica uma subjetividade própria de cada sujeito, o que se expressa na atribuição de sentidos pessoais. Os sentidos representariam a síntese entre a objetividade e a subjetividade, já que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto, o significado social

produzido intersubjetivamente e que representa a atividade sobre o objeto e a subjetividade na sua dimensão emocional (subjetiva) e a ativa (objetiva). (p. 72, 73)

Isso implica, necessariamente, vivenciar um processo contínuo de movimento e transformação, considerado a própria aprendizagem, processo “pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas” (OLIVEIRA, 1997, p.57). O que se dá, inevitavelmente, na relação com o outro como facilitador das experiências propiciadoras desse processo de construção que, por meio das mediações sociais, resulta no desenvolvimento da consciência e na constituição da subjetividade desse novo sujeito.

Dentre essas mediações, marcando a constituição de um sujeito que se objetiva em sua subjetividade, a linguagem é o principal signo e instrumento que simboliza o salto para a humanização. Como afirma GONÇALVES (2001):

[...] a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade. Isso porque o signo é, ao mesmo tempo, produto social que designa a realidade objetiva; construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos através da atribuição de significados; e construção subjetiva individual, que se dá através do processo de apropriação do significado social e da atribuição de sentidos pessoais (p.50)

Objetividade e subjetividade, então, integram um mesmo processo histórico, constituindo o psiquismo do sujeito a partir de sua relação com esse mundo objetivo, social, coletivo e cultural, unificando as dimensões afetiva e cognitiva do funcionamento psicológico. Assim, quando o pensamento está associado “a uma tarefa que é importante para o indivíduo, [...] a uma tarefa que, de certo modo, tem suas raízes no centro da personalidade do indivíduo, o pensamento realista dá vida a experiências emocionais muito mais significativas do que a imaginação ou o devaneio” (VYGOTSKY apud OLIVEIRA, 1992, p.83).

MOLON (1999), pensando Vygotsky, ressalta que o sentimento, o pensamento e a vontade “estabelecem interconexões funcionais permanentes na consciência, nas quais os sentimentos quando conscientes são atravessados pelos pensamentos, e os pensamentos são permeados pelos sentimentos, sendo que esses acontecem a partir dos e nos processos

volitivos” (p.109-110). O que significa dizer que “a função psicológica que potencializa as demais é a vontade” e que “todo processo psicológico é volitivo, sendo que a vontade é inicialmente social, interpsicológica e posteriormente intrapsicológica” (p.110).

Dessa maneira, para que possamos compreender o pensamento de um sujeito, precisamos entender sua “base afetivo-volitiva”, porque, segundo VYGOTSKY (1998, p.187), “[...] por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si uma resposta ao último ‘por quê’ de nossa análise do pensamento”. Uma resposta encharcada de afetos, de sentimentos, de sentidos atribuídos pelo sujeito às significações culturais por ele apropriadas, revelando conteúdos de sua subjetividade.

De acordo com BOCK (2005, p.23), essa subjetividade é

[...] a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese – a subjetividade – é o mundo de idéias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais.

A subjetividade, portanto, é fundamental para este estudo porque, como dimensão psicológica contém os sentidos que o sujeito atribui às significações culturais, guardando traços individuais da sua singularidade. No processo de apropriação dessas significações, compartilha com outros sujeitos um núcleo relativamente estável de compreensão de determinado conceito. Porém, ao atribuir às significações um sentido mais individual, motivado por suas experiências pessoais, passa a construir sua subjetividade como uma dimensão psicológica comportada de afetividade (emoções e sentimentos), isto é, como um campo compreensível, mas não totalmente compartilhado.

Dessa forma, os sujeitos contribuíram para o andamento desta pesquisa ao responderem o instrumento criado para facilitar a manifestação de seus pensamentos a fim de que fossem revelados os sentidos constitutivos de sua base afetivo-volitiva. Isto é, os interesses, as necessidades, as motivações, os desejos e os afetos que compõem sua subjetividade, caracterizando o sentido atribuído por eles ao trabalho socioeducativo (sua

função) e ao território onde atuam. Com isso, eles nos ofertaram aspectos que propiciam a identificação dos sentidos constantes de sua subjetividade.

Atentaremos, então, para algumas aparentes contradições presentes no material disponibilizado pelos sujeitos, buscando esses sentidos atribuídos ao trabalho socioeducativo desenvolvido no território de exclusão social. Como forma de exemplificação e melhor visualização dessas informações, apresentaremos a seguir quatro tabelas (7.1, 7.2, 7.3 e 7.4) distribuídas pelas formações universitárias, destacando as falas referentes à insatisfação e à satisfação com o trabalho.

Pensamos que o paradoxo satisfação versus insatisfação seja uma forma de se fazer conhecer alguns aspectos do material contido na subjetividade desses sujeitos, revelando-nos traços que apontam para as características de identidade que eles têm construído na sua prática cotidiana.

Tabelas com algumas aparentes contradições nos discursos dos educadores sociais

7.1 - Educadores Sociais da área de Psicologia

Sujeitos	Insatisfação	Satisfação	Aparentes Contradições
<i>a psicóloga do aprender</i>	-Salário baixo; trabalho exige continua capacitação ; falta recursos, investimentos; descontinuidade dos programas sociais = descrença; insatisfação ligada à desvalorização do trabalho e do profissional;	Trabalhar na área profissional; desafio; acreditar no próprio trabalho; aprender; O Trabalho é lindo , é muito bom; compensação = resultado com famílias; propõe melhora na qualidade de vida das famílias em risco social;	Apesar de não se sentir valorizada , do salário ser baixo, da descontinuidade e falta de recursos para o trabalho, da descrença que gera insatisfação , diz: “ o trabalho é lindo! ”
<i>a psicóloga dos catadores</i>	Salário baixo pelo investimento; difficuldade cursos atualização ; desvalorização ; interesses políticos desvinculados da prática;	Evolução do sujeito atendido; trabalhar como E.S. talvez a vida toda = oportunidades; “Gosto de projetos sociais”; desafios/conquistas = muito gratificantes;	Apesar do baixo salário, da desvalorização , falta de investimentos inclusive na formação e interesses políticos, talvez atuará como educadora social “ a vida toda ”. Isso nos leva a pensar em missão .
<i>a psicóloga das famílias</i>	Salário baixo pelo tanto de trabalho e tempo investido; Falta respaldo do poder público para as demandas levantadas nos atendimentos; “ esses programas por si só não funcionam. ”	Retorno dado, mesmo que por uma pequena parcela dos atendidos; Identificação com o trabalho desenvolvido; Pretende especializar-se ; crecimento pessoal e enriquecimento profissional ; propõe trabalhar com famílias e comunidade, visando fortalecimento e desenvolvimento dessas;	Apesar da falta de respaldo e do acreditar que “ esses programas por si só não funcionam ”, há uma identificação com o trabalho desenvolvido, ou seja, com o que não funciona . Fato que nos leva a pensar em desvalorização e não transformação da realidade vivenciada.
<i>o psicólogo do tempo</i>	Baixo salário, não diferenciação entre Educadores Sociais com ou sem nível superior; Atropelo no processo de trabalho; trabalho incerto, desgastante ;	Motivação idealista de um mundo melhor; crítico , quer fazer a diferença; feliz com resultado do trabalho; construir relação conjuntamente com atendidos; importância teoria e prática; atualização constante ; educador social precisa vislumbrar melhores possibilidades de vida;	Apesar do baixo salário, de estar num trabalho incerto e desgastante, e não haver diferenciação de escolaridade, sente-se feliz com resultado do trabalho. Talvez necessite disso, devido motivação idealista de um mundo melhor. Precisa, provavelmente, vislumbrar melhores possibilidades de vida ;

7.2 - Educadores Sociais da área de Serviço Social

Sujeitos	Insatisfação	Satisfação	Aparentes Contradições
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	Salário baixo e pago com atraso; trabalha em áreas perigosas , onde o tráfico de drogas impera; condição precária de trabalho; “ é muito trabalho ”;	Acreditar que podia fazer algo para mudar essa realidade; reconhecer que há limites no trabalho social; propõe potencializar as famílias e a comunidade, “ visando a inclusão social e a cidadania plena ”;	Apesar do salário baixo e atrasado, trabalhar em áreas perigosas e em condições precárias, ter muito trabalho e reconhecer limites, diz visar a inclusão social e a “cidadania plena” de seus atendidos . Parece-nos acatar o sentido de “ missão ”.
<i>a assistente social das famílias</i>	Baixo salário = tirar dinheiro do bolso para trabalhar; Descrença da população com o trabalho, devido dificuldade de acesso aos serviços públicos; a falta de contínuas políticas públicas;	Gosto pelo trabalho; constatar melhora da qualidade de vida do público alvo e da própria; acreditar no trabalho e ver resultados; potencializar as famílias para o “ enfrentamento de todas suas carências ”; trabalho árduo, mas prazeroso e gratificante quando constata mudança na vida das famílias; buscar melhores condições de vida para “ nossas famílias ”; é preciso formação contínua para ser bom profissional;	Apesar do baixo salário, da descrença da população no trabalho, da descontinuidade das políticas públicas, gosta do trabalho que é árido, mas prazeroso e gratificante . Isso, talvez, pelo fato de buscar melhores condições de vida para “ nossas famílias ”. O que nos leva a pensar em uma não diferenciação em relação aos atendidos e, conseqüentemente, a realização de uma “ missão ”. Precisa, ainda, tirar dinheiro do próprio bolso para trabalhar.
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	Baixo salário considerando amplitude do trabalho; desvalorização do profissional; falta de qualificação profissional, de políticas públicas, de recursos etc.; insatisfação, desânimo e o sentir-se impotente ; cansada de encarar tanto sofrimento, tanta desesperança;	Identificação com causas sociais; feliz com resultados que para grande parte da sociedade é indiferente; Dilema: mudar x prosseguir ; sente-se respeitada profissionalmente ; mas, se pudesse escolher , optaria por exercer outra atividade profissional bem remunerada (área comercial); considera-se uma pessoa “ mais dura afetivamente ”;	Apesar do baixo salário, muito trabalho, desvalorização do profissional, insatisfação, desânimo, sentir-se cansada e impotente e ser uma pessoa mais dura afetivamente , identifica-se com causas sociais e sente-se feliz com pequenos resultados. Sente-se, também, respeitada profissionalmente . Mas, vivencia um Dilema: mudar x prosseguir . Isso implica no responsabilizar-se pela própria escolha, o que nos parece um pouco distante, uma vez que se coloca no lugar de quem não tem escolha: mas, se pudesse escolher , optaria por exercer outra atividade profissional bem remunerada (área comercial).
<i>a assistente social satisfeita</i>	Falta de compromisso da Organização com o público e resultados qualitativos; falta de condições adequadas de trabalho, de formação e de supervisão; carga horária extensa; descontinuidade das ações, devido não renovação de convênios; baixos salários; omissão do Estado ; trabalhador social também vulnerável ;	Satisfeita com salário; Motivação e criatividade ; seriedade e compromisso da Organização com o público atendido e com realização do trabalho; Espaço para supervisão e aprimoramento profissional ; disponibilidade de recursos; investe na formação , direcionando para administração do Terceiro Setor;	Apesar das faltas, da descontinuidade e do “achar” que o trabalhador social também é vulnerável, diz estar Satisfeita com salário, com a seriedade da Organização onde trabalha e com o investimento na sua formação. Talvez, neste caso, a contradição esteja em relação ao discurso de desvalorização e imobilidade comum aos outros educadores, uma vez que essa educadora tem investido na sua carreira, independentemente da condição financeira que já lhe foi desfavorável.

7.3 - Educadores Sociais da área de Pedagogia

Sujeitos	Insatisfação	Satisfação	Aparentes Contradições
<i>a pedagoga das famílias</i>	Baixo salário para um trabalho que exige muito do profissional e o retorno é aos poucos; carga horária elevada; falta de respaldo para situação problema;	Desafio; retorno das famílias ; pretende trabalhar como E.S. o tempo que for necessário; propõe fortalecimento dos atendidos , para que não dependam de assistencialismo; Junto com a equipe dar soluções para os casos mais urgentes;	Apesar do baixo salário, do trabalho que exige muito e o retorno é aos poucos, da carga horária elevada e da falta de respaldo, diz sentir-se satisfeita com algum retorno das famílias (valorização). Propõe o não assistencialismo, mas busca, junto com a equipe, dar soluções para os casos mais urgentes. Dependendo da ação, a solução pode ser assistencialista. Há, talvez, o sentido de “ missão ” na sua prática, pois pretende trabalhar como educadora social o tempo que for necessário. Necessário para quem?
<i>a pedagoga satisfeita</i>	A desvalorização do trabalho por parte de algumas famílias que não se tornam parceiras no processo;	Salário é baixo, mas está satisfeita e realizada fazendo o que gosta ; desenvolvimento das crianças e valorização das famílias no trabalho; enquanto sentir-se motivada e feliz , pretende trabalhar como E.S.; participa, constantemente, de encontros em busca de aprimoramento; curso pós-graduação em Gestão Escolar;	Apesar da desvalorização do trabalho e do salário que é baixo, está satisfeita e realizada fazendo o que gosta . Sente-se motivada e feliz. Investe na formação em busca de aprimoramento. Parece-nos que a desvalorização não está a serviço da resignação.
<i>a pedagoga das crianças</i>	Salário é baixo pelo trabalho desenvolvido; desvalorização do trabalho do educador; falta de incentivo e de qualificação dos educadores;	“ Gosto de contribuir com o aprendizado de nossas crianças”; “ gratidão, respeito e carinho que as crianças tem por mim.”; pretende trabalhar como E.S. “por toda minha vida”, porque se sente realizada fazendo o que gosta; “ o ato de ensinar é um dom divino (...) ”; oferece ajuda para uma esposa de alcoólatra, dizendo que um dos caminhos é o do “ Senhor ”; a partir de uma “ experiência divina ” como educadora cultural, apaixonou-se pela área da educação;	Apesar do salário baixo, da desvalorização , da falta de incentivo e de qualificação, pretende trabalhar como educadora social “ por toda minha vida ”, porque se sente realizada fazendo o que gosta. Chama a atenção o caráter messiânico : “o ato de ensinar é um dom divino (...) ”. Um dos caminhos é o do “ Senhor ”.

7.4 - Educadores Sociais das áreas de Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis

Sujeitos	Insatisfação	Satisfação	Aparentes Contradições
<i>a artista plástica</i>	Área muito instável ; “perceber o quanto a sociedade age contra e qualquer possibilidade de transformação/reforma das desigualdades sociais.”; “ não escolhi essa profissão ”; numa referência de sua condição de negra , diz: “um dado da minha experiência como educadora social é o fato de ser muito semelhante aos meus educandos .” “observo que nos jovens da periferia há um incentivo a que se qualifiquem, de modo homogeneizante, para servir.	Satisfeita com salário , considerando mercado ; predisposição dos alunos para aprender; “procuro conhecer e valorar suas potencialidades mostrando que apesar da condição de coordenadora ou mesmo educadora não sou melhor ou pior que a pessoa atendida, apenas diferente ”;	Afirma não ser “ melhor ou pior que a pessoa atendida, apenas diferente ”. Contradiz-se ao dizer que, na condição de negra, é muito semelhante aos seus educandos da periferia . Neste sentido, coloca-se na mesma condição deles de servir : Há manifestação de inferioridade levando, assim nos parece, ao sentimento de desvalorização .
<i>o cientista social</i>	Salário não condiz com exigências do trabalho; carga horária elevada; falta qualificação aos educadores sociais; insatisfação e frustração com resultados; diz não saber com certeza o que um educador social faz. E, os colegas da ONG onde trabalhava, “ curiosamente, nenhum deles sabe definir com clareza o perfil de um educador social!!! ”; falta de estabilidade: o trabalho tem tempo certo para ‘nascer e morrer’;	“o conhecimento prático e teórico que vou adquirindo com o passar do tempo se mostra útil ”; quando é “possível estabelecer canal de comunicação onde todas as opiniões são respeitadas e discutidas...”; trabalhar sempre como educador social, pois “possibilita um diálogo entre a teoria e a prática .”; gosta de participar dos projetos ;	Apesar do salário baixo para muito trabalho, carga horária elevada, falta de qualificação e estabilidade, insatisfação e frustração com alguns resultados, pretende trabalhar sempre como educador social , por se sentir útil ao conciliar teoria e prática. Além disso, diz gostar de participar dos projetos . Há, talvez, o sentido de missão ”.
<i>a jornalista</i>	Salário insuficiente; “ burocracia para realizar certos trabalhos”; não é fácil lidar com histórias tão tristes, situações tão miseráveis... ‘dá nó na cabeça’ ; Questiona se seu trabalho faz alguma diferença , se é importante.	“ Quando vejo melhora em alguma coisa .” “ser Educadora é algo ‘meu’, como que não conseguiria viver sem.”; satisfação com resultados e reconhecimento dos atendidos; “crescer como pessoa me faz bem”;	Apesar do salário insuficiente, de lidar com histórias tão tristes, situações tão miseráveis e questionar se seu trabalho faz alguma diferença , diz que ser educadora é “algo meu” , não conseguiria viver sem . Talvez o sentido de “ missão ” esteja subjacente ao discurso.
<i>a cientista contábil</i>	Salário baixo; não reconhecimento; falta de dinheiro em relação profissão anterior; não dá para fazer uma nova formação na área de educação, comprar livros etc.; diz não estar preparada para trabalhar com uma pessoa em situação de risco social (talvez não tenha dimensão sobre o que é uma situação de risco social);	Recomendação médica para mudar de área, devido stress profissão anterior. Gosta de ser Educadora Social; os resultados , a mudança de comportamento, o reconhecimento das famílias; “ realização pessoal , gosto muito do que faço”; “enquanto me der prazer eu continuo.”;	Apesar do salário baixo, do não reconhecimento e não se “achar” preparada para trabalhar com uma pessoa em risco social, gosta de ser educadora social . Uma contradição evidenciada, pois geralmente um educador social trabalha com pessoas em risco social. Há o sentido de realização pessoal e prazer no que faz . Interessante pensar que se tornou educadora social por “ recomendação médica ”, uma vez que estava estressada em outra ocupação. Como temos visto, ser educador social não é relaxante. Ao contrário, exige muito do sujeito em todos os aspectos.

Podemos perceber, nas tabelas apresentadas, que o não se sentir valorizado pelo outro é um aspecto constante na fala desses sujeitos: os baixos salários para uma alta exigência “profissional”; carga horária elevada; descontinuidade de políticas públicas; falta de respaldo e precariedade dos serviços públicos de atenção; falta de condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo; pouco investimento na formação “profissional”, incluindo a falta de espaço de supervisão; instabilidade e não reconhecimento da importância do trabalho por parte de usuários e de alguns profissionais que participam de determinado projeto/programa.

Algumas instituições (entre elas o próprio Estado) acentuam os sentimentos de frustração e de desamparo revelados como peculiares ao educador social, o qual, muitas vezes, coloca em dúvida se sua prática realmente faz algum sentido para a vida das pessoas que atende (*a jornalista*, tabela. 7.4).

Essa dúvida parece-nos legítima, porque, por meio da insatisfação, do se sentir desrespeitado, da falta de reconhecimento do outro, do desamparo no exercício de sua função, podemos considerar que o educador social acata essa desvalorização que lhe é atribuída, colocando-se no lugar de quem não é capaz e revelando-nos os sentimentos de desvalorização e de impotência como características de sua identidade. A *assistente social dos oprimidos*, por exemplo, sentindo-se impotente, diz estar insatisfeita, desanimada, cansada de encarar tanto sofrimento, tanta desesperança.

Curiosamente, apesar dessa revelação e das condições pouco favoráveis à dignidade humana encontradas no território onde atuam, esses educadores parecem dispostos a dar continuidade ao desenvolvimento de seu trabalho. Essa contradição aponta, de certa forma, a persistência como mais uma característica do perfil desses educadores. Persistência que pode ser questionada, mas não desprezada, porque nela talvez esteja a possibilidade de ressignificação da prática socioeducativa.

Ao questionarmos a persistência, atentamos para as manifestações afetivas evidenciadas no discurso dos sujeitos, que nos levam à dialética entre a desvalorização e a impotência, compondo sua identidade de educador social. Assim, persistir com o desenvolvimento do trabalho socioeducativo carrega certa “nobreza”, calcada, freqüentemente, em uma inspiração divina (SIMÕES NETO, 2005), contrapondo a

escassez de possibilidades frente à realidade vivenciada. Por exemplo: “acredito que tenha uma motivação idealista de desejar um mundo melhor” (*o psicólogo do tempo*).

Esse mundo melhor talvez faça parte apenas do discurso desse educador, comportando um desejo distante de ser realizado ao constataremos as condições às quais se submete para exercer sua função. Os baixos salários, as precariedades de condições físicas, materiais e emocionais, além da *falta* e da descontinuidade, apontados como fatores prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho socioeducativo frente às adversidades inerentes ao território de exclusão, observando, entre elas, a periculosidade de uma área “onde o tráfico de drogas impera” (*a assistente social do “Ufa!!!”*, tabela 7.2), lugar onde também se “encara tanto sofrimento, tanta desesperança” (*a assistente social dos oprimidos*). O que parece não ser o suficiente para a desistência desse educador, reforçando a idéia de missão, “função ou poder que se confere a alguém para fazer algo” (FERREIRA, 2005, p.557), tão comum às práticas assistencialistas.

Uma missão implica, necessariamente, em abdições. Sofrer privações parece, então, valorizar esse ato que se apresenta como nobre. Há, dessa maneira, um investimento afetivo muito mais próximo do espontaneísmo em contradição à profissionalidade (GUIMARÃES, 2004) que, no nosso modo de ver, é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho muitas vezes “não valorizado” pelos usuários (*a pedagoga satisfeita*, tabela 7.3), considerado “incerto e desgastante” (*psicólogo do tempo*, tabela 7.1) e, ainda, “[...] árduo, mas prazeroso e gratificante quando constata mudança na vida das famílias” (*a assistente social das famílias*, tabela 7.2).

Esse espontaneísmo, entretanto, é justificado se pensarmos uma missão como algo atribuído e não construído por quem a coloca em prática. É, por assim dizer, o que MARTINELLI (2007) chama de “identidade atribuída”. Neste sentido, o que se preza é o esforço como responsabilidade e não necessariamente o responsabilizar-se pela busca por resultados que indiquem transformação da realidade na qual intervém. Afinal, o sujeito está tentando fazer algo. Muitas vezes, está no limite de suas condições físicas, materiais, psicológicas. Mas, a nobreza, respaldada por pequenas transformações, o faz “achar” que esse “trabalho é lindo!” (*a psicóloga do aprender*, tabela 7.1). “Lindo”, neste sentido, talvez esteja nos revelando a concepção de favor dessa prática, permeada pela caridade, e não o direito a ela (KOGA, 2003).

Diante então das adversidades, a consciência de investimento em si mesmo, por meio de aprimoramento da formação, supervisão etc que respaldam seu fazer, é de fundamental importância para que o educador social se reconheça e seja reconhecido como um sujeito facilitador de ações prospectivas e otimizadoras da transformação da realidade na qual intervém. A nobreza, então, revela-se no reconhecimento das adversidades e na busca de conhecimentos para superá-las.

Um exemplo desse aspecto da persistência que não pode ser desprezado, reforçando a possibilidade de ressignificação do trabalho desenvolvido e afastando a idéia de nobreza dessa prática, pode ser ratificado na fala da *assistente social satisfeita* (tabela 7.2). Em sua trajetória como educadora social, a *falta*, a *descontinuidade* e o se sentir vulnerável a acompanharam cotidianamente. Apesar disso e do salário recebido ao longo da sua história como educadora social não ter sido condizente com a exigência do trabalho, investiu (e continua investindo) em sua formação. Atualmente, trabalha em uma instituição que considera séria e seu salário está bem acima do que poderia imaginar, resultado, talvez, da busca de um sentido mais próximo da profissionalidade (GUIMARÃES, 2004) como afirmação do que é específico em sua ação, abarcando conhecimentos, comportamentos e atitudes valorativas de sua função.

Complementando nossa análise a partir das aparentes contradições no discurso dos sujeitos, não encontramos alguma explicitação de um perfil desejável para a função de educador social. Talvez pelo fato de que, “[...] curiosamente, nenhum deles sabe definir com clareza o perfil de um educador social!!!” (*o cientista social*, tabela 7.4), levando-nos a pensar que qualquer pessoa possa se candidatar ao exercício dessa função. Parece-nos claro, entretanto, que a graduação universitária, assim como a busca contínua por aprimoramento “profissional”, é considerada um aspecto muito importante para o perfil desse educador, embora, às vezes, “o mercado não diferencia o educador social com ou sem nível superior” (*o psicólogo do tempo*, tabela 7.1).

Por fim, retomamos que o sentido dado às significações culturais não é fixo, não é imutável. Ao reafirmarmos a idéia de processo, de movimento, de transformação na construção da singularidade do sujeito, constituída pelas dimensões interpsicológica (objetividade) e intrapsicológica (subjetividade), estamos sustentando que esse sentido seja passível de ressignificações. Ressignificar, neste contexto, é dar um novo sentido a um

objeto já significado. O que só é possível quando o sujeito, mesmo na condição de ter sido escolhido (quando se refere à missão), responsabiliza-se por sua escolha.

Em se tratando do sentido atribuído pelos sujeitos ao território de risco e exclusão social, parece assemelhar-se ao de JESUS (1993), “um quarto de despejo” onde é colocado o que aparentemente não tem mais serventia, mas ainda faz parte de uma história que não pode ser esquecida porque compõem a singularidade do sujeito. Assim, alguns objetos (pensando a reificação do sujeito) podem ser reaproveitados, alimentando os sonhos, desejos e esperanças daqueles que estão em compasso de espera. O sentido do trabalho socioeducativo, nesse contexto, está na manutenção dessa esperança, que se assemelha à esperança do próprio educador social em relação ao outro (o Estado, a instituição, a sociedade). Há, neste sentido, talvez, entre migalhas recebidas e ofertadas mediante ações assistencialistas, a espera de um milagre.

Podemos dizer, então, contando novamente com JESUS (1993), que esse educador, muito provavelmente, também se sinta “um traste velho”, talvez com aparência melhorada devido à sua roupagem de educador social, que pouco o valoriza. Mas, embora esgarçada, sustenta-lhe o mínimo de diferenciação.

As aparentes contradições analisadas neste capítulo nos revelam, portanto, a desvalorização e a impotência como principais características dessa identidade em construção, sustentadas pela insatisfação e frustração as quais, por sua vez, são motivadas pela *falta* e pela *descontinuidade* no desenvolvimento do trabalho socioeducativo. Revelam, ainda, que a persistência pode ser considerada uma característica do perfil do educador social. Cabe-nos lembrar, todavia, que ela (a persistência) talvez esteja colada à idéia de nobreza, reafirmando a caridade e o favor como sínteses de suas ações. O que não impede, assim acreditamos, possíveis ressignificações na construção de ações otimizadoras da transformação do outro, de si e da realidade vivenciada, desde que esse educador social seja assistido em sua humanidade.

CAPÍTULO V

Considerações Finais

*O problema não é inventar. É ser inventado
hora após hora e nunca ficar pronta
nossa edição convincente.*

Carlos Drummond de Andrade

Se não conhecêssemos a origem do material analisado neste estudo, poderíamos dizer que esses instrumentos, pelo menos em grande parte, ao evidenciarem a *queixa* como aspecto norteador das relações, foram preenchidos por pessoas que vivem em situação de risco e exclusão social. Isso nos leva a pensar que, de alguma forma, nossos sujeitos vivenciam uma realidade da qual, em muitos casos, não têm conseguido se diferenciar. Na *queixa* e pela *queixa*, parecem construir uma identidade que destoa a de um sujeito ativo, reflexivo, criativo, polivalente, prospectivo, otimista e realista, características desejáveis para o educador social (ROMANS, 2003; CARVALHO e BAPTISTA, 2004).

Das características de identidade que esses educadores vêm construindo em sua prática cotidiana, destacamos a insatisfação, a frustração, o não se sentir reconhecido, o sentir-se desrespeitado, como principais aspectos constituintes dos sentimentos de *desvalorização* e de *impotência* que se apresentam como síntese de um discurso mobilizado pela *falta* e pela *descontinuidade*, sustentando a *queixa* instaurada no exercício dessa prática. No entanto, esses sentimentos de *desvalorização* e de *impotência* vêm-se ofuscados, às vezes, por lampejos de investimento afetivo propiciadores do acreditar no trabalho, sentir prazer e sentir-se motivado e feliz.

Isso, de certa forma, leva-nos a pensar no caráter missionário subjacente às práticas assistenciais como fator preponderante para que esses sujeitos insistam na continuidade dessa prática. Se missão é algo atribuído, isto é, “função ou poder que se confere a alguém” (FERREIRA, 2005, p.557), esses educadores parecem acatar a noção de “identidade atribuída” (MARTINELLI, 2007), que os leva, muito provavelmente, a não se sentirem, de fato, responsáveis pelo desenvolvimento de ações denunciadoras de certa mesmice.

Se, em um primeiro momento, o educador social tem a indignação como motivação para desenvolver um trabalho transformador, logo depois parece não a sustentar, apropriando-se de um discurso de resignação semelhante ao da população atendida. O que nos remete à idéia de que, subjacente ao discurso de responsabilidade, inspirado talvez numa aparente ingenuidade, esse educador esforça-se para acreditar que sua intervenção o diferencia da condição de precariedade vivida pelo outro. Isso o coloca à margem da criticidade, levando-o a sustentar um papel de mediador para a imposição das propostas de intervenção oriundas, principalmente, de projetos e programas sociais criados pelo Estado, atualizando, dessa maneira, ações verticalizadas.

Neste sentido, o exercício da prática torna-se um conjunto de tarefas a serem realizadas, desprovidas da necessidade de reflexão e de construção. Ele seria, por assim dizer, mera especulação quanto à possibilidade de intervenções facilitadoras de alguma transformação, resultando, muitas vezes, em ações assistencialistas e evidenciando que o discurso de mudança, de transformação não assegura, necessariamente, o sentimento de indignação.

Na prática, o fato de não haver uma metodologia específica para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, o que deveria ser um aliado à criatividade, ao olhar prospectivo e à autonomia nas ações, parece despertar no educador social um sentimento de desamparo frente às adversidades cotidianas. A consequência direta disso é que passa a respaldar suas intervenções no conhecimento acadêmico adquirido em sua formação universitária, utilizando-se de metodologias de trabalho já prontas e, muitas vezes, pouco adequadas para o exercício de uma prática que requer construção.

Apesar disso e das condições extremamente desfavoráveis para o exercício de sua função, o que o aproxima de uma identificação com as pessoas por ele atendidas devido, principalmente, à *falta* e à *descontinuidade*, esses educadores esboçam, paradoxalmente, prazer, felicidade e conseguem ver beleza no trabalho, aspectos importantes ao considerarmos a persistência como uma das características do perfil desse sujeito carente de afiliação identitária de educador social. Isso nos remete a pensar em possibilidades de construção de uma identidade permeada pela criatividade, capacidade reflexiva, olhar prospectivo etc.

Não é de se admirar que esses educadores sociais evidenciem, diante dessa realidade, a necessidade de aprimorar sua formação para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, mediante certa insistência em denunciar a falta de investimentos, de qualificação, especialização, capacitação, supervisão etc. Essa manifestação nos revela que há uma perspectiva muito boa para que esses educadores se reconheçam e possam ser reconhecidos em suas diferenças, em suas potencialidades, uma vez conscientizados da necessidade de respaldo de algumas carências.

Devemos considerar, entretanto, um risco subjacente nesse discurso denunciante. O apelo por cursos de qualificação talvez esteja a serviço da busca por destrezas que possam se tornar técnicas a serem simplesmente aplicadas na prática, evidenciando o estilo de

educador social *tecnicizado* (ROMANS, 2003). Lembram-nos CARVALHO e BAPTISTA (2004) que, se não houver a participação no processo de criação, o sujeito pode eximir-se da responsabilidade de ser um profissional competente, justificando o seu fazer pouco efetivo (ou o não fazer) na *falta* e na *descontinuidade* instauradoras da *queixa*, e, conseqüentemente, do sentimento de resignação.

Daí a necessidade da criação de um campo de discussão, de reflexão e de construção contínua entre as práticas de intervenção já instauradas e a contribuição das diferentes áreas do conhecimento, construindo e aprimorando constantemente um novo saber. É, por assim dizer, a prática convivendo com a teoria e a teoria harmonizando-se com a prática, respaldando as demandas desses sujeitos e suportando as inquietações tão necessárias para a manifestação de ações criativas e transformadoras, em detrimento de um suposto saber que beira ao senso comum e, não raramente, de uma forma velada, vê-se carregado de religiosidade.

Neste sentido, a universidade nos parece adequada como campo de discussão, reflexão e formação profissional para esse sujeito, desde que seus gestores e mediadores estejam motivados para estabelecer uma relação de construção mútua com os sujeitos experientes (ou não) da prática de educador social, balizada por uma ética deontológica, assegurando-lhes um caminho e um processo para afiliação identitária profissional de educador social. Isso, em detrimento do instrucionismo que imbeciliza (DEMO, 2007) e da construção de manuais de instrução para uma prática que exige olhar prospectivo, criatividade, polivalência, otimismo, realismo, profissionalidade etc.

A profissionalização do educador social, portanto, é um passo que consideramos fundamental para que se possa assegurar, no mínimo, o sentido de responsabilidade pelas próprias escolhas. Isso porque seu discurso manifesto, calcado na *falta* e na *queixa*, talvez esteja mascarando o conforto da comodidade e da não responsabilidade de uma “identidade atribuída”. Dessa maneira, a prática, que muitas vezes é concebida como favor e não como direito, só poderá ser ressignificada quando esse sujeito, de fato, reivindicar e fazer valer os seus próprios direitos, dentre os quais o de ter condições favoráveis de trabalho, melhores salários, espaço de formação contínua, de supervisão profissional, de escuta e de acolhimento, tornando-se responsável pelo processo de construção de sua identidade de educador social.

Vemos, então, a construção dessa identidade como processo contínuo, como metamorfose (CIAMPA, 2005), como “identificações em curso” que “[...] ao mesmo tempo em que se transforma, afirma um ‘modo de ser’” (SAWAIA, 2002, p.121) que balizaria as ações do sujeito, caracterizando o “seu fazer”. Ao pensarmos o exercício da prática como uma das formas de relação do sujeito com o meio no qual se insere e no qual intervém, esse educador buscaria, talvez, o reconhecimento do outro pelo “seu fazer” e não pelo “seu ser” a fim de se reconhecer como educador social (LIMA, HOPFER e SOUZA-LIMA, 2004, p.9).

O processo de construção de identidade implica, assim, um movimento de construção e desconstrução constante, norteado pela ressignificação dos sentidos que o sujeito atribui ao seu fazer, atentando para o modo como se enxerga na realidade na qual intervém e como enxerga essa mesma realidade. Enquanto seu olhar para o pobre, a favela, a comunidade e, muitas vezes, a instituição onde trabalha espelhar “um quarto de despejo” cheio de “trastes velhos” (JESUS, 1993), do qual sua imagem não se ausenta, devido à precariedade de condições para o exercício da sua função, muito pouco (ou nada) poderá, de fato, ser realizado.

Este estudo, portanto, revela-nos que o educador social vê-se do mesmo modo como vê as pessoas a quem assiste e a favela como extensão de si. Logo, não há condições de mudanças. É preciso, então, que enxergue o real sentido que tem atribuído à significação dessa realidade e ao seu fazer, revelando a si mesmo aspectos de sua subjetividade, de sua singularidade. Isso, certamente, lhe abriria possibilidades de ressignificação e de diferenciação em relação às pessoas por ele atendidas. Neste sentido, há a chance de destituir, assim acreditamos, a religião, o favor, a queixa, a missão, a resignação, a impotência, a desvalorização... como álibis da desesperança.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C.D.de *CORPO*. (9ª ed.) Rio de Janeiro: Record, 1986.

AGUIAR, W.M.J. “A Pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica”: contribuições para o debate metodológico”. In: BOCK, A.M.B; GONÇALVES, M.G.M; FURTADO, O. (Orgs.).

PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

ALLAIN, L.R. *Ser Professor: o papel dos dilemas na construção da identidade profissional*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2005.

BAIERL, L.F. *MEDO SOCIAL: Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.

BERDET, M. “Elementos para a reflexão da sócio-educação”. Artigo disponibilizado pelo autor, via e-mail, em Janeiro de 2006. Rio Grande do Sul: 1999.

BOCK, A .M.B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: EDUC: Cortez Editora, 1999.

_____. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* / Ana Mercês Bahia Bock, Maria da graça Marchina Gonçalves, Odair Furtado (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *PSICOLOGIAS: uma introdução ao estudo de psicologia* / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAMPBELL, J. *O Poder do Mito*. Com Bill Moyers; org. por Betty Sue Flowers; tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARVALHO, A.D. de; BAPTISTA, I. *Educação Social: Fundamentos e estratégias*. Coleção Educação e Trabalho Social. Portugal – Porto: Porto Editora, 2004.

CIAMPA, A.da C. “Identidade”. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 58-75.

_____. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

COSTA, G. “Identidade profissional do médico”. Carta ao Editor. Revista AMRIGS, Porto Alegre, 49 (1): 62-63, jan.-mar. 2005.

COSTA, J.F. (e outros). *O Desafio Ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DEJOURS, C. *A Banalização da Injustiça Social*. Trad. De Luiz Alberto Monjardim, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DEMO, P. “ESTUDAR NÃO É TER AULAS”.

In: <http://www.quadrante.com.br/Pages/serviços02.asp?id=290&categoria=Educacao>

Acesso: 06 de Novembro de 2007.

FAZENDA, I. *INTERDISCIPLINARIDADE: qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.

FERREIRA, A.B.de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

_____. *MINIAURÉLIO: O Dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª edição. Curitiba: Editora Positivo, 2005.

FRANCO, M.L.P.B. *Análise do Conteúdo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

GIESTA, N.C. *Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?* Araraquara: JM Editora, 2001.

GONÇALVES FILHO, J.M. “Humilhação Social – Um problema político em psicologia”. In: *Psicologia USP São Paulo*, v.9, n.2, p.11-67, 1998.

GONÇALVES, M.da G.M. “A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA DO SUJEITO E DA SUBJETIVIDADE: o debate pós-moderno”. In: BOCK, A.M.B. et al. *PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

GONDIM, S.M.G. “Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários”. *Estudos de Psicologia* 2002, 7 (2), 299-309.

GUIMARÃES, C.H. “O trabalho socioeducativo sob o olhar da Psicologia”. (texto 9). In: WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C. (Orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento*. (v.2). São Paulo: IEE - PUC – SP, 2004.

_____. “O grupo socioeducativo com famílias”. (texto 11). In: WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C. (Orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento*. (v.2). São Paulo: IEE - PUC – SP, 2004.

GUIMARÃES, V.S. *Formação de professores: Saberes, identidade e profissão*. 1ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2004.

JESUS, C.M.de. *QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

KAHHALE, E.M.P. (Org.). *A DIVERSIDADE DA PSICOLOGIA: Uma construção teórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KOGA, D. *MEDIDAS DE CIDADES: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LA TAILLE, Y. de. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* / Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

LIMA, S.M.M. de; HOPFER, K.R.; SOUZA-LIMA, J.E. de. “Complementaridade entre racionalidades na construção da identidade profissional”. *RAE-eletrônica*, v. 3, n.2, Art. 19, jul./dez.2004. <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&Seção=GESTREL&Volume=3&Numero=2&Ano=2004>.

MARTINELLI, M.L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MELUCCI, A. *O JOGO DO EU: A mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2004.

_____. *Por uma Sociologia Reflexiva: Pesquisa qualitativa e Cultura*. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MIOTO, R.C.T. “Ações socioeducativas em programas de transferência de renda”. (texto 4). In: WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C. (Orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento*. (v.2). São Paulo: IEE - PUC – SP, 2004.

MOLON, S.I. *SUBJETIVIDADE e CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO em VYGOTSKY*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, M.K. “O Problema da Afetividade em Vygotsky”. In: LA TAILLE, Y. de. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* / Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

_____. *VYGOTSKY: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

RIBEIRO, M. “Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. *PROFISSÃO: EDUCADOR SOCIAL*. Trad. Ernani Rosa. Porto alegre: Artmed, 2003.

RONZANI, T.M.; RIBEIRO, M.S. “Identidade e Formação Profissional dos Médicos”. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA*. Rio de Janeiro, v.27, nº3, set./dez. 2003. p.229-236.

ROSA, E.Z. e ADRIANI, A.G.P. “Psicologia Sócio-Histórica: Uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica”. In: KAHHALE, E.M.P. (Org.). *A DIVERSIDADE DA PSICOLOGIA: Uma construção teórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAWAIA, B. B. (org.). *AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*; tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SIMÕES NETO, J. P. *Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil/Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. "The hidden face of the income transference for youths in Brazil". **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Apr 2007. Pré-publicação

VIGOTSKI, Lev S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WANDERELY, M.B. e OLIVEIRA, I.I. de M.C - (orgs.). *Trabalho com famílias: Metodologia e Monitoramento*. (v.1). São Paulo: IEE - PUC – SP, 2004.

_____. *Trabalho com famílias: Textos de apoio*. (v.2). São Paulo: IEE – PUC – SP, 2004.

ZIMERMAN, D. e COLTRO, A.C.M. (orgs.) *Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica*. Campinas: Millennium, 2002.

*A pobreza é pintada
nas ricas telas de um artista
e tantas vezes leiloadas
como se fosse
apenas
uma obra de arte...*

Heidrich, G.

Anexos

Anexo 1
Instrumento Metodológico

INSTRUMENTO METODOLÓGICO

O presente INSTRUMENTO METODOLÓGICO é parte fundamental para a pesquisa de Mestrado em Psicologia da Educação, que está sendo realizada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), por Gerson Heidrich da Silva, sob orientação da Profª Drª Marta Kohl de Oliveira, cujo objetivo é verificar **como se constrói a identidade de Educador Social na sua prática cotidiana.**

Sua participação é de extrema importância. Ao responder este instrumental, você estará colaborando com um estudo que poderá respaldar possíveis intervenções nas condições de vida, de trabalho e de formação profissional do educador social, o qual muitas vezes vê-se privado de certos cuidados.

Importante colocar que o conteúdo deste Instrumental será analisado e poderá constar no documento final de nossa pesquisa de Mestrado. Em momento algum, no entanto, seu nome será exposto. Há, desde já, o compromisso assumido de resguardar sua privacidade. Solicitamos seus dados pessoais (nome, telefone e endereço eletrônico) apenas para garantirmos, caso seja necessário, contato posterior.

Grato.

Gerson Heidrich²⁷

Nome: _____ Data _____

Telefone(s): _____ e-mail: _____

²⁷ Gerson Heidrich – e-mail- psicopiq@uol.com.br - fones - (11) 50824905 e 71157511

INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Informações sobre o(a) Educador(a) Social:

Sexo: () masc. () fem. Bairro onde mora: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ nº Filhos: _____

Renda Familiar: () até R\$ 1.000,00 () R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00

() R\$2.001,00 a R\$3.000,00 () R\$3.001,00 a R\$5.000,00 () acima R\$ 5.001,00

Mora com quem? _____

Residência: () própria (quitada) () própria (não quitada) () alugada

() outro: Qual? _____

Formação:

1º Grau: () Escola Pública ou () Escola Privada

2º Grau: () Escola Pública ou () Escola Privada

Superior: Faculdade/Universidade () Pública ou () Privada

Qual? _____

Curso: _____ Ano de Formação: _____

Atividade:

-Há quanto tempo é Educador(a) Social? _____

- Nome da Organização onde trabalha: _____

_____ Bairro/Região: _____

- Condição: () funcionário (a) registrado(a) ; () prestador(a) de serviços ;

() voluntário(a) ; () outra: Qual? _____

Questionamentos:

1) O que o (a) levou a ser um (a) Educador (a) Social?

[illegible]

2) Pensando sua prática cotidiana como Educador(a) Social:

a- O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

b – O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?

3- Por quanto tempo você pretende trabalhar como Educador(a) Social? Por quê?

CARTAS

1ª) Escreva uma carta para um(a) colega de faculdade, o qual não vê há algum tempo, contando a sua experiência como Educador (a) Social.

[illegible]

2ª) A fim de preparar sua entrada em uma comunidade e desenvolver seu trabalho de Educador(a) Social, escreva uma carta a uma pessoa que vive em situação de risco social, expondo e oferecendo o trabalho que você desenvolve.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço.

[illegible]

Anexo 2**Declaração de Barcelona - 2001**

Declaração de Barcelona-2001

Documento elaborado pela Comissão Científica do XV Congresso Mundial da AIEJ~como síntese de todas as sessões de trabalho

Ética e qualidade Da acção socioeducativa

Pontos de partida

- . Agimos a partir da ideia de que a finalidade da acção educativa é capacitação dos sujeitos para a vida social. O nosso objectivo é conseguir a promoção e a participação social activa das pessoas, dos grupos e das comunidades com quem trabalhamos, para que compreendam os seus direitos e assumam as suas responsabilidades.
- . Reconhecemos a ética como elemento central da prática profissional e manifestamos a necessidade de trabalhar para que a ética oriente as nossas acções quotidianas.
- . É nossa obrigação definir um quadro mínimo de valores de referência para a profissão a partir dos quais seja possível interpretar a realidade e definir as características da prática: em relação a que e perante quem somos responsáveis.
- . Entendemos que a reflexão ética é uma tarefa permanente, de constante actividade criativa.
- . Actuamos com um sentido positivo e construtivo através da análise da realidade. É indispensável identificar as possibilidades e os limites de cada acção para não criar falsas expectativas.
- . Consideramos que é imprescindível um claro sentido autocrítico sobre o rigor técnico das nossas actuações, para lá dos condicionamentos exteriores que as possam determinar.
- . Partimos de uma imagem de profissional reflexivo, em permanente escuta, gerador de conhecimento, e recusamos a imagem do profissional estático que só é consumidor de conhecimento e que não favorece a criação de recursos de vida.
- . A formação permanente é indispensável para tratar os conflitos éticos: identificar as causas que os geram e as possíveis vias de abordagem.
- . É necessária flexibilidade para fazer face à incerteza que acompanha a vida profissional.

Acções e compromissos

- . Assumir individualmente a necessidade de incorporar princípios éticos e de qualidade no trabalho quotidiano do educador social.
- . Construir padrões, marcos de referência ou guias para abordar os conflitos éticos na prática quotidiana.
- . Continuar ou iniciar processos participativos de criação de códigos deontológicos.
- . Promover a educação social como uma resposta válida para as necessidades sociais, actuais e emergentes.
- . Articular o colectivo profissional através da criação de organizações representativas dos educadores sociais.
- . Fomentar, através de redes associativas, um diálogo permanente com a sociedade, a fim de ajustar as expectativas mútuas relativamente à resolução dos problemas sociais.
- . Contribuir com as organizações profissionais para o reconhecimento e valorização da profissão.
- . Dinamizar a comunicação entre diferentes organizações, suscitando um espírito de cooperação, e poder confrontar as condições da profissão nas diferentes partes do Mundo.
- . Adoptar uma posição crítica, de denúncia, perante as condições que violam os direitos humanos no Mundo, e promover acções efectivas para mobilizar o tecido social.

Anexo 3**Identificação e Perfil por Área de Formação - Quadros 1, 2, 3 e 4**

Quadro 1 - Educadores (as) Sociais da área de Psicologia

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a psicóloga do aprender</i>	<i>a psicóloga dos catadores</i>	<i>a psicóloga das famílias</i>	<i>o psicólogo do tempo</i> ²⁸
Bairro/moradia	V. Almeida	Brooklin	Pq. do Lago	Lauzane P.
Idade	35 anos	29 anos	26 anos	32 anos
Estado Civil	Separada	Casada	Solteira	Solteiro
Nº de filhos	Zero	Um	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	Acima de R\$ 5.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
Mora com	Mãe	Marido e filho	Os pais	Mãe e irmão
Residência	Própria/quitada	Alugada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Escola Privada
Formação 2º G.	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Escola Pública
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2004	2001	2004	2000
Educador Social há	Dois anos	Cerca de três anos	Dois anos	Cerca de quatro anos
Organização	ONG	ONG	ONG	Atuava em ONG
Vínculo	Func. Registrada	Prest. De serviços	Func. Registrada	Era funcionário registrado
Desde	Janeiro/2006	Julho/2003	Janeiro/2006	Setembro/2005
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	40h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Catadores de material reciclado	Famílias em risco social	Famílias, cças e adolescentes que trabalham na rua
Local onde atende	Locais cedidos pela comunidade	Na organização	Associação de Bairro	Na rua e visitas domiciliares

²⁸ Durante o período de preenchimento do instrumento, *o psicólogo do tempo* encontrava-se recém desligado da ONG na qual desenvolvia seu trabalho.

Quadro 2 – Educadores (as) Sociais da área de Serviço Social

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>a assistente social das famílias</i>	<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>a assistente social satisfeita</i>
Bairro/moradia	Rio Bonito	Jd. Iporã	Horto Florestal	Tremembé
Idade	44 anos	30 anos	35 anos	32 anos
Estado Civil	Casada	Casada	Solteira	Solteira
Nº de filhos	Um	Dois	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00
Mora com	Marido e filha	Marido e filhos	Mãe, irmã e dois sobrinhos	Pais
Residência	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Escola Pública	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação 2º G.	Escola Pública	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2004	2001	1997	1996
Educ. Social há	Quatro anos	Quatro anos	Onze anos	Seis anos
Instituição / Organização	ONG	ONG	Privada	Privada
Vínculo	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrado
Desde	Janeiro/2006	Janeiro/2006	Setembro/2005	Fevereiro/2006
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	44h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Famílias em risco social	Cças, adolesc., jovens e adultos em situação de vulnerabilidade	Famílias em risco social
Local onde atende	Assoc. de Bairro; Igreja; Sede da Organização.	Igrejas; Assoc. de Bairro; Locais Cedidos.	Sede da Organização	Espaços cedidos na comunidade; Posto avançado no Capão Redondo

Quadro 3 – Educadores (as) Sociais da área de Pedagogia

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a pedagoga das famílias</i>	<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>a pedagoga das crianças</i>
Bairro/moradia	Campo Limpo	Jardim Emilia	Pq. Itararé
Idade	26 anos	31 anos	27 anos
Estado Civil	Solteira	Casada	Casada
Nº de filhos	Zero	Um	Um
Renda familiar	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	Até R\$ 1.000,00
Mora com	Pais	Marido e filha	Marido e filha
Residência	Própria/quitada	Própria/quitada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação 2º G.	Não respondeu	Escola Pública	Não respondeu
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	2001	2005	2003
Educador Social há	Dois anos	Doze anos	Quatro anos
Organização	ONG	ONG	ONG
Vínculo	Func. Registrada	Func. Registrada	Func. Registrada
Desde	Janeiro/2006	1994	2002
Carga horária	40h Semanais	40h Semanais	30h Semanais
Público que atende	Famílias em risco social	Crianças de 3 a 6 anos	Crianças de 6 anos
Local onde atende	Associação de Bairro; Visitas domiciliares	Sede da Organização	Na Organização

Quadro 4 – Educadores (as) Sociais das áreas de Artes Plásticas, Ciências Sociais, Jornalismo e Ciências Contábeis

Pseudônimos→ Perfil ↓	<i>a artista plástica</i>	<i>o cientista social</i> ²⁹	<i>a jornalista</i>	<i>a cientista contábil</i>
Bairro/moradia	Pompéia	Jd. Independência	Paraíso/Aclimação	Pq. Stª Amélia
Idade	38 anos	38 anos	23 anos	44 anos
Estado Civil	Solteira	Solteiro	Solteira	Solteira
Nº de filhos	Zero	Zero	Zero	Zero
Renda familiar	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
Mora com	Amiga	Mãe	Namorado	Mãe
Residência	Alugada	Própria/quitada	Alugada	Própria/quitada
Formação 1º G.	Escola Pública	Escola Pública	Escola Privada	Escola Pública
Formação 2º G.	Escola Pública	Escola Pública	Escola Privada	Escola Pública
Formação Superior	Univers. Privada	Univers. Pública	Univers. Privada	Univers. Privada
Ano Form. Sup.	1992	2001	2004	1994
Educador Social há	Vinte anos	Cinco anos	Dois anos	Quatro anos
Instituição / Organização	Privada	Nenhuma no momento	Públ/Priv/ONG	ONG
Vínculo	Prest. Serviços	Nenhum	Prest. Serviços	Prest. Serviços
Desde	Janeiro/2006	Janeiro/2006	2004	2002
Carga horária	11h Semanais	00h Semanais	8h Semanais	40h Semanais
Público que atende	Adolesc. / jovens entre 15/18 anos, cumprindo semi liberdade / L.A.	Cças/adolesc. em vulnerabilidade; Adolesc. em L.A.	Adolesc. interno da FEBEM; L.A./PSC; adolesc. em risco; adolesc. escola particular	Adolescente
Local onde atende	Na Organização.	Rua; Sede das Organizações	FEBEM; Posto L.A.; Escola; Comunidade;	Associação de Bairro

²⁹ Durante o período de preenchimento do instrumento, *o cientista social* encontrava-se recém desligado da Organização na qual desenvolvia seu trabalho.

Anexo 4**Categorias de Análise****“Tabulação das Questões Abertas do Questionário”**

Categorias de Análise

Salário → Educadores Sociais ↓	Satisfeito(a) com remuneração/salário? Por quê?
<i>a psicóloga do aprender</i>	NÃO , “O trabalho social não restringe-se apenas ao atendimento da demanda, vai além, pois exige do profissional contínua capacitação onde se faz necessário, entre outras coisas, revisão e atualização de conceitos e métodos de trabalho, pesquisa permanente, avaliação de resultados e principalmente supervisão. O salário destinado ao profissional mal permite a quitação de suas despesas mensais e ainda se vê na condição de ter que usar o mesmo para realizar o trabalho, pois muitas vezes não lhe são fornecidos recursos suficientes (transporte, saúde, etc). Como o profissional pode almejar capacitar-se? Contudo, a insatisfação está ligada diretamente à desvalorização tanto do trabalho como do profissional que o desenvolve.”
<i>a psicóloga dos catadores</i>	NÃO , “Acho que o salário é muito baixo pelo investimento profissional que despendo. Tenho sempre que me atualizar, fazer cursos (que são caros) e o salário continua o mesmo desde que entrei aqui (3 anos atrás). Sinto que não é uma questão exclusiva minha. O custo de vida, em geral, é muito caro e o salário não acompanha.”
<i>a psicóloga das famílias</i>	NÃO , “Não corresponde ao trabalho desenvolvido, pois este tipo demanda muito tempo do funcionário, uma vez que mesmo estando fora do horário do trabalho tem-se que desenvolver outras atividades (relatórios, planejamentos, etc) e a verba para a área social está defasada.”
<i>o psicólogo do tempo</i>	NÃO , “Como já relatei, não estou mais efetuando o trabalho, mas eu não estava satisfeito. O trabalho exigia um conhecimento acadêmico como também uma experiência prática. Mesmo sabendo disso, os contratantes insistiam que a formação acadêmica não era tão necessária. Posteriormente começaram aceitar que o salário era baixo, mas a instituição não tinha condição de pagar mais e também alegava que o valor era o mesmo do mercado. Enfim! O educador social é pessimamente remunerado. O mercado não diferencia o educador social com ou sem nível superior.”

Salário → Educadores Sociais ↓	Satisfeito(a) com remuneração/salário? Por quê?
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	NÃO , “Porque trabalhamos em áreas consideradas perigosas onde o tráfico de drogas impera. O outro fato é a condição de trabalho que não nos favorece, pois muitas vezes temos que arcar com os custos com transporte, alimentação etc. Por vezes, não temos uma sala com o mínimo para o trabalho. O salário não é pago em dia. Este fato causa desequilíbrio na equipe como um todo.”
<i>a assistente social das famílias</i>	NÃO , “Porque diante de todo trabalho desenvolvido e do baixo salário – apesar deste encontrar-se dentro da média salarial – de certa forma nós educadores sociais acabamos tirando dinheiro do bolso para fazer o trabalho (locomoção, encaminhamentos, visita à Organizações, etc.)”
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	NÃO , “Atualmente o meu salário está acima da média paga para o Assistente Social no mercado, no entanto, é um baixo salário considerando a amplitude do trabalho e as exigências no que se refere aos aspectos emocionais e subjetivos que ele requer do profissional. Os profissionais liberais atuantes da área social tendem a ser mal remunerados o que revela a desvalorização do profissional e o descaso que é tratada a ‘questão social’ no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo.”
<i>a assistente social satisfeita</i>	SIM , “Em pouco mais de dois anos mudei diversas vezes de emprego, com o mesmo nível de responsabilidade, porém com salários diversos. Até março de 2004 tinha o cargo de educadora social de referência com salário de R\$ 1900,00. Com o encerramento do convênio com a SAS, o projeto foi reduzido de modo que busquei oportunidade de trabalho em outra organização. Nesta organização fui assistente social, realizando trabalhos sócio-educativos com famílias e coordenando a equipe técnica com salário de R\$ 1580,00. Voltei a trabalhar na organização anterior com a mesma função de educadora social de referência por R\$ 2.200,00. Como a parceria com o instituidor do projeto não avançou, fui demitida e recontratada pelo instituidor para dar continuidade às ações por R\$ 2600,00. Este mês recebi um aumento e fiquei surpresa com o valor de R\$ 4000,00, pois sei que é difícil ter esse salário no Terceiro Setor, mas comparado a outros setores é um salário razoável pelo nível de responsabilidade.”

Salário → Educadores Sociais ↓	Satisfeito(a) com remuneração/salário? Por quê?
<i>a pedagoga das famílias</i>	NÃO , “Devido ser um trabalho que exige muito do profissional, e o retorno é aos poucos mas se diminuíssem a carga horária já amenizava bastante.”
<i>a pedagoga satisfeita</i>	SIM , “O trabalho de um educador social envolve muitas questões que superam a parte financeira, pois nesse período que estou trabalhando nessa entidade já recebi outras propostas de emprego com salários bem superiores do que recebo, no entanto, por estar envolvida e satisfeita, isso não faz diferença. Prefiro continuar fazendo o que gosto, pois me realiza profissionalmente e pessoalmente, do que Ter um salário alto e sentir-me vazia.”
<i>a pedagoga das crianças</i>	NÃO , “Porque o nosso salário é pouco pelo trabalho que desenvolvemos. Se eu estivesse pensando no salário não iria me sujeitar a trabalhar nesta organização. Estou aqui por que gosto de contribuir com a aprendizagem das nossas crianças.”

Salário → Educadores Sociais ↓	Satisfeito(a) com remuneração/salário? Por quê?
<i>a artista plástica</i>	SIM , “Mesmo que eu não tenha vínculo empregatício conheço poucos profissionais que atuam com educação não formal que recebam salário equivalente. Porém procuro estar alerta: essa área é muito instável e um salário razoável hoje pode não existir amanhã.”
<i>o cientista social</i>	NÃO , “Já tive a oportunidade de atuar em diversos projetos como Educador Social e a remuneração oferecida geralmente não condiz com as exigências do trabalho a ser desenvolvido e com o nível de formação considerado necessário para atuar nos projetos. As atividades a serem desenvolvidas exigem do Educador Social uma sólida formação educacional e pedagógica. Ou seja, ter formação universitária (ao menos graduação) e vasta experiência em atividades de caráter educacional voltadas à formação cidadã dos indivíduos. A atuação em projetos implantados nas periferias também é muito valorizada. Em um processo de seleção geralmente o entrevistador procura deixar claro o fato do projeto ser realizado na periferia da cidade de São Paulo, normalmente identificada como ‘fundão’. É comum o entrevistador utilizar a seguinte frase ao se referir ao local onde o projeto está sendo desenvolvido; ‘O projeto ocorre lá no fundão da Zona Leste, na Cidade Tiradentes’. Percebi também que para o entrevistador é importante avaliar o quanto se está familiarizado com a situação das periferias e qual o grau de facilidade de dialogar com a população destas regiões que o Educador Social possui. No que diz respeito à comunicação percebo que além de ser capaz de estabelecer um bom diálogo com o público

<p>(Continuação)</p> <p>o cientista social</p>	<p><i>alvo do projeto, o Educador Social também tem que ser capaz de dialogar com a coordenação do projeto, fato que exige dele boa capacidade de síntese e um bom conhecimento dos temas que geraram as diretrizes que são a base do projeto no qual está envolvido. Nos projetos em que trabalhei, por exemplo, era importante ter bons conhecimentos sobre Direito Humanos, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Medidas Sócio-Educativas, Cooperativismo, Empreendedorismo, Políticas Públicas, entre outros. Por fim, também se valoriza muito o grau de conhecimento que o Educador Social possui com relação as diferentes linguagens da informática. Apesar de atender a várias destas exigências, muitas vezes senti que a remuneração recebida não condizia com o perfil exigido para atuar no projeto. Já atuei em projetos que exigiram toda essa formação e que ofereciam uma remuneração de R\$ 600,00. Neste caso, a proposta era de atuar em um curso de formação que só aconteceria no último final de semana de cada mês durante seis meses. No entanto, existia um trabalho de acompanhamento e de sistematização de informações que tomava pelo menos três dias da semana. Em outro projeto a remuneração informada durante a entrevista era de R\$ 2000,00 e passou para R\$ 1450,00 por conta dos descontos a serem efetuados. Este salário era referente a seis horas de trabalho diário, aliás, este é um outro ponto interessante, pois nunca se trabalha o que está previsto. Se a carga horária prevista é de seis horas por dia, geralmente acaba passando para oito horas e acabam surgindo os trabalhos de final de semana que geralmente não são pagos, pois não há previsão de horas extras no orçamento do trabalho. No que se refere ao orçamento, gostaria de destacar o fato de que na maioria dos projetos em que atuei não é prevista uma verba para locomoção ou alimentação do educador social, o que acaba tornando a remuneração mais baixa ainda. Neste ano e no ano passado percebi que muitos Educadores Sociais não apresentam todas as qualificações exigidas inicialmente pelo edital de contratação. Foi possível perceber que este fato gera problemas no bom andamento dos projetos. É possível ilustrar este fato com a seguinte situação; em uma reunião de trabalho foi levantado o fato da Prefeitura de São Paulo estar fazendo uso de políticas higienistas para lidar com a população de rua da cidade. Citou-se o fato das Subprefeituras estarem retirando e quebrando os 'carrinhos' utilizados pelos moradores alojados sob os viadutos com o objetivo de afasta-los daquela região. Apesar da indignação da maioria do grupo, um dos educadores presentes perguntou se esta ação não ocorria por conta dos problemas com tráfico de drogas, mesma justificativa utilizada pela prefeitura. Penso que um Educador Social experiente não concordaria com esta ação das Subprefeituras e não levantaria este tipo de questionamento. Talvez este fato tenha ligação com a remuneração oferecida, que por ser baixa, acaba dificultando o preenchimento de todas as vagas oferecidas. O diálogo que utilizei como exemplo ocorreu na reunião pedagógica de um projeto que oferecia R\$ 600,00 por 20hs de trabalho semanais."</i></p>
<p>a jornalista</p>	<p>NÃO, "Normalmente recebo por hora/aula e essa quantia paga a minha hora/aula –suficientemente - porém não computa os gastos com alimentação e transporte, sendo assim, insuficiente."</p>
<p>a cientista contábil</p>	<p>NÃO, "Não eu acho que os educadores sociais deveriam ser melhor remunerados e reconhecidos."</p>

Escolha → Educadores Sociais ↓	O que o (a) levou a ser um (a) Educador (a) Social?
<i>a psicóloga do aprender</i>	<i>“A princípio a possibilidade de trabalhar dentro da área profissional escolhida, posteriormente pelo aprendizado e o gosto pelo trabalho.”</i>
<i>a psicóloga dos catadores</i>	<i>“Sempre trabalhei com isso desde a época em que era estudante. Me identifico muito com questões políticas e a prática que envolve as pessoas em situação de ‘risco social’.”</i>
<i>a psicóloga das famílias</i>	<i>“Estágios realizados durante a faculdade despertaram o interesse pela área.”</i>
<i>o psicólogo do tempo</i>	<i>“Acredito que tenha uma motivação idealista de desejar um mundo melhor. Para isso, penso que, para que eu tenha uma vida melhor, tenho que ter outras pessoas ao meu lado para fazer coro em possíveis reivindicações e lutas para um coletivo. Existe também o fato de eu ter um jeito de ser, de gostar de refletir e discutir o ocorrido e o que pode ser feito nas diversas situações do cotidiano. Sou uma pessoa crítica e que procura fazer a diferença.”</i>

Escolha → Educadores Sociais ↓	O que o (a) levou a ser um (a) Educador (a) Social?
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>“A indignação diante das diferenças sociais e o acreditar que eu podia fazer alguma coisa para mudar essa realidade.”</i>
<i>a assistente social das famílias</i>	<i>“Primeiramente a minha formação e o convite de um professor. Posteriormente o gosto pelo trabalho de propiciar informações e orientações sobre direitos e deveres aos que os desconhecem.”</i>
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>“Eu pensava ser jornalista prestei vestibular e não fui aprovada, na época eu tinha 19 anos, comecei a trabalhar e no meu cotidiano eu me identificava com causas sociais, justiça social, cidadania, igualdade social etc. Esta característica pessoal já se apresentava em minha infância em diversas situações quando eu já era a favor dos oprimidos, contra preconceito e exclusão. Aos 23 anos entrei na Faculdade de Serviço Social PUC-SP e com 25 anos comecei a trabalhar na área social.”</i>
<i>a assistente social satisfeita</i>	<i>“Sempre gostei de lidar com pessoas e sem um planejamento muito elaborado decidi fazer serviço social. Empolgada com os relatos de uma colega que estava cursando o último ano. Comecei trabalhando na área social como assistente social na FEBEM. Quis buscar outro trabalho e a oportunidade que encontrei foi de educadora social, na época, em 2000, com o mesmo salário da FEBEM (R\$ 1.270,00). Percebi maiores possibilidades de resultados e qualidade de trabalho sendo educadora do que como assistente social, pois a organização do trabalho mais flexível, com espaços de discussão, supervisão, equipamentos eletrônicos, materiais pedagógicos. A motivação e criatividade fluíam.”</i>

Escolha → Educadores Sociais ↓	O que o (a) levou a ser um (a) Educador (a) Social?
<i>a pedagoga das famílias</i>	<i>“Um convite de um amigo onde sua mãe trabalha com projetos sociais e fui por curiosidade e desafios, pois antes trabalhava como educadora de escolas particulares.”</i>
<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>“Ao concluir o magistério em 1993, tive como primeira proposta de emprego o de educadora social em uma organização social, confesso que até então não conhecia claramente essa função. O trabalho desenvolvido durante esses anos fez com que torna-se (sic) me cada vez mais interessada e por que não dizer ‘apaixonada’ pelo ofício.”</i>
<i>a pedagoga das crianças</i>	<i>“Num primeiro momento é por que eu gosto muito de crianças e de lhe dá (sic) com o público. Então escolhi esta profissão à partir do momento que tive uma filha que por sinal é’ linda’. Senti então a necessidade de trabalhar um horário acessível para dar a ela um tempo maior para nos conhecermos melhor.”</i>

Escolha → Educadores Sociais ↓	O que o (a) levou a ser um (a) Educador (a) Social?
<i>a artista plástica</i>	“Contingências.”
<i>o cientista social</i>	<p>“Minha primeira formação é de Professor de Ensino Fundamental I, pois fiz o curso de magistério no colegial. Desde aquela época eu acreditava que a educação possuía um papel muito importante no que diz respeito à transformação da vida das pessoas. Tive a oportunidade de lecionar na rede pública municipal e estadual por dez anos e infelizmente a cada ano que passava eu percebia que o modelo de educação oferecido pelo poder público estava distante do que eu acreditava ser ideal. A postura dos colegas de trabalho também deixava muito a desejar, pois não havia por parte da maioria deles interesse em lutar por mudanças na política educacional. Por conta desta situação resolvi abandonar o magistério e buscar trabalhos voltados a área de educação, mas que se afastassem do modelo educacional executado nas escolas públicas. Cito aqui somente as escolas públicas, pois foi nelas que trabalhei. Embora eu receba muitas informações sobre o funcionamento das escolas particulares, não possuo experiência para fazer críticas ao modelo de educação que estas escolas seguem. Enfim, nesta busca por novas experiências na área de educação acabei tendo a oportunidade de atuar em projetos que tinham como objetivo trabalhar o indivíduo na sua totalidade e a partir da realidade em que está inserido. Foi aí que descobri que havia me tornado Educador Social. Vale lembrar que a experiência adquirida nos anos de trabalho na rede pública se demonstrou de muita importância para atuar nestes projetos. Tal experiência possibilita manter um diálogo muito próximo com professores, alunos, pais, entre outros sobre as questões que dizem respeito à escola e a educação.”</p>
<i>a jornalista</i>	<p>“Quando entrei na Universidade de Jornalismo já gostava da área da Educação, porém meu curso não tem licenciatura. No momento de realizar o TCC, meu grupo queria fazer algo diferente, não simplesmente um produto jornalístico. Decidimos montar um jornal com os jovens da FEBEM, realizado por eles. Acredito que isso uniu a minha tendência à área da Educação – sem a qual acredito que não possa haver mudanças – e a possibilidade de realizar um <u>processo</u> e não simplesmente um produto comunicativo.”</p>
<i>a cientista contábil</i>	<p>“Stress, 20 anos de profissão e por recomendação médica teria que mudar de ambiente profissional. Aí fui ser voluntária na Adm da Assoc. Fui ficando e gostando, e hoje estou a (sic) 4 anos como educadora social.”</p>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?
a psicóloga do aprender	<p>“- O fato de a cada dia estar diante de uma nova realidade e um novo desafio; - Poder fazer uso da profissão para propiciar melhora na qualidade de vida das pessoas; - aprender, aprender, aprender”</p>
a psicóloga dos catadores	<p>“Os indicadores de ‘melhoras’. A evolução do sujeito atendido. A redefinição do seu sujeito, da sua individualidade. O recomeço da sua história... O reconhecimento de sua identidade, antes camuflada. O renascimento da pessoa. O vínculo estabelecido – temporário – mas necessário em seu momento. A transformação desse vínculo: na entrada, no meio e na saída.”</p>
a psicóloga das famílias	<p>“O retorno que é dado pelos atendidos, mesmo que uma parcela pequena, faz com que eu fique satisfeita, pois tais atendidos vêem como positivo o trabalho social.”</p>
o psicólogo do tempo	<p>“Faz-me muito feliz, ver que através do meu trabalho, o outro passa a tomar a frente de sua vida, modificando significamente (sic) o seu modo de agir no mundo. Visualizo isso em diversas passagens do meu trabalho, e vou contar uma delas. Havia uma senhora freqüentadora de um dos grupos que coordenei, que era vendedora de cosméticos. Esta senhora vendia estes produtos com o mesmo valor para quem pagava a vista ou a prazo (dias depois, dependendo do combinado). O que acontecia era que ela passou por vários apertos por conta de calotes que recebia. As pessoas compravam e depois ela ficava a mercê desta pessoas para conseguir receber. Ela contou es (sic) situação em uma das discussões em grupo. As pessoas do grupo questionaram essa senhora, pois desta forma que ela vinha conduzindo seu trabalho, ela não estava conseguindo ter dinheiro para repor mercadoria e nem para fazer suas coisas pessoais. A senhora em questão não via solução para o seu problema. Discutimos este e outros assuntos neste encontro. As outras pessoas falaram, sugeriram, contaram como enfrentam os seus problemas ou também questionaram como resolver os seus problemas. Posteriormente, meses depois, esta senhora conta que modificou suas vendas. Continuava a vender a prazo, só que agora com preços diferenciados. A vista é um preço, a prazo tem tanto de juros. A satisfação está em ver que a conversa teve seu resultado. Indiretamente, o que eu propuz (sic), no tempo do Δ (indivíduo), ele pode refletir sobre o seu fazer no mundo.”</p>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>“É poder propor alternativas de ação, contribuindo para que a população tenha acesso a serviços sociais básicos, na perspectiva de efetivação da cidadania.”</i>
<i>a assistente social das famílias</i>	<i>“Poder propiciar ao público alvo, escuta, acolhida, encaminhamentos e busca de direitos, auto estima e autonomia, assim como a constatação da melhora da qualidade de vida desse mesmo público e minha também.”</i>
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>“Sinceramente fico feliz com resultados que para outras pessoas ou melhor grande parte da sociedade é indiferente, como o simples fato da pessoa atendida ter autonomia para providenciar seus documentos, conseguir trabalho, ganho na auto estima etc. Quando supera suas limitações e amplia as condições de cidadania. Tudo isso me traz momentos de satisfação.”</i>
<i>a assistente social satisfeita</i>	<i>“Seriiedade e compromisso da organização com o público atendido; Espaço físico adequado para a realização das atividades; Equipamentos eletrônicos em bom estado (computador, telefone, fax, máquina fotográfica para registrar o trabalho, som, vídeo e TV para as atividades, etc.); Disponibilidade de materiais pedagógicos; Espaços interdisciplinares de discussão do trabalho; Supervisão do atendimento; Espaços de construção, sistematização de conhecimento/formação; Envolvimento do público atendido na construção das ações; Ambiente de trabalho tranqüilo; Equipe comprometida; Salário que atenda as necessidades de sobrevivência e conforto;”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?
<i>A pedagoga das famílias</i>	<i>“O retorno das famílias. Ex: Um sorriso, um obrigado você me ajudou muito, nunca ninguém para (sic) para me ouvir.”</i>
<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>“Muitos aspectos envolvem a prática e rotina de um educador social, no entanto, acontecem fatos que marcam esse processo, como o desenvolvimento integral das crianças e a valorização das famílias no trabalho em foco. Algo que me deixa muito satisfeita é quando ao fazer a entrevista para matrícula os familiares destacam comentários como: ‘tive ótimas referências dessa entidade’, ‘me disseram que aqui é muito bom’ entre outros comentários, que contribuem cada vez mais a continuar caminhando.”</i>
<i>a pedagoga das crianças</i>	<i>“A gratidão, o respeito e o carinho que as crianças tem por mim. Um dia destes recebi um bilhete de uma das crianças me agradecendo por ter ensinado à ela a escrever e a ler. Isto é muito gratificante, pois a criança transmite muita sinceridade. Isto é o que me faz sentir satisfeita, poder ajudar quando eles mais precisam.”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se satisfeito (a)?
<i>a artista plástica</i>	<i>“Observar o quanto os alunos se predispõem a aprender se mobilizam para criar e transformar.”</i>
<i>o cientista social</i>	<i>“Perceber que foi possível estabelecer um canal de comunicação onde todas as opiniões são respeitadas e discutidas, sem a necessidade de se estabelecer critérios que classifiquem as opiniões como certas ou erradas. Também fico feliz quando percebo que o conhecimento prático e teórico que vou adquirindo com o passar do tempo se mostra útil para que as pessoas com quem estou trabalhando possam avaliar a realidade em que estão inseridas e pensar nas possibilidades de transformação da mesma.”</i>
<i>a jornalista</i>	<i>“Toda vez que percebo que o meu trabalho traz coisas positivas às pessoas com quem desenvolvo a proposta. Toda vez que vejo mudanças (desde pequenas como alteração no olhar, na postura, na forma de se comunicar, até grandes, na forma de organização de um grupo, questionamentos, reflexões, posturas críticas.). Quando vejo melhora em alguma coisa.”</i>
<i>a cientista contábil</i>	<i>“Os resultados, a mudança de comportamento dos meus alunos, o reconhecimento das famílias. E a realização pessoal, gosto muito do que faço.”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?
<i>a psicóloga do aprender</i>	<i>“Salário; Falta de recursos para o desenvolvimento do trabalho; Falta de investimento e descontinuidade dos programas sociais, o que gera; Descrença da população.”</i>
<i>a psicóloga dos catadores</i>	<i>“Interesses políticos, que nada mais são, do que interesses pessoais, que não casam com a prática. Decisões que são realizadas em reuniões fechadas, por pessoas que desconhecem a prática, desvalorizando ou mesmo, desconsiderando as pessoas afetadas.”</i>
<i>a psicóloga das famílias</i>	<i>“A falta de respaldo do poder público para as demandas levantadas através do atendimento. ”</i>
<i>o psicólogo do tempo</i>	<i>“O atropelo do processo, do trabalho. Acredito que tudo tem um tempo para acontecer. As vezes estes atropelos podem dificultar mais ainda o trabalho. Ex.: Em um trabalho com crianças de mais ou menos dez meses, estava ensinando (acompanhando) um bebê que começava a apreender (sic) como subir escadas. Como já falei, o respeito ao tempo do outro é primordial. Estava eu acompanhando este bebê, quando outro educador passa a minha frente e carrega a criança alegando que a instituição não tinha tempo para esperar a criança fazer todo o processo. Acredito que quando se propõe uma intervenção, tem que se saber que tal ação levará um tempo para acontecer e por isso o respeito ao tempo do outro é necessário.”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>“É reconhecer que no trabalho social existem limites. Estes limites estão nos vários segmentos: saúde, educação, etc. Ele também aparece nas redes, pois muitas delas ficam baseando seu trabalho apenas na competição. Outro exemplo é o caso da saúde. É direito ser bem atendido, ter o médico para atender etc..., muitas vezes falamos desse direito, porém para o médico que está atendendo também não é fácil, pois trabalha sem medicamentos, sem algodão, quer dizer, sem condições para dar o mínimo de qualidade a população.”</i>
<i>a assistente social das famílias</i>	<i>“A descrença da população ao trabalho, devido a dificuldade de acesso aos serviços públicos. A falta de contínuas políticas públicas. Não conseguir transmitir às pessoas atendidas que existem possibilidades.”</i>
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>“Falta de preparo dos profissionais; O desmonte/falta de Políticas Públicas de Assistência Social; A falta de recursos públicos/privados; A falta de comunicação entre os setores que atuam na área social; A falência da Educação e Saúde Pública; A demagogia do Terceiro Setor; Tudo isso me traz insatisfação, desgaste, desânimo e muitas vezes me faz pensar até que ponto o meu trabalho tem significado/valor sinto-me impotente.”</i>
<i>a assistente social satisfeita</i>	<i>“Falta de compromisso da organização com o público atendido e resultados qualitativos; Falta de condições adequadas de trabalho, o que o torna improdutivo e estressante; Faltam (sic) de definição sobre o foco, metodologia, planejamento, monitoramento e avaliação; Atividades burocráticas sem objetivos claros; Baixa remuneração; Carga horária extensa; Decisões que desconsideram a realidade do trabalho; Falta de compromisso da equipe; Falta de alinhamento na realização das ações; comunicação truncada; Falta de espaços de discussão, formação e supervisão.”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?
<i>A pedagoga das famílias</i>	<i>“Quando não tenho um respaldo de alguma situação problema. Ex.: Fome.”</i>
<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>“A desvalorização do nosso trabalho por parte daqueles que recorrem a nós atribuindo-nos todas as tarefas e cobranças principalmente em educar as crianças, não tornando-se (sic) parceiros integrantes desse processo que precisa ser construído em conjunto (família/escola/educadores).”</i>
<i>a pedagoga das crianças</i>	<i>“O salário que é muito baixo; O próprio setor da educação não consegue reconhecer e nem valoriza o trabalho do educador; A falta de incentivo (sic) por parte dos pais na hora das crianças desenvolver as atividades. ‘Compromisso’; Falta de qualificação dos educadores quando tem-se um aluno especial. (Precisamos de verbas para nos qualificar).”</i>

Prática → Educadores Sociais ↓	Pensando sua prática cotidiana como Educador (a) Social: O que o (a) faz sentir-se insatisfeito (a)?
a artista plástica	<p><i>“Perceber o quanto a sociedade, de maneira geral, age contra toda e qualquer possibilidade de transformação/reforma das desigualdades sociais. O incentivo ao consumo, a promoção de padrões de beleza e a estigmatização de grupos étnicos são algumas das formas de manter e legitimar tais desigualdades.”</i></p>
o cientista social	<p><i>“Fico insatisfeito quando não consigo alcançar a situação que expus na questão anterior. Até agora, isto só ocorreu uma vez, há uns três anos. Atuei em um projeto voltado para um público com idade entre 16 e 24 anos que tinha como objetivo ensinar estes jovens a realizar algum tipo de projeto social que pudesse causar mudanças na realidade da região em que moravam. Entrei no projeto cheio de idéias de como alcançar este objetivo, mas nenhuma desta idéias mobilizou os jovens. Isto porque, para os jovens foi explicado que participar deste projeto auxiliaria na inserção dos mesmos no mercado de trabalho, o que não era verdade. Quando perceberam este fato, a maioria deles ficou desmotivada e passou a freqüentar as aulas somente para garantir o recebimento da bolsa a que tinham direito, desde que, garantissem frequência nas aulas. Infelizmente apenas alguns jovens levaram a frente a idéia de realizar um projeto social. Fiquei frustrado com esta experiência, que ao meu ver (sic), foi causada pela má informação passada aos jovens pela instituição mantenedora do projeto.”</i></p>
a jornalista	<p><i>“Burocracia para realizar certos trabalhos; a paciência histórica que se tem que ter para conseguir coisas simples como levar um grupo para um museu; a luta que é para se conseguir material, por exemplo; quando vejo que existem questões tão profundas que minha atuação é algo tão sutil que quase não se percebe.”</i></p>
a cientista contábil	<p><i>“A falta de dinheiro, em relação a minha profissão anterior não dá para manter o mesmo padrão, carro, lazer, viagem, uma nova formação a área da educação, poder comprar livros, materiais de artes, artesanato.”</i></p>

Tempo → Educadores Sociais ↓	Por quanto tempo você pretende trabalhar como Educador (a) Social? Por quê?
<i>a psicóloga do aprender</i>	<i>“Enquanto me entender como tal. Uma vez educador social, sempre educador social desde que possa acreditar no próprio trabalho, aprimorando-o e buscando resultados positivos.”</i>
<i>a psicóloga dos catadores</i>	<i>“Não sei ao certo responder essa questão. Talvez a vida toda. Gosto de Projetos Sociais e meu perfil é para trabalhar nisso. Tudo depende das oportunidades que surgirão.”</i>
<i>a psicóloga das famílias</i>	<i>“Pretendo continuar na área social, pois me identifico com o trabalho que desenvolvo, porém não tem como determinar um tempo, pois isso dependerá em parte da oferta de serviços na área. Pretendo cada vez mais me especializar nesta área.”</i>
<i>o psicólogo do tempo</i>	<i>“Acho que não muito tempo. O trabalho na área social é muito incerto, desgastante, e mal remunerado. Não sei precisar quanto tempo vou ficar.”</i>

Tempo → Educadores Sociais ↓	Por quanto tempo você pretende trabalhar como Educador (a) Social? Por quê?
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<i>“Hoje, eu penso que para sempre. Amanhã, eu não sei...”</i>
<i>a assistente social das famílias</i>	<i>“Enquanto acreditar no meu trabalho e vê (sic) resultados.”</i>
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<i>“No momento não posso prever por ‘+’ quanto tempo pretendo trabalhar como educadora social, toda a minha formação profissional é voltada para área social, aliás muito da minha vida é voltada para o social, meus amigos, minhas leituras, viagens etc... É difícil!!! Mas se eu pudesse escolher eu optaria por exercer outra atividade profissional que fosse bem remunerada como na área comercial. Paralelamente desenvolveria atividades lúdicas com pessoas, crianças, adultos, adolescentes etc... em situação de vulnerabilidade social. Estou cansada de encarar tanto sofrimento cotidianamente, tanta desesperança... PS: às vezes sinto-me num dilema mudar x prosseguir...”</i>
<i>a assistente social satisfeita</i>	<i>“Estou direcionando minha carreira mais para a área administrativa, fiz especialização em Administração do Terceiro Setor e aos poucos estou me afastando do atendimento direto. Todavia, não pretendo ter um afastamento total para não perder a compreensão da dinâmica do trabalho e poder dar um bom suporte para a equipe.”</i>

Tempo → Educadores Sociais ↓	Por quanto tempo você pretende trabalhar como Educador (a) Social? Por quê?
<i>A pedagoga das famílias</i>	<i>“Quanto tempo for necessário.”</i>
<i>a pedagoga satisfeita</i>	<i>“Ainda não parei para refletir seriamente sobre esse assunto, no entanto, pretendo estar envolvida nesse trabalho até o momento em que sentir-me (sic) motivada e feliz. Quando ocorrerem situações que tornem-me infeliz, aí será o momento propício para parar!”</i>
<i>a pedagoga das crianças</i>	<i>“Por toda minha vida, por que é muito bom quando você se realiza fazendo o que te faz bem. O ato de ensinar é um dom divino que Deus entrega na mão de quem ele acredita ser capaz para desenvolver esta habilidade que não é apenas ensinar, mas no mundo em que estamos vivendo hoje também temos que educar para que no futuro podemos ter um cidadão formado de corpo e alma.”</i>

Tempo → Educadores Sociais ↓	Por quanto tempo você pretende trabalhar como Educador (a) Social? Por quê?
<i>a artista plástica</i>	<i>“Não sei, não escolhi essa profissão.”</i>
<i>o cientista social</i>	<i>“Gostaria de trabalhar sempre como Educador Social, mesmo surgindo outras oportunidades de emprego, como lecionar em universidades. Porque percebo que o fato de exercer esta função possibilita um diálogo entre a teoria e a prática. Ou seja, exercendo este papel posso fazer uso do meu conhecimento prático, obtido através do meu trabalho em campo e conhecimento teórico, adquirido através das leituras acadêmicas e dos debates realizados entre alunos e professores universitários. Enfim, acredito que atuar como Educador Social possibilita debater a questão da educação a partir do que é concreto.”</i>
<i>a jornalista</i>	<i>“A sensação que tenho é que ser Educadora é algo ‘meu’, como que não conseguiria viver sem. Por mais que realize algum trabalho, sempre procuro ter uma ou duas oficinas. Não sei exatamente definir quanto tempo pretendo, mas espero que por muitos anos.”</i>
<i>a cientista contábil</i>	<i>“Não sei, enquanto me der prazer eu continuo.”</i>

Anexo 5**“Cartas escritas pelos Sujeitos”**

**Escreva uma carta para um (a) colega de faculdade, o qual não vê há algum tempo,
contando a sua experiência como Educador (a) Social**

São Paulo, 11 de Maio de 2006.

Oi amiga!

Há quanto tempo heim?! Como você está? E o projeto da clínica, já está em andamento?

Bem, eu estou bem e o projeto da clínica ainda não está acontecendo, mas não está descartado. No momento estou trabalhando em um Programa Social como o que iniciei estagiando ainda no período da Faculdade. Chama-se Programa Ação Família – viver em comunidade no qual desempenho a função de Técnica Social por meio de uma ONG – Programa Comunitário da Reconciliação. O trabalho é muito bom. Tenho como atribuições realizar atendimentos individual e visitas domiciliares e a organizações, reuniões e encontros com redes de serviços, participar da reunião da comissão local para articulação e integração de redes institucionais e de informações além das reuniões sócio-educativas com os grupos de famílias inseridas e beneficiadas com o programa.

O que é novo e tem me proporcionado conhecimento e satisfação é a realização de orientação e supervisão dos agentes de proteção social que fazem parte da equipe e o fato de poder participar diretamente do trabalho atribuído à coordenação. O meu coordenador é alguém que admiro muito pelo seu profissionalismo e que permite o meu desenvolvimento. Por outro lado, por conta da falta de políticas públicas permanentes enfrento junto com a equipe problemas diversos, tais como: baixos salários, falta de recursos para o desenvolvimento do trabalho (transporte, alimentação etc.)

Contudo, ganhando bem ou não o que vale é o compromisso assumido e diante disto percebo a cada dia a grande compensação, pois através do trabalho posso constatar resultados com as famílias atendidas (integração nos grupos sócio-educativos, trocas de experiências, reconhecimento do território onde vivem, seus talentos pessoais, mudanças de atitudes e auto-estima, etc.) O trabalho é lindo!

Bom lindinha, estou com saudades e gostaria muito de revê-la. Mande notícias e reitero o convite de vir para minha casa para podermos matar a saudades e colocar os assuntos em dia.

Beijinho

“a psicóloga do aprender”

Atualmente atuo em um projeto que atende a população em situação de rua.

É um projeto muito grande que ocupa uma área de 17.000m².

Aqui, há seis O.N.G.'s atuando em diferentes serviços. A O.N.G. que faço parte, é responsável pelo serviço de atendimento de catadores – o N.A.C. (núcleo de atendimento de catadores). Meu trabalho é de organizar um grupo de catadores a trabalhar em conjunto, objetivando a autonomia pessoal e profissional.

Nosso foco é o trabalho cooperativo.

A minha atuação direta é fomentar o espírito cooperativista através do comportamento.

Temos vários desafios nesse projeto.

Eu diria que, no momento em que estamos, conseguimos conquistar muitas coisas, como por exemplo, a situação de moradia dos catadores.

Atualmente, apenas 12% dos catadores atendidos, residem no albergue. O restante localizam-se em suas pp (sic) moradias.

Hoje, nenhum catador atendido por nós, está em situação de rua.

Essa é uma das conquistas desse projeto... muito gratificante para nós.

“a psicóloga dos catadores”

Oi “Aurora”, faz tempo que não nos vemos e nem nos falamos. Espero que esteja bem! Eu estou bem, estou trabalhando na área Social como Técnica Social do Ação família, um programa que atende famílias em situação de vulnerabilidade social através de reuniões sócio-educativas, visitas domiciliares e atendimentos individuais.

Você sabe que sempre me identifiquei com esta área e a minha experiência tem sido boa, tem possibilitado um crescimento pessoal e um enriquecimento profissional. Apesar de ser uma área muito sofrida o trabalho com as famílias tem sido gratificante. Gostaria de continuar nesta área, algumas vezes penso em mudar por achar que estes programas por si só não funcionam, mas dentro do que é possível tenho desenvolvido bem o meu trabalho.

Mande notícias.

Uma Abraço.

“a psicóloga das famílias”

Olá “Rosa”! Como vai?

Eu estou bem. Estava trabalhando como Educador Social. Neste trabalho, eu estava abordando crianças e adolescentes nas ruas de Pinheiros que estão trabalhando no farol, fazendo malabares, vendendo produtos ou praticando mendicância.

Este projeto no qual eu trabalhava, visava com que as crianças e adolescentes regressassem à escola e passassem a freqüentar uma atividade complementar a escola. Por sua vez, os familiares dessas crianças receberiam um acompanhamento em N necessidades para que posteriormente possam estar empreendendo o seu tempo em cursos profissionalizante a sua escolha e perfil, para uma melhora na qualidade de vida.

O meu trabalho consiste em escutar o que estas famílias têm a dizer. Suas questões em geral, para posteriormente, junto com a família, conversando, refletindo, discutindo o que compete a cada membro da família e como chegar as soluções dos problemas. Vamos discutir sobre projetos de vida, ver o que cada um pensa em fazer da vida e como é possível realizar tais desejos.

O resultado deste trabalho é muito significativo. As mudanças que ocorrem a partir do momento que a palavra circula dentro e fora do âmbito familiar. Quando as pessoas passam a falar e refletir sobre o seu cotidiano, os fantasmas passam a tomar corpo, não assustando mais. O que não era entendido, não era compreendido, pode ser esvaziado para passar a ter um sentido e posteriormente superado.

Lembro de uma senhora que freqüentava um dos grupos que coordenei, que conta sobre a dificuldade que está tendo com o filho mais novo, que não a respeita. Esta senhora é mãe de quatro filhos adultos os quais já constituíram família e estão bem encaminhados socialmente.

O processo que fui desenvolvendo neste grupo, foi o resgate da história de cada um. As lembranças das etapas da vida.

Neste grupo, tinha pessoas de diversas idades. De 11/13 à 60 anos. Isto contribuiu na riqueza das discussões, mostrando as épocas e vivências de cada um.

O que aconteceu foi que esta senhora pode recuperar a forma que ela educou seus filhos mais velhos. Ela também pode ouvir das adolescentes que freqüentavam o grupo como outros participantes do grupo a forma como eles encaram a vida. A senhora passou a ver o filho diferente.

Em certo dia, a senhora conta que a vida com o filho está bem melhor. Eles conversam mais.

Questionada sobre o que ele acha que mudou. Ela não soube responder. Quando pergunto para ela quem freqüenta o grupo. Ela da risada.

“o psicólogo do tempo”

Como vai, “**Margarida**”, tudo bem?

Escrevo para saber notícias suas e para contar as minhas.

Há 5 meses, estou trabalhando no Cedeca - Interlagos, que é a instituição parceira do Programa Ação-Família, na qual atuo como Assistente Social.

Neste programa atendemos famílias em alto grau de vulnerabilidade social através de grupos sócio-educativos, quinzenais, com duração de 1h e 30’.

Mas não é só isso: eu planejo, executo e adapto dinâmicas voltadas para a realidade das famílias atendidas, faço visitas domiciliares, relatórios, acompanhamento de casos específicos, atendimento individual e familiar, entrevistas, estudo social, encaminhamentos, orientações, articulo a rede comunitária da região para auxiliar a implementação e o planejamento do trabalho sócio-educativo. Também trabalho com uma equipe multidisciplinar e participo de seminários, palestras etc, além de sistematizar os dados acerca do trabalho desenvolvido.

Ufa!!! É muito trabalho, o que não nos impede de marcarmos um dia para conversar sobre outras coisas. Para finalizar, um beijo e me ligue.

“**a assistente social do “Ufa!!!”**”

São Paulo, 05 de Maio de 2006

Olá “**Orquídea**”

Como tem passado? E a família está bem? Você continua no mesmo trabalho? Minha família e eu estamos bem.

Ficamos muito tempo sem nos comunicar e por isso estou escrevendo, para contar como estou e principalmente falar um pouco sobre o meu trabalho.

Estou trabalhando há quatro anos em Programas Sociais, atuando como Educadora Social. Trabalho coordenando grupos de representantes de famílias que vivem em situação de risco social. Meu trabalho se resume em: reconhecer o território onde residem as famílias; fazer levantamento das Organizações locais; estabelecer parcerias; aproximação da população; motivar e aglutinar as pessoas para participarem de grupos sócio-educativos.

Uma vez formados os grupos sócio-educativos, eles acontecem duas vezes por mês com aproximadamente 35 representantes de famílias para tratar de questões de seus interesses coletivos e individuais. Os encontros são realizados em locais cedidos pela própria rede local, próximo de suas residências, ou seja, no próprio bairro onde moram. Esses locais podem ser Igrejas, Associações de Moradores, Escolas, etc. Para as famílias é um momento em que elas podem expressar suas experiências, necessidades, cultura, saberes, projetos, etc.

Na busca da melhora de qualidade de vida dessas famílias, devo primeiramente criar vínculos, escutar, informar, mostrar possibilidades, encaminhar, potencializá-las para o enfrentamento de todas suas carências, proporcionar participação e apropriação do território e da cidade como um todo, valorizar os seus saberes pessoais e sociais, etc., ou seja, é uma busca de desenvolvimento de autonomia, direitos e auto estima.

Não sei se através desta carta irá perceber o quanto é árduo esse trabalho, porém prazeroso e gratificante, principalmente quando constatamos a mudança de vida dessas famílias, para melhor.

No momento o que tenho para falar é isso, aguardo sua resposta e continuaremos falando.

Beijos

“**a assistente social das famílias**”

Olá “**Bromélia**”

*Tudo bem com você? Pois é “**Bromélia**”, vc (sic) se lembra qdo (sic) ainda estávamos na PUC-SP, eu trabalhei como Educadora de Rua e fiz estágio no Deptº de Urbanização de Favelas de Diadema-SP. Depois que nos formamos, logo no início de 1998 fui trabalhar com os adolescentes internos da Unidade 16 – Tatuapé. Para mim foi uma experiência interessante, porque eu tinha o desejo de trabalhar com este público, trabalhei com pessoas difíceis, sensatas, deprimidas, loucas, lá na unidade não acontecia violência física era uma unidade mais “aberta”, mas a violência psicológica e institucional de cerceamento da privacidade, liberdade e identidade deixam cicatrizes naqueles adolescentes, estes os quais aprendi admirar pela força que possuem de romper com o que tá posto na sociedade, ã aceitando passivamente a injustiça social a qual estão submetidos cotidianamente. Quanto as intervenções técnicas os recursos são precários, não existe compromisso dos profissionais, do governo etc... Foi uma luta diária de mediação de conflitos entre jovem e a instituição, no qual sempre me posicionei a favor do jovem. Penso que deixei contribuições. Vi muita injustiça praticada por quem deveria manter a justiça “O Poder Judiciário” que é arcaico e conservador e ã tem o ECA como norteador das decisões judiciais.*

*Nunca vou me esquecer quando chegou na unidade um adolescente surdo internado por 1 juiz do interior de SP, lutei com todas as minhas forças, argumentos técnicos e legais, conversei com procuradores, promotores e juizes até ele ser liberado. Pode uma coisa dessas? Sabe “**Bromélia**”, estes sete anos não foram fáceis aprendi muitas coisas, mas me tornei uma pessoa mais dura afetivamente, quase não choro, às vezes assisto um filme ou presencio uma situação emocionante, as pessoas ficam abaladas, choram e eu fico na maioria das vezes “normal”. Minha terapeuta diz que esse fenômeno é comum com as pessoas q. trabalham com o que eu trabalho. Em set/05 mudei de trabalho, me rendi ao Terceiro Setor/Iniciativa Privada, estava na hora de mudar as coisas na Febem tornaram-se insuportáveis. Hoje me sinto respeitada profissionalmente, realizando trabalho numa organização que atua na área de prevenção da saúde usando justiça social e qualidade de vida. Trabalho 44 h semanais, sou do Núcleo Social e fazemos interfaces com outros núcleos do Programa como Saúde, Educação, Adolescentes, Esportes, Lazer e Cultural, ao contrário da Febem os Profissionais são muito comprometidos, o legal é que trabalho dentro 2ª maior favela de São Paulo formada por muitos nordestinos. Estou ficando muito ligada na área cultural / antropologia etc. Voltando ao trabalho, lá desenvolvo muitas ações: atendimento individual, grupos temáticos, grupos sócio-educativos, oficinas educativas p/ adolescentes sobre sexualidade/drogas e 1º emprego, articulação comunitária, prevenção de violência doméstica, parcerias com organizações etc. Enfim são tantas coisas, muita discussão e ação, faço tbém muitas visitas domiciliares perambulo muito pela comunidade. “**Bromélia**” foi uma grande mudança que causou um impacto na minha vida profissional Público x Terceiro Setor. Enfim, “**Bromélia**” tenho muitas coisas p/ te contar, conversaremos mais quando vc estiver no Brasil.*

Beijos e Saudades

“ a assistente social dos oprimidos ”

Querida “Flores”,

Que bom retomarmos contato após tanto tempo. Espero que esteja feliz em seu trabalho no hospital. Desde a formatura, trabalhei em diversos locais. De 1998 a 2000 atuei como assistente social na FEBEM. Foi uma experiência importante, amadureci a visão que tinha enquanto recém-formada e me aproximei mais da realidade social.

Na FEBEM eu sentia que ficava mais por conta da burocracia jurídica do que realizando um trabalho que fizesse diferença significativa para o adolescente e famílias.

Fui trabalhar na Fundação Projeto Travessia como educadora social no Programa de Educação na Rua – PER com crianças e adolescentes em situação de rua. Nesta época iniciei um curso de aperfeiçoamento em terapia familiar. Percebia que, além das questões sociais, o relacionamento também era algo a ser trabalhado junto às crianças e famílias.

A estrutura de trabalho da Travessia era diferenciada da FEBEM, realizávamos reuniões de planejamento semanal, supervisão de atendimento, espaços de leitura e discussão de temas específicos com apoio de consultores, banco de dados, acesso à Internet, etc. O espaço físico não era dos melhores, mas como passávamos boa parte do tempo em trabalho externo, acabava não interferindo muito. O salário era o mesmo da FEBEM e tinha vários benefícios (assistência médica, vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte e seguro de vida). O primeiro desafio era promover o desejo de saída das crianças e adolescentes da rua e o segundo era incluir eles e suas famílias na rede de serviços assistenciais.

Em 2002 a Travessia firmou convênio com a SAS e o trabalho do PER foi ampliado. O atendimento às crianças e adolescentes estava sendo municipalizado e houve uma melhora no atendimento dos encaminhamentos. Com a ampliação das áreas de atuação do PER na cidade a descontinuidade do contato com as crianças devido à mobilidade espacial reduziu, pois os educadores das diversas áreas se comunicavam de modo a continuar os encaminhamentos iniciados ora aqui ora ali.

Dentro do que era possível, a Travessia buscou respaldar a equipe de novos educadores. Houve uma semana de treinamento, que foi muito importante para alinhar os conhecimentos e gerar discussões em torno do trabalho, buscou parcerias para a formação continuada e os espaços de discussão e reunião foram mantidos. Todavia, a supervisão, devido ao alto custo, foi extinta e a implantação ocorreu dentro de um caos: as equipes não tinham espaços para serem sediadas, depois foram para salas incompatíveis com o número de pessoas e necessidades do trabalho, criou-se a categoria júnior de educadores para justificar um salário menor (R\$ 970,00), os novos educadores não tinham os mesmos benefícios e a carga horária foi acrescida de 4 horas semanais. Aos poucos a Travessia tentou reduzir esta diferença, mas não chegou à igualdade.

Por outro lado, foi um período de desenvolvimento tanto para a Travessia como para o público atendido e os profissionais. Estávamos alcançando resultados no processo de atendimento e formávamos uma equipe crítica e competente.

Infelizmente, em 2004, o convênio não foi renovado e o programa voltou ao seu tamanho original, causando descontinuidade de muitas ações.

Como minha situação estava indefinida, optei por uma oportunidade na Fundação Orsa, em Suzano, com salário inferior (R\$ 1580,00), no Programa Formação, que atende crianças e adolescentes por meio de atividades complementares a escola, através de convênio com a prefeitura, estado e governo federal. (sic)

Atuei como assistente social, responsável pelo atendimento às famílias das crianças e por um projeto de geração de renda com as mesmas, que na verdade não era um projeto, pois não tinha recursos para as ações, de modo que dependíamos da disponibilização de recursos dos projetos conveniados, ao que se denominava otimização de recursos.

Paralelamente iniciei um curso de especialização em Administração do Terceiro Setor cuja mensalidade era metade do meu salário (R\$ 764,00).

Como o trabalho com famílias fazia parte do eixo de serviço social e o Programa Formação era do eixo da educação, o trabalho com as famílias era visto de forma marginal, assim como os funcionários envolvidos nele, que não dispunham de condições mínimas de trabalho, não havia sala definida, telefone, computador, etc).

Posteriormente conquistamos um convênio para atender as famílias dentro do Programa Renda Cidadã. Fizemos parcerias para viabilizar os espaços de atendimento, mobilizamos as famílias e aí o problema era chegar a esses espaços para realizar o trabalho, pois não havia transporte público com horários regulares e o veículo da Fundação ficava por conta dos trabalhadores burocráticos.

Foi um período muito sofrido, era desmotivadora a falta de compromisso com o público atendido e os trabalhadores. Eu não via a hora de conseguir outro trabalho, até que surgiu nova oportunidade na Travessia em um projeto de erradicação do trabalho infantil em parceria com o Instituto Rukha.

Problemas de comunicação, cultura e ideologia divergentes culminaram com o fim da parceria após a conclusão da 1ª Fase do Projeto. O instituto recontratou a equipe da Travessia, mas alguns problemas persistiram e a equipe de educadores foi demitida. Apenas eu e a assistente administrativo permanecemos.

Os princípios do projeto e o compromisso dos dirigentes com os resultados, assim como o investimento no desenvolvimento dos profissionais são a motivação para eu estar nesse projeto.

Atualmente estou responsável por coordenar ações junto a uma equipe de educadores recém-contratados.

Tenho muitos desafios pela frente, preciso investir na minha formação para contribuir de forma significativa no desenvolvimento da equipe que é responsável pelo desenvolvimento individual e relacional das famílias atendidas, além do desenvolvimento social e comunitário. É um projeto ambicioso e desafiante, espero dar conta.

Apesar de eu ter falado bastante sobre mim, quero revê-la para continuarmos nossas trocas não apenas profissionais, mas também pessoais.

Beijos.

“a assistente social satisfeita”

Olá “Violeta”, como você está? Espero que tudo bem com você e sua família.

Você continua atuando na parte da Educação?

Agora estou trabalhando como Educadora Social com famílias de alta ou muito alta vulnerabilidade social, isto quer dizer com famílias carentes ou ‘pobres’. Neste trabalho realizo reuniões de grupos com as famílias, visitas domiciliares, conversa individual, para que as mesmas possam no decorrer do Programa um fortalecimento, saber dos seus direitos e deveres e possa caminhar com suas pernas e não ficar sempre esperando ajuda de alguém (assistencialismo).

Ah!!! Acabei falando um pouco do trabalho que estou desenvolvendo mais (sic) não falei da ‘minha’ equipe e nem o nome do Programa. Bom estou em uma equipe com 16 integrantes 4Técnicas, 10 Agentes de Proteção Social que realiza as visitas domiciliares, 1 administrador, 1 gerente que nos orienta no nosso trabalho, quanto as técnicas que uma delas sou eu, realizam atividades Sócio Educativa para as famílias e crianças e o nome do Programa é Ação Família Viver em Comunidade um programa novo da Prefeitura que tem muito a crescer.

“Violeta” vou terminando com muitos beijos, me escreva saudades.

“a pedagoga das famílias”

Embu-Guaçu, 12 de setembro de 2006

Prezada amiga “Magnólia”

Como vai? tudo bem?

Comigo tudo ótimo...

“Magnólia”, fiquei sabendo que você está lecionando em uma escola da região rural do município, fico feliz por você, espero que esteja gostando, pois nada melhor do que fazer aquilo que nos satisfaz, não é mesmo?

Eu estou imensamente satisfeita naquilo que estou realizando como educadora social, em uma entidade de educação infantil. As crianças estão evoluindo a cada dia, em todos os aspectos: conhecer, ser, conviver e fazer.

É muito bom ouvir os relatos das famílias, isso torna o trabalho gratificante, pois os pais são participativos tanto em nossas propostas pedagógicas, como também nos eventos e festas que realizamos periodicamente.

A equipe de educadores é muito bem preparada pedagogicamente, pois participam de encontros periódicos na Ação Comunitária e nos reunimos sempre para trocarmos informações e assim aprimorarmos o trabalho. Estamos constantemente buscando novos conhecimentos e idéias para conduzir nossas propostas. A nossa grande preocupação não é só com as crianças e não restringe-se só a questões pedagógicas, mas também com o bem estar das famílias desempenhando ações de parceria com as mesmas e contribuindo para o trabalho comunitário.

“Magnólia”, venha fazer uma visita em nossa organização, pois sei que vai gostar, pois você é uma educadora muito especial que conduz seu trabalho com muita sensibilidade e carinho. Estou aguardando em breve sua visita, venha conhecer de perto nossa rotina.

Felicidades.

“a pedagoga satisfeita”

Olá minha amiga “Açucena”.

É com imensa felicidade que te escrevo esta carta contando-lhe alguns (sic) experiências que estou tendo como educadora. Quero dizer-lhe também que estou com muitas saudades de nossas trocas de experiências que tínhamos nos nossos poucos minutos de intervalo (hora do lanche na faculdade) para falarmos sobre nossos alunos.

Neste ano estou com uma sala de terceiro estágio (pré-escola) a qual está me dando muito orgulho. Meus alunos estão se desenvolvendo muito bem, a maioria deles já encontram-se na fase silábica alfabética.

Esta semana recebi uma carta de uma das crianças me dizendo que me amava e que por isso gostaria que eu o leva-se (sic) para minha casa porque na casa dele sua madrastra lhe bate muito. Com os olhos cheio de lágrima começou a falar um pouco de sua vida e como educadora escutei os teus desabafos e depois num outro momento quando estávamos sozinhos conversamos melhor sobre o assunto. Para muitas crianças somos como a sua própria família. Damos amor, carinho, escutamos o que falam, cuidamos, educamos e assim vai né...

Muitas vezes assumimos mesmo o papel dos pais, mesmo que não seja nossa função.

“Açucena” aqui vou deixando algumas experiências que estou tendo com meus alunos. Estou com muitas saudades espero poder conversarmos melhor pessoalmente. Beijos!!!

“a pedagoga das crianças”

Desculpe-me, posso contar minha experiência como educadora sem necessariamente ter que dirigi-la a um colega da faculdade.

Iniciei-me como Educadora Social aos 18 anos, quando entrei na Faculdade de Artes Plásticas e não tinha como pagar. Desisti de uma vaga de caixa no Itaú e por acaso, no mesmo dia fui chamada para trabalhar como Orientadora Sócio-Educativa em um Centro da e Juventude na Lapa. Eu deveria ensinar Arte para crianças e adolescentes, eu estava começando e tinha muito que aprender em termos de conhecimento teórico e pedagógico, mas uma coisa ficou clara logo no primeiro dia: eu estava substituindo um rapaz branco, olhos azuis, cabelos amarelos. Todos os profissionais da área educacional e coordenação eram brancos, e a maioria dos alunos era como eu, negra.

Desse modo, um dado da minha experiência como educadora social é o fato de ser muito semelhante aos meus educandos. E o que mais pude aprender e ensinar nessa longa travessia é a experiência de compreender o outro sem deixar de ser a mim mesma.

“a artista plástica”

São Paulo, 15 de março de 2006.

Olá “Pétala”!

Há quanto tempo, hein?!

Sei que em casos como este não existem justificativas que melhorem a situação das coisas. No entanto, ainda assim tentarei apresenta-las.

Se bem me lembro, quando nos falamos da última vez eu havia comentado como meus afazeres na universidade haviam redobrado e o quanto estavam ocupando meu tempo livre? Pois é, realmente nestes últimos meses a carga de leituras e de trabalhos cresceu muito, me impossibilitando de parar sequer por um momento para traçar algumas poucas linhas e enviar para você.

Posso imaginar sua expressão e adivinhar seu pensamento repressor me acusando por este não ser motivo suficiente para justificar minha ausência. No entanto, existe um outro motivo que pesou muito nesse momento. Ocorre que há algum tempo atrás um conhecido aqui da faculdade me informou que na ONG onde ele trabalha estavam procurando pessoas com o meu perfil para preenchimento de vagas de educador social. Ele insistiu muito para que eu fosse até local e entregasse um currículo. Foi o que eu fiz. Uma semana depois fui convocado para uma entrevista e após uns quatro dias fui contratado para assumir uma das vagas de educador social.

Você deve estar se perguntando o que exatamente um educador social faz e onde trabalha? Bem, não sei responder com certeza. O que posso dizer é que as pessoas que trabalham nesta ONG, assim como eu, possuem formação na área de humanas, alguns já trabalharam em escolas públicas, outros tem experiência mais voltada a área de projetos sociais e educacionais. Curiosamente, nenhum deles sabe definir com clareza o perfil de um educador social!!!

Embora não tenhamos clareza quanto a definição de educador e educação social, estamos felizes com o trabalho que estamos desenvolvendo.

O projeto no qual estou envolvido tem como objetivo recuperar a auto – estima das pessoas de uma das regiões carentes de São Paulo a partir de atividades que tratem do tema cidadania. É muito interessante discutir com estas pessoas seus problemas e as possíveis ações realizáveis para resolver estas situações problema demonstrando que eles são cidadãos que possuem direitos que devem ser respeitados pelo poder público. Assim como, deveres que devem ser cumpridos e que proporcionam melhorias no seu cotidiano, como por exemplo, o tratamento dado ao lixo nas ruas.

Este projeto tem me ocupado bastante, pois requer muita leitura, discussão de estratégias com a equipe de trabalho e pesquisa da região e de seus problemas. Apesar disto, estou gostando muito de participar disto tudo. O único ponto negativo diz respeito ao tempo, pois ao que parece, este é um trabalho que tem tempo certo para “nascer e morrer”. Infelizmente as oportunidades voltadas a minha área possuem este perfil, fato que dificulta o uso do termo “estabilidade no emprego”.

Vou ter que parar por aqui, pois a hora se adiantou muito e preciso me preparar para o dia de amanhã, quando teremos uma reunião com o subprefeito da região em que o projeto está ocorrendo pela manhã. À tarde tenho que informar e discutir os resultados da reunião para minha turma e a noite irei apresentar um seminário na faculdade. Não! Não é em nenhum superevento, mas sim na disciplina do curso de licenciatura. Espero que em breve essa “locura”(sic) toda diminua e eu possa passar um final de semana com vocês aí no litoral. Sinto falta de todos e do bom tratamento que me oferecem.

Grande Beijo!

“o cientista social”

Olá, “Flor do Campo”!

As coisa aqui em São Paulo não são fáceis. Continuo com aqueles projetos da época da Faculdade, lembra? Aquele de produzir veículos de comunicação com jovens. Cada dia é uma experiência nova, uma nova conquista, aprendizado, lição... como eles me ensinam sobre tudo! Muitas vezes acredito que muito mais do que eu à eles. É uma troca incrível, mas com tanto esforço!!!

Sabe, não é fácil para mim lidar, muitas vezes, com história de vida tão tristes, situações tão miseráveis ou tão complexas que dá nó na cabeça. Vivo me questionando se meu trabalho é importante, se faz alguma diferença. Mas sempre os meus alunos me respondem com um gesto, uma palavra que diz que sim e isso me conforta. Vivo nesse vai e vem... mas meu trabalho é a minha paixão!

Conhecer tantas realidades diversas (Estou dando oficinas em Paraisópolis e no Colégio São Luiz no momento, além de coordenar um projeto na FEBEM), trocar, crescer como pessoa me faz muito bem!

Sou uma pessoa diferente daquela que entrou pela 1ª vez na FEBEM há 2 anos.

Aprendi muito com eles e o que me faz continuar é saber que sempre terei o que aprender e sempre terá alguém que quer que eu ensine também.

Não é fácil viver dessa profissão, pois o salário é baixo e, ou pegamos muitas oficinas p/ ter uma renda adequada – o que acaba sobrecarregando e diminuindo a qualidade do trabalho desenvolvido – ou tenho que ter outro trabalho para complementar minha renda. Mas está dando para levar. Vivo me questionando, mas, esses dias, por exemplo, fechamos um jornal e fomos distribuir. O rosto daqueles jovens pegando os exemplares, olhando o que fizeram – e que antes acreditavam não ser capazes -, olhando os seus nomes lá. Não tem preço.

É isso! Agora me conte como você está...

“a jornalista”

São Paulo, 28 de Setembro de 2006

Olá “Girassol”,

Como vai você, continua em nossa área massacrante, eu estou há 4 anos trabalhando como Educadora Social em uma Associação do meu bairro bem próximo a minha casa.

Eu estou muito feliz com minha atividade atual. Tenho 56 alunos adolescentes de faixa etária 10 a 15 anos, em um programa chamado Crê-Ser, Crer para ver, temos atividades prazerosas como: leitura/escrita, raciocínio lógico, informática educativa, artes plásticas e visuais, vou te dizer é motivador todos os dias você ver a evolução dos seus alunos e poder saber que você procura fazer diferença.

Aproveito o momento para te convidar para nossa mostra cultural em 27/11/06 na antiga sala São Luiz (Promon) lá você vai poder conhecer alguns dos nossos trabalhos no Crê-Ser e do que nossos jovens estão fazendo.

“Girassol” espero que você venha em novembro, e qdo (sic) você tiver livros para doar lembre-se dos nosso jovens e da nossa organização.

Beijos

Sua amiga

“a cientista contábil”

Set/06

A fim de preparar sua entrada em uma comunidade e desenvolver seu trabalho de Educador (a) Social, escreva uma carta a uma pessoa que vive em situação de risco social, expondo e oferecendo o trabalho que você desenvolve

São Paulo, 01 de Maio de 2006.

Dona “Primavera”, boa tarde!

Meu nome é **a psicóloga do aprender**, sou psicóloga e técnica social do Programa Ação Família- viver em comunidade.

Estive hoje aqui, mas infelizmente não a encontrei e por isso resolvi escrever em poucas linhas sobre o trabalho que será iniciado aqui no seu bairro.

Bem, trata-se de um Programa Social que tem por objetivo proporcionar uma melhora na qualidade de vida das famílias que vivem nas mesmas condições que a senhora, ou seja, em situação de risco social, pois é sabido que a região em que mora não oferece as condições necessárias de moradia, educação, emprego entre outras. Assim, pretende-se com este trabalho a reunião de famílias para que juntas possam trocar experiências, adquirir conhecimentos e pensar em alternativas de mudanças e soluções para as dificuldades do dia-a-dia.

Voltarei em outra oportunidade para conhecê-la pessoalmente e deixo já o convite, pois conto com a sua participação nas reuniões. Grande abraço,

“a psicóloga do aprender”

Caso queira entrar em contato

Meu telefone é tal

Endereço: tal

a psicóloga dos catadores Não escreveu

Olá, sou **a psicóloga das famílias**, Técnica Social do Programa Ação Família, um Programa destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, famílias em situação de pobreza. Venho com uma proposta de desenvolver um trabalho com sua família e sua comunidade, visando o fortalecimento e o desenvolvimento das mesmas. Para isso conto com sua participação para que se possa desenvolver este trabalho. Serão realizadas reuniões socioeducativas, visitas domiciliares e atendimentos individuais.

Você está sendo convidada a fazer parte deste programa por se encontrar em situação de exclusão de direitos básicos como: Saúde, Educação, Lazer, Cultura, Trabalho, etc.

Compareça na reunião e terá um entendimento melhor do que é o trabalho.

“a psicóloga das famílias”

Caro “**Lírio**”, como não nos conhecemos, vou fazer uma breve apresentação de quem sou eu. Meu nome é **o psicólogo do tempo**. Sou formado em psicologia e neste trabalho específico estou atuando como Educ. S. (sic)

O trabalho que pretendo desenvolver com você é o seguinte.

Ainda não conheço você especificamente, mas acredito conhecer alguns dos problemas que você vem enfrentando para poder sobreviver. Para poder conhecer um pouco mais você, precisarei conversar contigo, bater um papo e assim ir construindo uma relação.

Para que isso ocorra, tenho a intenção de estar te encontrando mais ou menos de quinze em quinze dias para que inicialmente possamos ir nos conhecendo.

Pretendo realizar estes encontros com você em variados formatos. De vez em quando, seremos somente eu e você, em outros momentos, serão eu e você junto com outras pessoas (grupos de sua própria família ou de sua comunidade). Vai depender de como a nossa relação se construa.

Este trabalho vai depender de nós dois. Eu terei de fazer o máximo para entender o que você me traz, o que você me conta e a partir disto podermos discutir, refletir, botar em prática.

A parte que vai depender de você será a disponibilidade para passar por um processo moroso, pois vai se tratar de pensar sobre os teus passos diante da vida, mas que pode trazer bons resultados.

“o psicólogo do tempo”

Meu nome é **a assistente social do “Ufa!!!”**, sou Assistente Social e estarei na região para desenvolver um Trabalho social por meio do Programa Ação – Família – Viver em Comunidade. É um programa que tem convênio com a prefeitura e beneficiará 2000 famílias nesta região.

Sendo assim, a senhora foi selecionada para participar deste programa.

Como a senhora fará isso? Atenderemos a senhora e outras representantes de famílias próximo a sua residência, através de reuniões de grupos socio-educativos, quinzenais, com 1 hora e meia de duração.

Nestas reuniões utilizaremos técnicas específicas voltadas para o fortalecimento das relações, dos laços e vínculos familiares e sociais, potencializando suas Habilidades de resolução dos desafios presentes de forma a fortalecer o núcleo familiar. Com o núcleo familiar fortalecido, sua família, assim como as outras famílias, serão capazes de constituir comunidades também fortalecidas nas quais a divisão de tarefas e responsabilidades pelo bem comum são compartilhados e todos podem atuar como construtores de uma comunidade mais organizada. Com as famílias fortalecidas em suas relações domésticas e comunitárias, estaremos preparadas para desfrutar dos direitos básicos, assim como para contribuírem com o desenvolvimento de uma sociedade cidadã.

As ações aqui previstas visam capacitar as comunidades para a utilização e a participação nos equipamentos e órgãos que prevêem acesso aos serviços, visando a inclusão social e a cidadania plena.

Isso é só o começo, e estou aqui para convida-la para uma reunião de apresentação e esclarecimento de dúvidas no dia 24/05/06, às 13:30h, na Sociedade Amigos de bairro do Jd. Presidente, na Rua Gêmeas Dantas, 182.

Conto com sua presença.

“a assistente social do “Ufa!””

São Paulo 05 de Maio de 2006.

Bom dia Dona “Flor”

Sou a assistente social das famílias, Assistente Social e trabalho em um Programa Social que está chegando agora no seu bairro com o objetivo de realizar momentos de encontros, trocas de experiências, re-conhecimento e utilização das Organizações que existem no seu bairro, passeios culturais pela cidade, oficinas de vários artesanatos e outros, visitas domiciliares e atendimentos individuais. Os momentos de encontros acontecem em reuniões de grupo com as famílias do bairro. Essas reuniões são muito interessantes e importantes para todos os moradores, pois é o momento em que paramos para dá um tempo para nós mesmos, é um momento de aprendizagem conjunta, de trocas, de transmitir informações, de esclarecimentos, de união para buscar melhores condições de vida para nossas famílias e melhorias para o bairro.

Para isso os moradores têm que se unirem e lutarem em busca de seus direitos.

Espero que a senhora possa participar conosco e trazer sua vizinha para que juntas possamos lutar por melhorias de vida.

Sua presença é muito importante.

Obrigada

“a assistente social das famílias”

Olá “Avenca”!

Convido você para participar de uma reunião que será realizada com os jovens da comunidade de Paraisópolis no dia 28/7/06 às 17:00h na sede da União de Moradores, na qual será discutido às dificuldades encontradas pelos jovens de comunidades carentes na busca do primeiro emprego.

A partir deste encontro planejaremos juntos ações educativas com objetivo de prepará-los para inserção no mercado de trabalho como: elaboração de currículo, entrevistas, lei do aprendiz etc. Também abordaremos assuntos que despertem o interesse dos jovens.

Este trabalho tem como objetivo ampliar as condições de cidadania da população jovem, levando-os a refletir sobre seu cotidiano e propondo ações na quais sejam os protagonistas.

Não deixe de participar!!!

PS.: Depois da reunião terá show de Rap e Pagode.

Abraços

“a assistente social dos oprimidos”

Prezada Sra. “Hortência”,

Somos do Projeto Virada, que irá desenvolver um trabalho com famílias, e gostaríamos de conhecer sua família para nos apresentarmos e ouvirmos suas opiniões e sugestões para o nosso trabalho. Assim, convidamos vocês a participarem do encontro de famílias que será realizado no próximo dia 25/8/06 no salão da Igreja São José, das 14h00 as 16h00.

Sua presença é muito importante!

Um abraço e até lá.

“a assistente social satisfeita”

Boa tarde, eu sou a pedagoga das famílias técnica do Programa Ação Família Viver em Comunidade, onde iremos trabalhar com família em alto ou muito alta vulnerabilidade social, com o objetivo de estar fortalecendo as famílias sobre seus direitos e deveres através de Reuniões Sócio-Educativas, passeios, oficinas escolhidas pelo grupo.

A equipe é composta por 16 integrantes como: A..P.S. Agentes de Proteção Social que realizam visitas domiciliares e levantam as demandas ou casos mais urgentes da comunidade ou família trazendo para as técnicas e junto com a equipe dar “soluções para os casos”, lembrando que não são todos os casos que são resolvidos pela Técnica mais encaminhamos para locais específicos como Saúde, Educação e entre outros.

Quanto as Técnicas, planejam e realização grupos familiares (sic) e visitas domiciliares.

A gerente nos auxiliam quando necessário ficando com a parte mais burocrática e a administradora cuidando dos materiais, atendimento ao público e a parte burocrática também.

Este é um pouco do trabalho que eu desenvolvo.

“a pedagoga das famílias”

***Pesquisador,** não sinto-me muito á vontade para relatar sobre esse assunto, por não Ter conhecimento nem experiência suficiente sobre essas questões, porém, se for realmente essencial essa informação, estarei fazendo um esforço e até buscando maiores informações para responder com fundamento. Conto com sua compreensão.*

“a pedagoga satisfeita”

*É com imenso prazer que escrevo esta carta a Senhora “**Flor de Maio**” oferecendo à minha ajuda como educadora social através do trabalho que desenvolvo junto a minha comunidade. Estou sabendo que a senhora está com um problema muito sério, que sofre muito porque tem um marido que é alcoólatra e além de tudo às vezes é agressivo. Neste momento, gostaria que a senhora estivesse (sic) coragem para ajudar o teu marido, pois ele precisa muito de tua ajuda. Muitas vezes eles não querem ajuda porque alegam que são capazes de pararem quando quizerem (sic). Existe algumas clínicas que tratam especificamente destes casos, ele precisa também querer parar de beber, pois sozinho sem o seu incentivo ele não conseguirá (sic). Sei que você está sozinha nesta, mas eu estou aqui para te ajudar, quando você vê que ele não está bem, ajude-o mostrando a ele que existe outros caminhos para a sua vida. Comece a agir diferente de todos os dias pois conheço pessoas que sofria e que sofre até hoje, mas que a maioria destas pessoas foram persistentes e que agora tem um lar feliz. Algumas encontraram o caminho do Senhor, foram para a igreja, outros procuraram clínicas e assim cada um seguiu seu caminho. Para tudo na vida se dá um jeito, precisamos fazer algo para salvar a nossa nação praticando sempre o bem e você poderá fazer o diferencial, jamais poderá desistir desta Jornada, pois acredito que veio ao mundo porque é capaz de solucionar este sofrimento que tanto lhe aflinge (sic). Nunca desanime, siga sempre em frente. Quero poder te ver novamente e ouvir de ti histórias maravilhosas de sua vida reconstruída ao lado de sua família.*

Beijos.

“a pedagoga das crianças”

Perdoe-me mais uma vez, mas não me predisponto a escrever uma carta a alguém que é fruto do meu próprio imaginário.

O trabalho que realizo é conversar com as pessoas, ouvi-las, contar-lhes histórias para que elas me contem as delas. Uso as diferentes linguagens artísticas para tal conversa: fotografia, desenho, pintura, literatura. Tenho portanto dois instrumentos de trabalho dos quais não abro mão: a palavra e a imagem.

Além disso, acreditando na importância de cada indivíduo para uma coletividade procuro conhecer e valorar suas potencialidades mostrando que apesar da condição de coordenadora ou mesmo educadora não sou melhor ou pior que a pessoa atendida, apenas diferente. Creio que essa postura, ainda que possibilite algumas confusões tem gerado um canal de comunicação muito especial para com os sujeitos com os quais trabalho.

“a artista plástica”

São Paulo, 15 de março de 2006.

Caríssimo “Cravo”

*Meu nome é o **cientista social**, sou formado em Ciências Sociais e já tive a oportunidade de trabalhar com alguns adolescentes da região que você mora e que estão envolvidos em outras ações realizadas pela Associação de Moradores do bairro onde você mora.*

Esta carta representa nosso primeiro contato antes do início do projeto. Gostaria de apresentar algumas informações sobre o projeto que iremos desenvolver na sua região e do qual você irá participar.

Primeiramente quero informar que este projeto terá início no dia 25/03/06 e término no dia 20/12/06. A princípio, não há nenhuma informação quanto à continuidade do mesmo no próximo ano.

Nesse período realizaremos três encontros semanais onde realizaremos debates sobre os problemas encontrados na região, a influência destes no cotidiano dos moradores da comunidade, o que o poder público tem feito para resolver estes problemas, como é a mobilização dos moradores para resolver estas situações problemas, entre outros assuntos. Faremos algumas leituras e veremos alguns filmes que vão nos ajudar nesta discussão.

Dois encontros contarão com a minha presença. O terceiro será realizado apenas pelo grupo que terá a oportunidade de levantar dúvidas sobre as discussões e também de pensar em estratégias de ação que servirão como base para um projeto de intervenção pensado pelo grupo.

Quanto a remuneração, todos os participantes receberão duzentos reais (R\$ 200,00) de ajuda de custo e cinquenta reais (R\$ 50,00) para o transporte até o local dos nossos encontros.

Para receber os valores acima, é necessário comparecer a todos os encontros, assim como, participar ativamente de todas as atividades.

Como você pode perceber, teremos bastante trabalho pela frente. Porém, estou bastante animado com a idéia de trabalharmos juntos, acredito que poderemos desenvolver um bom projeto a partir da experiência e do envolvimento de todos.

Espero que a partir dos nossos encontros possamos conhecer melhor a nós mesmos e as outras pessoas que formarão nosso grupo.

Aguardo você no dia 25/03/06 na Associação às 18hs.

Um grande abraço!!

“o cientista social” (Educador Social)

Conforme combinado, escrevo a minha proposta de trabalho:

A Oficina de Jornal/Comunicação tem por objetivo desenvolver, em conjunto com os jovens, um veículo de comunicação impresso, a partir do Conceito de Educomunicação – união entre a Educação e a Comunicação.

A Educomunicação trabalha com a idéia de que todo espaço Educativo é comunicativo e que, a partir da Comunicação, pode-se melhorar a Educação e vice-versa.

Assim, a Oficina é desenvolvida para se criar um ambiente, um ecossistema Educomunicativo, ou seja, democrático e com Gestão participativa. Isso significa que todos os alunos irão participar, decidir e realizar as etapas de produção do meio de comunicação, sendo estimulados à envolver toda a comunidade na criação desse veículo, melhorando assim a comunicação da comunidade como um todo.

Além disso, a construção de um produto, em processo é fundamental para o desenvolvimento da auto-estima e aprimoramento de conhecimento.

Outro ponto essencial da Oficina é a reflexão sobre os meios de comunicação (EU – Receptor de notícias), que ocorre a partir de quando se entende como são produzidos e a possibilidade de algo novo, da criação de novas formas de comunicação.

a jornalista

É complicado, acredito que no momento não me sinto preparada para trabalhar com uma pessoa em situação de risco social.

a cientista contábil

Anexo 6**“Comentários escritos pelos sujeitos no final do instrumento”**

Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço

Comentário → Educadores Sociais ↓	Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço.
<i>a psicóloga do aprender</i>	Não houve
<i>a psicóloga dos catadores</i>	<p><i>Sobre os 'Excluídos'.</i></p> <p><i>Muito tem-se ouvido falar sobre a 'exclusão social', ou 'inclusão social'. Trabalhando nessa área, percebo o quanto errados somos em nossas expressões e, mesmo, como errado somos enquanto 'sociedade'.</i></p> <p><i>Ora, 'sociedade é composta por todas as camadas!! Inclusive a dos que vulgarmente chamamos de 'os excluídos', 'os marginalizados'. A sociedade definida em palavra não exclui ninguém. Quem exclui a sociedade, são as pessoas que nela habitam...</i></p> <p><i>Interessante seria redefinir a palavra 'sociedade'.</i></p>
<i>a psicóloga das famílias</i>	Não houve
<i>o psicólogo do tempo</i>	<p><i>No trabalho do Educador Social não existe uma metodologia específica. O trabalho é pensado de acordo com a demanda do aqui e agora. Para isso vai utilizar da sua experiência acadêmica e as suas próprias experiências de vida. A experiência acadêmica não é o ponto chave do trabalho, mas uma parte interessante que vai possibilitar o pensar da teoria aliado a prática. Fora as questões específicas de cada ciência.</i></p> <p><i>Este educador tem que estar se interpelando sobre o seu fazer e para isso a constante atualização não em cursos formais mas também entre colegas de trabalho.</i></p> <p><i>A remuneração deste profissional também tem que ser vista, pois o trabalho do educador é tentar ser uma interface cultural, econômica e outras. Não dá para falar de outras possibilidades de vida se o próprio educador não vislumbra isso.</i></p>

Comentário → Educadores Sociais ↓	Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço.
<i>a assistente social do “Ufa!!!”</i>	<p><i>Espero ter contribuído com sua pesquisa e aproveito para me desculpar pela demora e agradecer o convite.</i></p> <p><i>Um abraço</i></p>
<i>a assistente social das famílias</i>	<p><i>Para ser um bom profissional, é preciso existir uma formação contínua, além do compromisso em ter o embasamento ético teórico-prático para possibilitar uma interação interdisciplinar, cooperação e aprendizagem.</i></p> <p><i>E para se construir a ação é necessário possuir uma concepção de homem e mundo, entender as diferentes culturas e experiências, recusa de idéias preconceituosas e compromisso entre sujeitos e profissionais.</i></p>
<i>a assistente social dos oprimidos</i>	<p>Não houve</p>
<i>a assistente social satisfeita</i>	<p><i>A falta de compromisso com o desenvolvimento das pessoas que são atendidas nos projetos sociais é facilmente verificada através da estrutura e recurso que se oferece para a realização deste atendimento: espaços inadequados e mal conservados, falta de equipamentos e materiais de trabalho, poucos profissionais para atender um grande volume de pessoas, pouco investimento na formação dos profissionais, baixos salários, etc. Com essas condições não se alcança eficiência nem eficácia nos resultando (sic), desperdiçando-se recursos de maneira irresponsável.</i></p> <p><i>A descontinuidade das ações é outro problema, quando o trabalho começa a trazer resultados, os projetos são interrompidos sem serem avaliados, de modo que sempre se está começando.</i></p> <p><i>Dentro dessa dinâmica o trabalhador social torna-se tão vulnerável quanto o público com o qual trabalha: recebe baixos salários, não tem condições de se qualificar e seu emprego fica a mercê da descontinuidade dos projetos. Está na luta pela sobrevivência diariamente.</i></p> <p><i>O projeto neoliberal de responder às demandas sociais através de parceria entre estado, empresas e sociedade tem caminhado na contramão, na prática verifica-se a precarização (sic) do atendimento.</i></p> <p><i>As organizações da sociedade civil em sua maioria não dispõem de qualificação nem recursos para investir no social e buscam parceria e convênio com o estado (sic) para atuar. Na busca de recursos junto ao estado e setor privado muitas vezes colocam-se na mesma posição do público que atende.</i></p> <p><i>O estado por sua vez repassa recursos mínimos com exigências máximas para as organizações e fica omissa de seu compromisso.</i></p> <p><i>Os empresários continuam investindo na área social em projetos próprios e pouco apóiam os projetos universais de política pública.</i></p> <p><i>Faltam sincronia e compromisso nacional com a questão social no Brasil.</i></p> <p><i>Enquanto os três setores não se integrarem, recursos continuarão se perdendo e a situação social da população cada vez mais precária.</i></p>

Comentário → Educadores Sociais ↓	Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço.
<i>a pedagoga das famílias</i>	Não houve
<i>a pedagoga satisfeita</i>	<p><i>Relatar sobre minha experiência deixa-me muito feliz, pois quando iniciei nessa função não tinha noção da seriedade desse trabalho. Aprendi muito no decorrer desses anos, pois sempre tive constante preocupação de manter-me atualizada nos aspectos que referem-se a Educação. Quando comecei a lecionar nessa entidade tínhamos apenas 2 turmas de educação infantil, hoje estamos atendendo 172 crianças na faixa etária de 3 á 6 anos, além de outros projetos que contemplam mais 140 alunos de 6 á 15 anos, entre outros programas de cursos profissionalizantes. Considero-me parte integrante desse crescimento, que ajuda tantas pessoas diariamente.</i></p> <p><i>Há 7 anos participo de encontros de formação da Ação Comunitária (mensalmente), e isso contribuiu e contribui muito para o meu crescimento. Fiquei 9 anos trabalhando diretamente com crianças de 3 á 6 anos, em sala de aula e com o crescimento da organização surgiu a necessidade de um coordenador, ao receber o convite, aceitei com muita responsabilidade e estando nesse cargo há 3 anos, confesso que sinto muito prazer no que faço junto ás crianças, equipe de educadores e famílias.</i></p> <p><i>Como é significativo contribuir para a formação dessas pessoas. Atualmente estou cursando Pós-graduação em Gestão Escolar, com a preocupação de cada vez mais, poder favorecer os envolvidos nesse processo de construção com mais apoio e novos conhecimentos e assim aprimorar a cada dia o meu trabalho, o qual pretendo continuar desenvolvendo por longos tempos...</i></p> <p>“Pesquisador”</p> <p><i>Gostei muito em poder relatar minha experiência, espero Ter contribuído com você em seus estudos. Caso necessite de maiores informações ou eu não tenha esclarecido claramente suas perguntas entre em contato estarei pronta a ajuda-lo.</i></p> <p><i>Quando puder venha conhecer nosso trabalho e nossa entidade.</i></p> <p><i>Felicidades.</i></p> <p>“a pedagoga satisfeita”</p>
<i>a pedagoga das crianças</i>	<p><i>Bom, para que você possa me conhecer melhor meu nome é a pedagoga das crianças tenho 27 anos, sou casada, tenho uma filha de 7 anos que é o fruto mais importante da minha vida. Sou educador social à (sic) 8 anos. Antes de ser educadora trabalhei no Mc'Donald's. Esta experiência de trabalho foi muito boa, mas percebi que não era o que queria fazer. Então resolvi entrar na faculdade para fazer Pedagogia, num primeiro momento porque minhas tias a maioria são educadoras e porque meu pai queria muito que eu fosse educadora. Então prestei vestibular e passei. A minha vida começou a seguir outro rumo, preciso (sic) conhecer o setor de educação, então consegui um estágio na Prefeitura de Itapeverica da Serra, como educadora cultural, foi uma experiência divina.</i></p> <p><i>À partir daí me apaixonei pela área da educação. Passado o tempo do estágio consegui um emprego registrado no Mocaph que é aonde estou até hoje.</i></p> <p><i>Tenho sonhos de estudar muito e de um dia chegar aonde você está. Parabéns.</i></p>

Comentário → Educadores Sociais ↓	Se houver alguma informação, observação ou comentário que você considere necessário acrescentar, utilize este espaço.
<i>a artista plástica</i>	<p><i>Conforme expliquei por telefone, no projeto em que coordeno não me considero Educadora Social e sim Arte Educadora. Utilizo elementos da arte para discutir questões éticas.</i></p> <p><i>Por outro lado, trabalho como educadora de arte em uma escola particular (que educa a alto custo parte da elite paulistana) e atuando de modo semelhante, ao ensinar conceitos artísticos, sinto-me realizando um trabalho social junto a crianças que assumirão posição de comando daqui a 20 anos, ou menos e que no momento apenas conseguem olhar para seus próprios umbigos, assim como a maioria de seus pais.</i></p> <p><i>Assim observo que nos jovens da periferia há um incentivo a que se qualifiquem, de modo homogeneizante (sic), para servir. E nas camadas sociais mais altas, os alunos estão sendo preparados para serem líderes, embora sejam individualistas.</i></p>
<i>o cientista social</i>	Não houve
<i>a jornalista</i>	Não houve
<i>a cientista contábil</i>	Não houve